

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	24
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Comentário do Desempenho	27
--------------------------	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	144
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	145
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	146
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	147
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	148
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	149

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	755.993.938
Preferenciais	1.058.567.972
Total	1.814.561.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.073.463	13.755.761
1.01	Ativo Circulante	1.282.678	600.765
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	196.775	18.629
1.01.02	Aplicações Financeiras	484.903	315.399
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	484.903	315.399
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e Recursos vinculados	484.903	315.399
1.01.03	Contas a Receber	37.212	25.582
1.01.03.01	Clientes	37.212	25.582
1.01.03.01.01	Clientes	37.212	25.582
1.01.04	Estoques	291	286
1.01.06	Tributos a Recuperar	71.358	58.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	71.358	58.370
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	492.139	182.499
1.01.08.03	Outros	492.139	182.499
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	444.243	74.789
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	64.986
1.01.08.03.04	Títulos de crédito a receber	25	25
1.01.08.03.05	Outros créditos	47.871	42.699
1.02	Ativo Não Circulante	13.790.785	13.154.996
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.518.694	3.850.707
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.390.855	2.320.928
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	2.390.855	2.320.928
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.563.125	1.277.925
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	1.563.125	1.277.925
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	564.714	251.854
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	1.151	741
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	86.090	100.616
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	277.473	0
1.02.01.10.08	Outros créditos	200.000	150.497
1.02.02	Investimentos	9.147.478	9.191.868
1.02.02.01	Participações Societárias	9.147.478	9.191.868
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.030.994	9.139.523
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	116.484	52.345
1.02.03	Imobilizado	69.188	66.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	69.188	66.164
1.02.04	Intangível	55.425	46.257
1.02.04.01	Intangíveis	55.425	46.257
1.02.04.01.02	Intangíveis	55.425	46.257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.073.463	13.755.761
2.01	Passivo Circulante	1.685.219	2.842.935
2.01.02	Fornecedores	5.391	12.643
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.391	12.643
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.062.298	1.758.418
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.351	790.368
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.351	580.322
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	210.046
2.01.04.02	Debêntures	992.947	968.050
2.01.05	Outras Obrigações	617.530	1.071.874
2.01.05.02	Outros	617.530	1.071.874
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.169	389.891
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	12.091	27.323
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	13.915	12.520
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	1.452	1.452
2.01.05.02.07	Impostos e Contribuições Sociais	17.940	13.501
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	496.694	547.963
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	150	168
2.01.05.02.11	Outros Passivos	73.119	79.056
2.02	Passivo Não Circulante	5.197.704	4.264.089
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.618.092	3.203.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	959.265	399.790
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	710.114	399.790
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	249.151	0
2.02.01.02	Debêntures	2.658.827	2.803.788
2.02.02	Outras Obrigações	1.169.234	740.503
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	407.628	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	407.628	0
2.02.02.02	Outros	761.606	740.503
2.02.02.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	179	108
2.02.02.02.05	Benefícios pós emprego	12.870	12.144
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	485.109	549.154
2.02.02.02.08	Provisão para perdas em participações societárias	236.023	152.133
2.02.02.02.10	Arrendamentos Operacionais	761	715
2.02.02.02.11	Impostos e contribuições sociais	2.781	2.279
2.02.02.02.12	Outros Passivos	23.883	23.970
2.02.03	Tributos Diferidos	410.378	320.008
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	410.378	320.008
2.03	Patrimônio Líquido	8.190.540	6.648.737
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	360.791	307.828
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outras Reservas	426.514	373.551
2.03.04	Reservas de Lucros	3.263.561	3.274.317

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.04.01	Reserva Legal	303.058	303.058
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.960.503	2.960.503
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	10.756
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.499.596	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-297.093	-297.093

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	59.392	113.853	55.299	112.011
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-37.960	-66.976	-30.052	-58.223
3.02.01	Pessoal e administradores	-29.447	-54.044	-25.522	-49.885
3.02.02	Benefícios pós emprego	-97	-194	-409	-817
3.02.03	Material	35	-414	-140	-449
3.02.04	Serviços de Terceiros	-7.619	-10.005	-3.110	-5.191
3.02.05	Amortização e Depreciação	-798	-1.445	-557	-1.115
3.02.06	Outras Despesas	-34	-874	-314	-766
3.03	Resultado Bruto	21.432	46.877	25.247	53.788
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	614.031	1.186.088	178.582	330.256
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.913	-31.594	-13.226	-27.616
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-5.248	-8.536	-3.647	-8.774
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	-773	-1.445	1.444	854
3.04.02.04	Material	-432	-937	-498	-805
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-5.753	-11.186	-7.462	-14.327
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-3.631	-6.779	-2.575	-4.950
3.04.02.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	8	-60	802	3.063
3.04.02.08	Outras	-1.084	-2.651	-1.290	-2.677
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	65	0	0
3.04.04.02	Outros	0	65	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-136	-155	0	-29
3.04.05.02	Outras despesas	-136	-155	0	-29
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	631.080	1.217.772	191.808	357.901
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	635.463	1.232.965	203.829	384.044
3.06	Resultado Financeiro	75.906	324.152	-307.698	82.927
3.06.01	Receitas Financeiras	93.786	189.242	38.560	95.610
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	62.519	125.391	14.669	53.679

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	28.885	48.713	18.011	31.199
3.06.01.03	Receita de aval	6.711	13.798	7.471	14.528
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-4.620	-8.884	-2.009	-4.911
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	291	10.224	418	1.115
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.880	134.910	-346.258	-12.683
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-70.098	-133.127	-63.614	-131.252
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	117.084	390.473	-304.665	141.631
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	-15.201	6.481	26.115	117.911
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-37.253	-116.975	-1.374	-128.394
3.06.02.05	Despesas bancárias	-282	-559	-146	-242
3.06.02.06	IOF	-3.249	-3.251	0	0
3.06.02.07	Despesas de aval	-2.147	-4.295	-3.130	-6.261
3.06.02.08	Atualização de mútuos	-5.409	-5.409	-2.783	-2.783
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	-852	2.636	3.421	-2.381
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-473	-1.064	-82	-912
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	711.369	1.557.117	-103.869	466.971
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-80.003	-105.988	-712	1.471
3.08.01	Corrente	-15.618	-15.618	0	0
3.08.02	Diferido	-64.385	-90.370	-712	1.471
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	631.366	1.451.129	-104.581	468.442
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	48.467	48.467	0	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	48.467	48.467	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	679.833	1.499.596	-104.581	468.442
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,38	0,83	-0,0576	0,2582
3.99.01.02	PN	0,38	0,83	-0,0576	0,2582

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,38	0,83	-0,0576	0,2582
3.99.02.02	PN	0,38	0,83	-0,0576	0,2582

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	631.366	1.451.129	-104.581	468.442
4.02	Outros Resultados Abrangentes	48.467	48.467	0	0
4.02.01	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	48.467	48.467	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	679.833	1.499.596	-104.581	468.442

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	211.465	-11.437
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	80.921	21.648
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.451.129	468.442
6.01.01.02	Lucro antes dos impostos das operações descontinuadas	48.467	0
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - Líquidas	83.094	163.045
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-1.217.772	-357.901
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	8.224	6.065
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	105.988	-1.471
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	70	162
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-6.481	-117.911
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	-390.473	-141.631
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	-2.636	2.381
6.01.01.13	(Ganho) Perda na alienação de bens do ativo	0	29
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	1.311	438
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	130.544	-33.085
6.01.02.01	(Aumento) de clientes	-11.630	-2.830
6.01.02.02	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-410	-300
6.01.02.03	(Aumento) de estoques	-5	-110
6.01.02.04	(Aumento) de tributos a recuperar	11.900	-29.596
6.01.02.05	Diminuição Títulos e créditos a receber	0	51
6.01.02.07	Diminuição de outros créditos	145.333	20.466
6.01.02.08	(Diminuição) de fornecedores	-7.252	-15.895
6.01.02.10	(Aumento) de impostos e contribuições sociais	-11.500	6.605
6.01.02.11	Aumento de obrigações estimadas	1.395	2.610
6.01.02.12	Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC	9.660	0
6.01.02.14	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-10	-3.225
6.01.02.15	(Diminuição) de outras contas a pagar	-6.937	-10.861
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	933.206	556.631
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	0	-2.084
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-6.252	-383
6.02.03	Aplicações no intangível	-14.120	-5.869
6.02.04	Recebimento de dividendos	1.237.352	255.012
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-123.700	311.456
6.02.06	Ágio pago na aquisição de controladas	-91.708	-1.501
6.02.09	Recebimento de ativos alienados	-68.366	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-966.525	-318.580
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	391.299	309.152
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debentures - principal	-979.728	-452.421
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debentures - juros	-155.875	-129.531
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	58.719	76.568
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-398.478	-115.923
6.03.08	Partes relacionadas	165.732	-6.355
6.03.11	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-53	-70
6.03.12	Custos relacionados a Ações em Tesouraria Adquiridas	-48.141	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	178.146	226.614
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.629	68.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	196.775	295.037

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	52.963	-10.756	0	0	42.207
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-40.431	0	0	0	-40.431
5.04.08	Transações com investimentos	0	103.652	0	0	0	103.652
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756
5.04.11	Valor investimento PUT	0	-4.299	0	0	0	-4.299
5.04.12	Programa de remuneração variável - ILP	0	-6.535	0	0	0	-6.535
5.04.13	Ganho na cessão para o Prog. ILP de ações em tesouraria	0	576	0	0	0	576
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.499.596	0	1.499.596
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.499.596	0	1.499.596
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	360.791	3.263.561	1.499.596	-297.093	8.190.540

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.790	-41.298	3.721	0	-45.367
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	-2.009	0	0	0	-2.009
5.04.09	Dividendos prescritos	0	0	0	3.721	0	3.721
5.04.10	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-41.298	0	0	-41.298
5.04.11	Valor investimento PUT	0	-7.765	0	0	0	-7.765
5.04.12	Programa de remuneração variável - ILP	0	1.984	0	0	0	1.984
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.442	0	468.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.442	0	468.442
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	339.733	2.290.754	472.163	-345.002	6.121.333

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	128.913	126.739
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	128.848	126.739
7.01.02	Outras Receitas	65	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.239	-19.079
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.541	-20.771
7.02.04	Outros	1.302	1.692
7.03	Valor Adicionado Bruto	107.674	107.660
7.04	Retenções	-8.224	-6.065
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.224	-6.065
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	99.450	101.595
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.415.898	458.422
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.217.772	357.901
7.06.02	Receitas Financeiras	198.126	100.521
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.515.348	560.017
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.515.348	560.017
7.08.01	Pessoal	53.625	50.577
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.440	37.807
7.08.01.02	Benefícios	9.713	9.932
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.472	2.838
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	143.310	26.522
7.08.02.01	Federais	140.117	23.208
7.08.02.02	Estaduais	127	160
7.08.02.03	Municipais	3.066	3.154
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-132.716	14.476
7.08.03.01	Juros	-134.910	12.683
7.08.03.02	Aluguéis	2.194	1.793
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.499.596	468.442
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.499.596	468.442
7.08.05	Outros	-48.467	0
7.08.05.01	Operações descontinuadas	-48.467	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	48.023.456	45.562.807
1.01	Ativo Circulante	11.995.876	13.594.051
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.193.452	1.062.102
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.958.566	4.944.045
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.958.566	4.944.045
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.958.566	4.944.045
1.01.03	Contas a Receber	4.157.592	4.474.964
1.01.03.01	Clientes	4.157.592	4.474.964
1.01.03.01.01	Clientes, Consumidores e Concessionárias	4.157.592	4.474.964
1.01.04	Estoques	153.899	118.761
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.097.469	674.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.097.469	674.326
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.434.898	2.319.853
1.01.08.03	Outros	2.434.898	2.319.853
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	8.070	13.591
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	335.850	683.965
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	820.119	368.033
1.01.08.03.04	Concessão do serviço público- ativo de contrato	120.726	87.063
1.01.08.03.06	Outros créditos	1.150.133	1.167.201
1.02	Ativo Não Circulante	36.027.580	31.968.756
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.477.114	15.776.191
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	844.600	617.236
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	844.600	617.236
1.02.01.04	Contas a Receber	1.362.992	1.260.878
1.02.01.04.01	Clientes, Consumidores e Concessionárias	1.362.992	1.260.878
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.269.522	13.898.077
1.02.01.10.03	Títulos de créditos a receber	99.839	11.762
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	3.752.955	1.470.208
1.02.01.10.05	Créditos tributários	1.249.275	1.425.626
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	933.277	767.415
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.547.521	1.329.233
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	6.538.984	6.062.396
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	617.509	904.543
1.02.01.10.10	Concessão do serviço público- ativo de contrato	1.917.576	1.357.582
1.02.01.10.11	Outros créditos	612.586	569.312
1.02.02	Investimentos	59.919	64.154
1.02.02.01	Participações Societárias	59.919	64.154
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	59.919	64.154
1.02.03	Imobilizado	516.026	417.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	516.026	417.640
1.02.04	Intangível	15.974.521	15.710.771
1.02.04.01	Intangíveis	15.974.521	15.710.771
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.224.308	14.485.291

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.449.063	933.924
1.02.04.01.04	Intangíveis	301.150	291.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	48.023.456	45.562.807
2.01	Passivo Circulante	9.607.304	12.401.270
2.01.02	Fornecedores	2.198.897	2.445.104
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.198.897	2.445.104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.491.132	5.671.807
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.785.186	3.891.393
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	895.405	2.035.635
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	889.781	1.855.758
2.01.04.02	Debêntures	1.705.946	1.780.414
2.01.05	Outras Obrigações	3.917.275	4.284.359
2.01.05.02	Outros	3.917.275	4.284.359
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.599	420.948
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	26.401	26.448
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	136.108	118.574
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação pública	101.162	103.982
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	62.717	62.732
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	130.226	158.563
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	361.494	203.865
2.01.05.02.11	Impostos e Contribuições Sociais	929.967	812.733
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	982.373	1.179.656
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	83.083	69.955
2.01.05.02.18	Instrumento financeiros derivativos	685.135	598.882
2.01.05.02.19	Arrendamentos operacionais	16.662	20.095
2.01.05.02.20	Outros passivos	395.348	507.926
2.02	Passivo Não Circulante	29.161.090	25.645.868
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	15.535.321	14.509.599
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.725.371	5.913.196
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.469.045	4.329.666
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.256.326	1.583.530
2.02.01.02	Debêntures	8.809.950	8.596.403
2.02.02	Outras Obrigações	9.146.720	6.517.432
2.02.02.02	Outros	9.146.720	6.517.432
2.02.02.02.03	Fornecedores	109.811	111.698
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	954.663	800.768
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	696.193	631.394
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	37.731	49.752
2.02.02.02.07	Benefício pós-emprego	524.164	607.521
2.02.02.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.152.142	2.138.587
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	345.300	327.159
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	126.958	262.551
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	158.914	152.778
2.02.02.02.15	Arrendamentos operacionais	46.720	42.481
2.02.02.02.16	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	3.662.888	1.053.993
2.02.02.02.17	Outros Passivos	331.236	338.750

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.03	Tributos Diferidos	4.479.049	4.618.837
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.479.049	4.618.837
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.255.062	7.515.669
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	360.791	307.828
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.08	Outros reservas	426.514	373.551
2.03.04	Reservas de Lucros	3.263.561	3.274.317
2.03.04.01	Reserva Legal	303.058	303.058
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.960.503	2.960.503
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	10.756
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.499.596	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-297.093	-297.093
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.064.522	866.932

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.100.748	11.566.178	4.398.712	9.181.026
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.787.851	-9.091.669	-3.816.529	-7.845.394
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.777.354	-5.445.478	-2.115.238	-4.438.245
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-459.658	-902.822	-298.186	-611.678
3.02.03	Pessoal e administradores	-258.080	-506.493	-233.291	-483.706
3.02.04	Benefícios pós emprego	-3.572	-6.915	-2.995	-6.924
3.02.05	Material	-52.886	-89.345	-26.882	-65.587
3.02.06	Serviços de terceiros	-160.437	-298.036	-141.685	-299.107
3.02.07	Amortização e depreciação	-273.219	-540.323	-267.935	-537.300
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-535	-381	1.677	1.953
3.02.09	Custo de construção	-701.093	-1.189.769	-472.229	-997.496
3.02.11	Reversão (provisão) para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-95.042	-91.736	-244.864	-370.926
3.02.12	Outras	-5.975	-20.371	-14.901	-36.378
3.03	Resultado Bruto	1.312.897	2.474.509	582.183	1.335.632
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-236.173	-392.204	-154.971	-360.855
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-201.855	-378.946	-148.404	-303.807
3.04.02.01	Pessoal	-72.198	-121.833	-51.071	-112.251
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-8.934	-18.817	-5.257	-15.417
3.04.02.03	Material	-13.022	-26.854	-11.948	-24.962
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-41.746	-89.259	-36.669	-73.107
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	16.426	35.950	17.674	70.362
3.04.02.06	Amortização e depreciação	-35.499	-69.856	-32.267	-63.921
3.04.02.07	Outras	-46.882	-88.277	-28.866	-84.511
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	20.985	154.881	5.793	9.980
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	20.985	154.881	5.793	9.980
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-55.303	-168.139	-12.360	-67.028
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-36.235	-60.572	-17.825	-39.555

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	678	-13.222	8.022	-22.056
3.04.05.04	Outras	-19.746	-94.345	-2.557	-5.417
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.076.724	2.082.305	427.212	974.777
3.06	Resultado Financeiro	-118.899	-14.921	-441.985	-317.887
3.06.01	Receitas Financeiras	689.923	859.371	193.455	339.621
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	35.954	62.653	24.272	42.701
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	112.042	229.548	74.382	154.791
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	5.717	10.029	4.379	13.370
3.06.01.05	Atualização depósito judicial	9.479	18.063	7.296	14.154
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	6.217	-1.715	10.114	19.273
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-39.034	-51.891	-9.797	-20.652
3.06.01.10	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	514.766	522.931	70.184	75.840
3.06.01.11	Outras receitas financeiras	44.782	69.753	12.625	40.144
3.06.02	Despesas Financeiras	-808.822	-874.292	-635.440	-657.508
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-230.693	-431.945	-222.524	-451.515
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	293.347	-106.309	-197.415	-1.302.364
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	7.165	12.494	2.880	8.949
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-16.847	-29.393	6.930	14.931
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	114.216	207.528	-187.465	172.699
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	-386.015	-10.790	233.990	1.257.176
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-1.978	-3.203	-1.697	-4.097
3.06.02.08	Despesas bancárias	-4.931	-8.909	-3.656	-6.834
3.06.02.10	Atualização contingências	-12.190	-31.960	-2.436	-12.004
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	-6.451	176.239	-113.339	-33.108
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	5.580	3.363	-4.171	-9.144
3.06.02.13	Despesa de aval	-2.147	-4.295	-3.130	-6.261
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-514.766	-522.931	-70.184	-75.840

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.06.02.17	Incorporações de redes	-25.633	-33.744	-5.734	-16.071
3.06.02.18	Outras despesas financeiras	-27.479	-90.437	-67.489	-194.025
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	957.825	2.067.384	-14.773	656.890
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-257.290	-493.512	-73.201	-163.158
3.08.01	Corrente	-300.703	-456.949	-81.986	-150.967
3.08.02	Diferido	43.413	-36.563	8.785	-12.191
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	700.535	1.573.872	-87.974	493.732
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	48.467	48.467	0	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	48.467	48.467	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	749.002	1.622.339	-87.974	493.732
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	679.833	1.499.596	-104.581	468.442
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	69.169	122.743	16.607	25.290
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,38	0,83	-0,0576	0,2582
3.99.01.02	PN	0,38	0,83	-0,0576	0,2582
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,38	0,83	-0,0576	0,2582
3.99.02.02	PN	0,38	0,83	-0,0576	0,2582

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	700.535	1.573.872	-87.974	493.732
4.02	Outros Resultados Abrangentes	48.467	48.467	0	0
4.02.01	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	48.467	48.467	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	749.002	1.622.339	-87.974	493.732
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	679.833	1.499.596	-104.581	468.442
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	69.169	122.743	16.607	25.290

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.419.148	1.777.163
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.576.132	1.879.145
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.573.872	493.732
6.01.01.02	Lucro antes dos impostos das operações descontinuadas	48.467	0
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	493.512	163.158
6.01.01.04	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	461.418	1.723.945
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	610.179	601.221
6.01.01.06	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	91.736	370.926
6.01.01.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	29.073	-22.743
6.01.01.08	Valor residual de ativos permanentes baixados	15.233	29.575
6.01.01.09	Marcação a mercado das dívidas	-176.239	33.108
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	-207.528	-172.699
6.01.01.11	Instrumentos financeiros derivativos	10.790	-1.257.176
6.01.01.12	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-231.191	-65.529
6.01.01.13	Programa de remuneração variável (ILP)	4.728	2.101
6.01.01.14	Marcação a Mercado dos contratos de compra / venda de energia comercializada	13.222	22.056
6.01.01.15	Remuneração do Ativo de Contrato	-79.590	-42.530
6.01.01.16	Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-81.550	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.156.984	-101.982
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-17.097	-81.613
6.01.02.02	(Aumento) diminuição de ativos financeiros setoriais	-857.999	305.329
6.01.02.03	(Aumento) diminuição de títulos e créditos a receber	-113.536	2.753
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-35.138	-39.640
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-4.187	-72.301
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-147.799	-19.201
6.01.02.08	Recebimentos Despachos ANEEL - CONTA COVID	7.980	0
6.01.02.09	Diminuição (aumento) de outros créditos	267.702	-124.389
6.01.02.11	(Diminuição) de fornecedores	-300.674	-250.677
6.01.02.13	Aumento de tributos e contribuições sociais	28.795	390.835
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-299.829	-113.087
6.01.02.16	Aumento de obrigações estimadas	17.534	16.009
6.01.02.18	Aumento (diminuição) de passivos financeiros setoriais	507.473	-83.742
6.01.02.19	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-71.128	-60.893
6.01.02.20	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-139.081	28.635
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	194.161	-941.648
6.02.01	Aumento de outros investimentos	0	-1.501
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-123.215	-88.084
6.02.03	Aplicações no intangível	-1.074.242	-1.042.445
6.02.04	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-240.224	-132.227
6.02.05	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	1.811.108	277.874

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.02.06	Alienação de bens do imobilizado e intangível	60.034	44.735
6.02.10	Caixa e equivalente de caixa adquirido na combinação de negócios	-239.300	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.481.959	585.284
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	3.143.010	3.277.750
6.03.02	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-4.344.595	-2.622.738
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-450.589	-382.567
6.03.04	Parcelamento de impostos	-12.068	-9.361
6.03.05	Parcelamento de arrendamento financeiro	-8.621	0
6.03.06	Novos parcelamentos de impostos	0	44.914
6.03.07	Pagamento de dividendos	-606.736	-163.769
6.03.08	Pagamento de incorporação de redes	-41.921	-16.091
6.03.10	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	481.394	464.139
6.03.12	Aumento de capital com subscrição de ações	406.308	0
6.03.14	Custos relacionados a Ações em tesouraria adquiridas	-48.141	0
6.03.15	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	0	-6.993
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	131.350	1.420.799
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.062.102	663.103
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.193.452	2.083.902

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737	866.932	7.515.669
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	307.828	3.274.317	0	-297.093	6.648.737	866.932	7.515.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	52.963	-10.756	0	0	42.207	74.847	117.054
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	206.308	206.308
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-40.431	0	0	0	-40.431	0	-40.431
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-10.756	0	0	-10.756	-181.631	-192.387
5.04.10	Valor investimento PUT	0	-4.299	0	0	0	-4.299	-2.864	-7.163
5.04.11	Transações com investimentos	0	103.652	0	0	0	103.652	52.970	156.622
5.04.12	Programa de remuneração variável (ILP)	0	-6.535	0	0	0	-6.535	64	-6.471
5.04.13	Ganho na cessão para o Prog. ILP de ações em tesouraria	0	576	0	0	0	576	0	576
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.499.596	0	1.499.596	122.743	1.622.339
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.499.596	0	1.499.596	122.743	1.622.339
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	360.791	3.263.561	1.499.596	-297.093	8.190.540	1.064.522	9.255.062

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.790	-41.298	3.721	0	-45.367	1.308	-44.059
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-637	-637
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-41.298	0	0	-41.298	0	-41.298
5.04.10	Valor investimento PUT	0	-7.765	0	0	0	-7.765	0	-7.765
5.04.11	Novas aquisições de ações de controladas	0	-2.009	0	0	0	-2.009	1.790	-219
5.04.12	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.984	0	0	0	1.984	117	2.101
5.04.15	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.721	0	3.721	38	3.759
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	468.442	0	468.442	25.290	493.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	468.442	0	468.442	25.290	493.732
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.363.685	339.733	2.290.754	472.163	-345.002	6.121.333	790.560	6.911.893

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	16.566.509	13.328.594
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.348.004	12.634.171
7.01.02	Outras Receitas	91.811	9.980
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.218.430	1.055.369
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-91.736	-370.926
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.841.155	-7.107.981
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-6.986.673	-5.544.463
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-519.716	-474.787
7.02.04	Outros	-1.334.766	-1.088.731
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.725.354	6.220.613
7.04	Retenções	-610.179	-601.221
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-610.179	-601.221
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.115.175	5.619.392
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	911.262	360.273
7.06.02	Receitas Financeiras	911.262	360.273
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.026.437	5.979.665
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.026.437	5.979.665
7.08.01	Pessoal	571.974	548.003
7.08.01.01	Remuneração Direta	396.435	359.256
7.08.01.02	Benefícios	137.553	154.067
7.08.01.03	F.G.T.S.	37.986	34.680
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.987.910	4.263.755
7.08.02.01	Federais	2.268.774	1.776.012
7.08.02.02	Estaduais	2.704.391	2.472.506
7.08.02.03	Municipais	14.745	15.237
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	892.681	674.175
7.08.03.01	Juros	886.786	666.457
7.08.03.02	Aluguéis	5.895	7.718
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.622.339	493.732
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.499.596	468.442
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	122.743	25.290
7.08.05	Outros	-48.467	0
7.08.05.01	Operações de descontinuadas	-48.467	0

Comentário do Desempenho

Energisa S/A

Cataguases, 12 de agosto de 2021 - A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T21) e dos primeiros seis meses de 2021 (6M21). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

Destaques

Forte recuperação nas vendas no trimestre, elevam o crescimento do EBITDA em 90,5% (R\$ 1,4 bilhão) e registro de lucro de R\$ 749 milhões

- ✓ **Vendas de energia (mercado cativo + TUSD)** cresceu 7,9% no 2T21, se comparado ao 2T20, atingindo 9.049,4 GWh. Considerando o consumo não-faturado o crescimento foi de 9,7% e todas as classes apresentaram crescimento entre os trimestres;
- ✓ **Custos operacionais controláveis (PMSO)** cresceu 19,9% no trimestre (R\$ 110,2 milhões), frente à baixa base de comparação dos custos operacionais do 2T20, reduzido em função de medidas excepcionais do início da pandemia da Covid-19. No acumulado seis meses o aumento foi de 5,3% (R\$ 64,3 milhões), abaixo da inflação medida pelo IPCA 12 meses de 8,35%;
- ✓ **EBITDA ajustado consolidado** totalizou R\$ 1.497,5 milhões no 2T21, acréscimo de 86,8% (R\$ 695,7 milhões) sobre 2T20. No acumulado atingiu R\$ 2.922,0 milhões, aumento de 68,8% (R\$ 1.191,2 milhões);
- ✓ **Lucro líquido consolidado** de R\$ 749,0 milhões no 2T21, acréscimo de R\$ 837,0 milhões, em comparação ao mesmo período de 2020. Nos 6M21 o crescimento foi de 228,6 % (R\$ 1.128,6 milhões), totalizando R\$ 1.622,3 milhões;
- ✓ **Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais consolidados** atingiram R\$ 5.657,7 milhões em junho, contra os R\$ 5.670,2 milhões em março de 2021;
- ✓ **Dívida líquida consolidada** totalizou R\$ 13.906,4 milhões em junho, contra R\$ 14.220,9 milhões em março de 2021. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado de 2,5 vezes no 2T21, foi reduzida em 1,2 vezes em relação 2T20;
- ✓ **Investimentos consolidados** de R\$ 909,2 milhões no 2T21, aumento de 35,4% (R\$ 237,7 milhões) em relação ao mesmo período ano anterior.

Descrição	Trimestre			Acumulado		
	2T21	2T20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
Receita Operacional Bruta	8.622,8	6.540,4	+ 31,8	16.534,2	13.671,4	+ 20,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	5.294,7	3.873,7	+ 36,7	10.199,1	8.078,7	+ 26,2
Custos e despesas controláveis ⁽¹⁾	742,9	779,1	- 4,6	1.322,4	1.500,6	- 11,9
EBITDA	1.385,4	727,4	+ 90,5	2.692,5	1.576,0	+ 70,8
EBITDA Ajustado	1.497,5	801,8	+ 86,8	2.922,0	1.730,8	+ 68,8
Lucro (Prejuízo) Líquido	749,0	(88,0)	-	1.622,3	493,7	+ 228,6
Endividamento Líquido ⁽²⁾	13.906,4	13.922,3	- 0,1	13.906,4	13.922,3	- 0,1
Investimentos	909,2	671,5	+35,4	1.606,7	1.386,6	+15,9
Indicadores Operacionais Consolidados						
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	7.317,2	7.030,8	+ 4,1	14.783,5	14.755,6	+ 0,2
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	9.049,4	8.388,3	+ 7,9	18.228,8	17.641,4	+ 3,3
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	8.950,8	8.156,5	+ 9,7	18.070,7	17.436,0	+ 3,6
Número de Consumidores Totais	8.142.191	7.902.723	+ 3,0	8.142.191	7.902.723	+ 3,0
Número de Colaboradores Próprios	15.042	14.777	+ 1,8	15.042	14.777	+ 1,8
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽³⁾	21.006	19.875	+ 5,7	21.006	19.875	+ 5,7

(1) Inclui PMSO, contingências e devedores duvidosos/ (2) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA); (3) Não incluem terceirizados em obras e terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços do Grupo.

Comentário do Desempenho

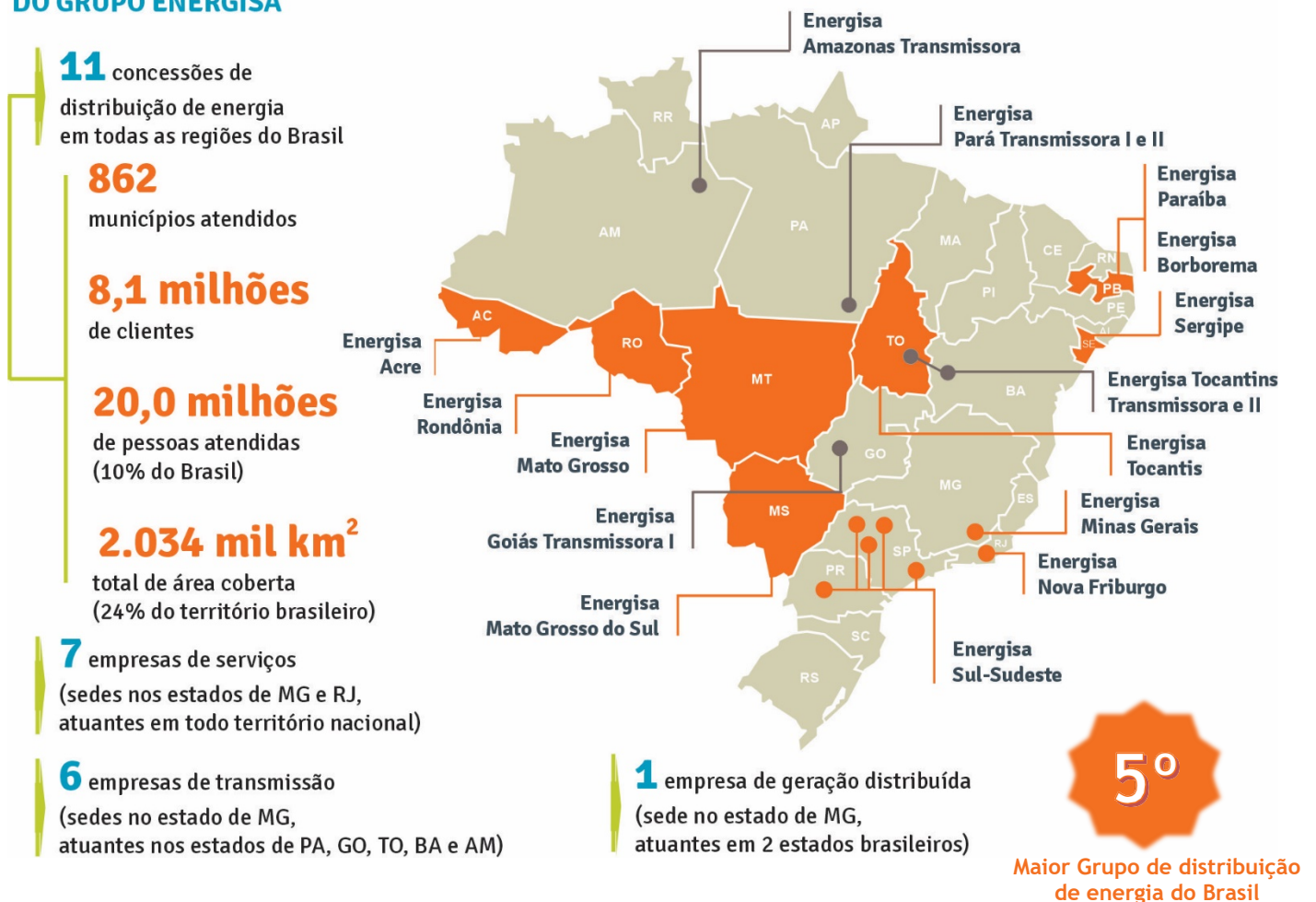
1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 116 anos em 26 de fevereiro de 2021 atende aproximadamente 8,1 milhões de consumidores em onze Estados, que corresponde aproximadamente a 10% da população brasileira.

A Companhia controla 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional.

As atividades do Grupo Energisa também incluem a comercialização e a prestação de serviços relacionados à energia elétrica, a atuação no segmento de geração de energia elétrica distribuída, bem como ativos em transmissão de energia, decorrentes das adjudicações nos leilões de 2017, 2018, 2020 e 2021, isto é, Energisa Goiás Transmissora I, em operação desde 13 de março de 2020, Energisa Pará Transmissora I, em operação desde 2 de novembro de 2020, três projetos em construção: Energisa Para Transmissora II - já com antecipação parcial da operação, Energisa Tocantins Transmissora e Energisa Amazonas Transmissora, totalizando 1.761 km de linhas de transmissão. Além disso, adquirimos o sexto lote em 30 de junho de 2021, a Energisa Tocantins Transmissora II, que compreende uma subestação de 138 kV, contribuindo para ampliação do pátio ao lado da Energisa Tocantins Transmissora.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

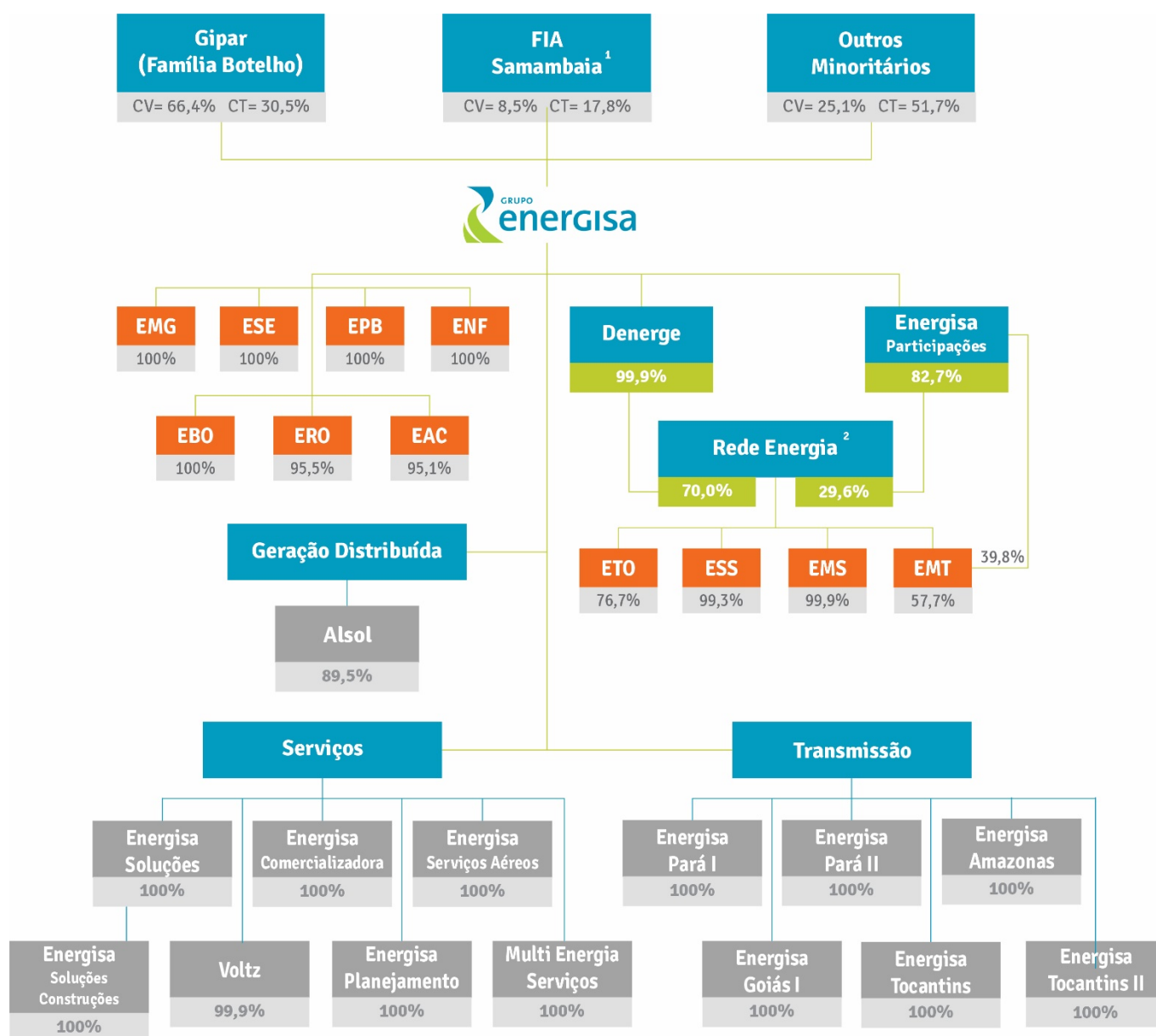


Comentário do Desempenho

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



Capital Votante | CT - Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) A Energisa detém, indiretamente, através da Denerge Desenvolvimento Energético S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A, e diretamente através da Energisa S/A, 94,6% da Rede Energia Participações S/A.

Dados de julho de 2021

Comentário do Desempenho

2. Desempenho operacional

2.1. Mercado de energia

Desempenho das vendas no 2º trimestre:

No segundo trimestre de 2021 (2T21), o consumo total de energia elétrica (mercado cativo + livre) nas áreas de concessão das 11 distribuidoras do Grupo Energisa, atingiu 9.049,4 GWh, o que representa um aumento de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o consumo não-faturado a variação foi de 9,7%. De fato, no ano passado, o consumo, no mesmo trimestre, havia sido muito afetado pelas restrições mais severas associadas à pandemia. Entretanto, em 2021, diante da retomada gradual das atividades econômicas e do bom desempenho da indústria, o Grupo registrou a maior taxa de crescimento para o período em 9 anos. Gradualmente, a empresa recupera a perda de mercado devido a pandemia, neste trimestre o consumo foi +2,6% acima do 2º trimestre de 2019.

Todas as classes avançaram no período, os segmentos de maiores destaques foram as classes industrial (+14,4% ou 237,3 GWh), seguida pela classe comercial (+13,1% ou 188,4 GWh) e residencial (+4,7% ou 159,6 GWh). A primeira foi impulsionada pelo bom desempenho das indústrias ligadas à cadeia da construção, produtos alimentícios e pela retomada do setor têxtil, muito afetado em 2020. O consumo industrial, inclusive superou o nível do 2º trimestre de 2019, enquanto o comercial seguiu abaixo, devido ao fechamento de muitos estabelecimentos e as restrições de funcionamento em função da segunda onda de contágio. Por sua vez, o consumo residencial seguiu crescendo pelo 11º trimestre consecutivo (desde 4T18), em comparação ao mesmo período do ano anterior. Destaque, neste trimestre, para as concessões da ERO, ESS, EMG e EMS - motivadas pelo efeito calendário, e a base baixa de comparação no caso da EMG. Na ERO, também pesou o aumento no volume de energia recuperada na classe residencial (+23 GWh) e o clima, que seguiu mais quente. O rural também cresceu (+4,0% ou 34,2 GWh), com destaque sobretudo para ESE, EPB (irrigação), ESS (cítricos e ovos/aves) e ETO (destaque para ovos, soja e arroz).

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Acumulado		
	2T21	2T20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	7.317,2	7.030,8	+ 4,1	14.783,5	14.755,6	+ 0,2
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.732,3	1.357,4	+ 27,6	3.445,3	2.885,8	+ 19,4
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	9.049,4	8.388,3	+ 7,9	18.228,8	17.641,4	+ 3,3
✓ Consumo não faturado	(98,6)	(231,7)	- 57,4	(158,0)	-205,4	- 23,1
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	8.950,8	8.156,5	+ 9,7	18.070,7	17.436,0	+ 3,6

2.2. Consumo por Classe

No 2T21, as principais classes de consumo apresentaram os seguintes comportamentos:

- **Classe industrial (20,8% do mercado total cativo + livre):** incremento de 14,4% (237,3 GWh) no consumo, motivada principalmente pelos resultados nas áreas de concessão da ESS (+25,0% ou 64 GWh) teve o maior crescimento de volume - com avanço recorde em 21 anos - e alta na maioria dos ramos industriais, sobretudo peças para veículos e setor alimentício. A EPB (+37,6% ou 50,0 GWh), EMT (+4,1% ou 21,5 GWh) e ETO (+22,6% ou 18,4 GWh) também avançaram, impulsionadas pela indústria de cimento, em meio ao bom desempenho dos ramos ligados à construção civil no país. Na EPB pesou ainda o setor têxtil, muito afetado no 2T20 e com demanda aquecida este ano. Outros destaques foram a EMS (+9,3% ou 29,5 GWh), com a indústria alimentícia, EMG (+30,5% ou 24,8 GWh), com a retomada das atividades de mineração e do setor têxtil, e EBO (+41,2% ou 11,5 GWh), direcionada pela indústria de calçados.

- **Classe comercial (18,0% do mercado total cativo + livre):** crescimento de 13,1% (188,4 GWh), foi o segundo maior vetor do resultado do trimestre, após forte recuo em 2020 (-19,1%), devido à paralisação de diversas atividades de comércio e serviços em função da 1ª onda de Covid. Neste contexto, todas as 11 distribuidoras avançaram - em meio a flexibilização de restrições para clientes de alto consumo (Shoppings) e menor adesão às medidas de isolamento este ano. Destaque para as concessões da EPB (+22,8% ou 35,1 GWh), EMT (+8,6% ou 32,9 GWh) e ESS (+16,0% ou 25,8 GWh) que registraram as maiores altas. A ENF (+25,4% ou 3,1 GWh) e a EAC (+18,8% ou 9,7 GWh) também avançaram significativamente apoiadas na retomada de operação de comércios e alguns

Comentário do Desempenho

serviços, ainda que com limitações.

- **Classe residencial (39,1% do mercado total cativo + livre):** aumento de 4,7% (159,6 GWh) no consumo, impulsionada pelo efeito calendário (maior em 2 dos 3 meses do período), clima seco em algumas regiões e aumento no número de clientes (+3,4%). Destaque para as áreas de concessão da ERO (+10,0% ou 32,9 GWh), que teve a maior alta, a reboque do aumento no volume de energia recuperada (+23 GWh) e do clima, que seguiu quente, seguida pela EMS (+5,5% ou 26,6 GWh), EMT (+3,3% ou 26,2 GWh), ESS (+5,9% ou 21,7 GWh), EPB (+3,2% ou 15,3 GWh) e ESE (+4,9% ou 14,4 GWh).

- **Classe rural (9,8% do mercado total cativo + livre):** acréscimo de 4,0% (34,2 GWh), apresentando alta em 8 das 11 concessões. Se destacaram a EMS (+8,7% ou 13,2 GWh), puxada pelas atividades em torno da produção de grãos, ETO (+15,2% ou 9,6 GWh), sobretudo a produção de ovos, soja e arroz, a ESS (+11,0% ou 9,5 GWh), com cítricos e ovos/aves, ESE (+17,9% ou 3,7 GWh) e EPB (+11,4% ou 7,6 GWh), impulsionadas pelo maior uso do serviço de irrigação, em função do baixo volume pluviométrico. As exceções foram a EMT (-4,7% ou -14,8 GWh), EMG (-3,2% ou -1,5 GWh) - com base alta de comparação no ano anterior e a EMT também foi impactada por um ajuste pontual de faturamento à nova regulamentação da Aneel - e a EAC (-2,4% ou -0,3 GWh), com recuo no número de consumidores rurais (-1,4%).

- **Demais classes (12,3% do mercado total cativo + livre):** avançaram 3,9% (41,6 GWh) e mostraram alta em quase todas as distribuidoras, exceto a EAC (-1,7%), que apresentou redução puxada por um programa de eficiência energética na iluminação pública. Os principais destaques foram a EMT (+4,9%) e EMG (+15,1%).

O quadro, a seguir, demonstra o comportamento consolidado das classes de consumo no segundo trimestre de 2021 e 2020:

Mercado Cativo Faturado por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	2T21	2T20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
Residencial	3.539,5	3.379,9	+ 4,7	7.135,5	6.937,2	+ 2,9
Industrial	1.886,8	1.649,5	+ 14,4	3.730,9	3.452,5	+ 8,1
✓ Cativo Industrial	497,2	505,8	- 1,7	977,0	1.059,7	- 7,8
✓ Livre Industrial	1.389,6	1.143,7	+ 21,5	2.754,0	2.392,8	+ 15,1
Comercial	1.624,8	1.436,4	+ 13,1	3.313,4	3.287,6	+ 0,8
✓ Cativo Comercial	1.351,1	1.269,3	+ 6,4	2.761,9	2.890,9	- 4,5
✓ Livre Comercial	273,7	167,1	+ 63,8	551,5	396,7	+ 39,0
Rural	889,7	855,5	+ 4,0	1.780,6	1.723,5	+ 3,3
✓ Cativo Rural	871,0	840,6	+ 3,6	1.738,1	1.687,0	+ 3,0
✓ Livre Rural	18,7	15,0	+ 25,0	42,6	36,5	+ 16,5
Outros	1.108,6	1.067,0	+ 3,9	2.268,3	2.240,5	+ 1,2
✓ Cativo Outros	1.058,4	1.035,4	+ 2,2	2.171,0	2.180,7	- 0,4
✓ Livre Outros	50,2	31,7	+ 58,5	97,3	59,7	+ 62,9
1 Vendas de energia no mercado cativo	7.317,2	7.030,8	+ 4,1	14.783,5	14.755,6	+ 0,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	1.732,3	1.357,4	+ 27,6	3.445,3	2.885,8	+ 19,4
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	9.049,4	8.388,3	+ 7,9	18.228,8	17.641,4	+ 3,3
4 Fornecimento não faturado	(98,6)	(231,7)	- 57,4	(158,0)	(205,4)	- 23,1
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	8.950,8	8.156,5	+ 9,7	18.070,7	17.436,0	+ 3,6

Comentário do Desempenho

3. Desempenho financeiro

3.1. Receita operacional bruta e líquida

No 2T21, a receita operacional líquida consolidada, sem a receita de construção, atingiu R\$ 5.294,7 milhões, o que representa crescimento de 36,7% (R\$ 1.421,1 milhões) em relação ao registrado no 2T20. No acumulado em 6M21, atingiu R\$ 10.199,1 milhões, aumento de 26,2% (R\$ 2.120,4 milhões).

A seguir, as receitas operacionais líquidas por segmento:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	2T21	2T20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	5.635,9	4.737,4	+ 19,0	11.125,6	10.219,4	+ 8,9
✓ Residencial	2.883,7	2.356,3	+ 22,4	5.711,4	5.070,8	+ 12,6
➤ Baixa renda	251,0	40,4	+ 520,8	498,5	240,8	+ 107,0
✓ Industrial	376,1	351,3	+ 7,0	720,8	731,4	- 1,5
✓ Comercial	1.141,8	982,4	+ 16,2	2.278,3	2.238,7	+ 1,8
✓ Rural	590,0	486,8	+ 21,2	1.145,4	982,9	+ 16,5
✓ Outras classes	644,4	560,6	+ 15,0	1.269,8	1.195,6	+ 6,2
(+) Suprimento de energia elétrica	191,8	120,9	+ 58,7	349,6	273,8	+ 27,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	77,1	(65,5)	-	208,0	(21,6)	-
(+) Vendas pela comercializadora (ECOM)	235,8	205,2	+ 14,9	449,9	522,2	- 13,8
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	495,3	366,7	+ 35,1	903,8	732,5	+ 23,4
(+) Receitas de construção	806,0	525,0	+ 53,5	1.367,1	1.102,3	+ 24,0
(+) Constituição e amortização - CVA	659,9	112,3	+ 487,8	1.113,8	(76,6)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	348,4	479,4	- 27,3	674,7	787,5	- 14,3
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	99,8	(18,3)	-	231,2	9,7	+ 2.291,5
(+) Outras receitas	72,7	77,3	- 6,0	110,4	122,1	- 9,6
Receita Bruta	8.622,8	6.540,4	+ 31,8	16.534,2	13.671,4	+ 20,9
(-) Impostos sobre vendas	2.051,9	1.739,5	+ 18,0	4.034,1	3.671,0	+ 9,9
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(5,8)	(11,1)	- 47,9	(19,7)	(9,2)	+ 114,3
(-) Encargos setoriais	475,9	413,2	+ 15,2	953,6	828,5	+ 15,1
(=) Receita líquida	6.100,7	4.398,7	+ 38,7	11.566,2	9.181,0	+ 26,0
(-) Receitas de construção	806,0	525,0	+ 53,5	1.367,1	1.102,3	+ 24,0
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	5.294,7	3.873,7	+ 36,7	10.199,1	8.078,7	+ 26,2

Comentário do Desempenho

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T21	2T20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
I - Distribuição de energia elétrica	5.667,7	4.072,4	+ 39,2	10.769,0	8.453,2	+ 27,4
✓ EMG	208,4	193,5	+ 7,7	408,2	378,8	+ 7,8
✓ ENF	44,8	44,1	+ 1,5	90,5	87,0	+ 4,0
✓ ESE	418,0	289,1	+ 44,6	785,9	622,0	+ 26,4
✓ EBO	82,8	64,0	+ 29,4	157,5	125,9	+ 25,1
✓ EPB	603,2	461,0	+ 30,8	1.206,1	989,7	+ 21,9
✓ EMT	1.667,4	1.094,9	+ 52,3	3.098,4	2.206,4	+ 40,4
✓ EMS	894,0	598,2	+ 49,4	1.772,0	1.291,0	+ 37,3
✓ ETO	444,7	322,9	+ 37,7	816,0	661,4	+ 23,4
✓ ESS	472,6	409,0	+ 15,6	969,1	830,4	+ 16,7
✓ ERO	689,8	435,3	+ 58,5	1.160,1	923,4	+ 25,6
✓ EAC	142,2	160,4	- 11,3	305,2	337,4	- 9,5
II - Comercialização e serviços de energia	575,1	446,7	+ 28,7	1.068,8	976,6	+ 9,4
✓ Energisa Comercializadora (ECOM)	59,4	55,3	+ 7,4	113,9	112,0	+ 1,6
✓ Energisa Soluções Consolidada (ESOL Consol.)	214,4	186,5	+ 14,9	408,9	474,5	- 13,8
✓ Energisa S/A (ESA)	55,5	53,5	+ 3,8	100,7	108,0	- 6,8
✓ Multi Energisa	10,4	10,2	+ 1,7	21,1	20,4	+ 3,3
✓ Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	13,2	12,0	+ 10,2	26,5	52,4	- 49,3
✓ Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	17,1	36,0	- 52,6	33,8	79,2	- 57,3
✓ Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	54,1	65,6	- 17,6	149,8	93,6	+ 60,1
✓ Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	121,6	10,2	+ 1.094,0	168,6	15,3	+ 1.004,4
✓ Outras	29,5	17,4	+ 69,4	45,5	21,3	+ 113,7
(=) Total (I+II)	6.242,8	4.519,1	+ 38,1	11.837,8	9.429,8	+ 25,5
<i>Eliminações intercompany</i>	<i>(142,1)</i>	<i>(120,4)</i>	<i>+ 18,0</i>	<i>(271,6)</i>	<i>(248,8)</i>	<i>+ 9,2</i>
(=) Energisa Consolidada	6.100,7	4.398,7	+ 38,7	11.566,2	9.181,0	+ 26,0
(-) Receitas de construção	806,0	525,0	+ 53,5	1.367,1	1.102,3	+ 24,0
(=) Energisa Consol, s/ receita de construção	5.294,7	3.873,7	+ 36,7	10.199,1	8.078,7	+ 26,2

3.2. EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1.385,4 milhões no trimestre, incremento de 90,5% (R\$ 658,0 milhões) em relação ao ano anterior. Esse valor está influenciado pelos seguintes efeitos:

- Positivos:

- (i) Marcação a mercado do portfólio da Energisa Comercializadora, com efeito de R\$ 0,6 milhão nesse trimestre e de R\$ 11,5 milhões no mesmo período do ano passado (CPC 48);
- (ii) Atualização financeira do VNR, sendo R\$ 99,8 milhões nesse trimestre, contra efeito negativo de R\$ 18,3 milhões no mesmo período do ano anterior;
- (iii) Adoção do IFRS 15 no segmento de transmissão com reconhecimento de Ativo de Contrato de R\$ 44,6 milhões, contra R\$ 47,4 milhões no mesmo período do ano anterior;
- (iv) Impacto de R\$ 20,9 milhões referentes à constituição de Fundo de Investimento em Cotas em Direitos Creditórios não padronizados (FIDC).

- Negativos:

- (i) Custos rescisórios de R\$ 4,9 milhões nesse trimestre e R\$ 5,5 milhões no mesmo trimestre do ano anterior;
- (ii) Impacto de R\$ 4,6 milhões nesse trimestre referente ao ajuste no preço de vendas de ativos (Brookfield), após liquidação do procedimento arbitral sigiloso, conforme explicado mais acima. Este valor é composto

Comentário do Desempenho

pelas despesas de R\$ 6,2 milhões, com honorários de serviços advocatícios, e pela receita de R\$ 1,5 milhão referente ao ressarcimento das custas e despesas incorridas com a arbitragem.

No acumulado do ano, o EBITDA totalizou R\$ 2.692,5 milhões, aumento de 70,8 % (R\$ 1.116,5 milhões) em relação ao ano passado. Esse valor está influenciado pelos seguintes efeitos não recorrentes:

- Positivos:
 - (i) Atualização financeira do VNR, sendo R\$ 231,2 milhões no acumulado do ano e R\$ 9,7 milhões no mesmo período do ano anterior;
 - (ii) Adoção do IFRS 15 no segmento de transmissão com reconhecimento de Ativo de Contrato de R\$ 80,1 milhões, contra R\$ 94,4 milhões no mesmo período do ano anterior;
 - (iii) Impacto de R\$ 180,7 milhões referentes à constituição de Fundo de Investimento em Cotas em Direitos Creditórios não padronizados (FIDC).
- Negativos:
 - (iv) Custos rescisórios de R\$ 11,1 milhões no acumulado do ano e R\$ 12,7 milhões no mesmo período do ano anterior;
 - (v) Marcação a mercado do portfólio da Energisa Comercializadora, com efeito negativo de R\$ 13,9 milhões nesse semestre e de R\$ 18,6 milhões no mesmo período do ano passado (CPC 48);
 - (vi) Impacto de R\$ 4,6 milhões no acumulado referentes ao ajuste no preço de vendas de ativos (Brookfield).

A seguir, os valores de EBITDA e EBITDA Ajustado trimestral por subsidiária nos períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado ⁽¹⁾		
	2T21	2T20	Var. %	2T21	2T20	Var. %
Distribuição de energia elétrica	1.283,2	636,6	+ 101,6	1.395,1	711,0	+ 96,2
EMG	25,1	29,5	- 14,8	29,1	32,4	- 10,1
ENF	4,7	6,0	- 22,2	4,9	6,7	- 27,0
ESE	115,0	49,4	+ 132,8	124,1	55,2	+ 124,9
EBO	17,6	9,6	+ 83,7	19,3	10,7	+ 80,9
EPB	146,8	80,5	+ 82,4	162,2	90,2	+ 80,0
EMT	460,5	184,6	+ 149,5	494,8	204,9	+ 141,5
EMS	238,1	90,2	+ 164,0	256,0	101,8	+ 151,5
ETO	120,7	82,3	+ 46,6	129,5	87,7	+ 47,6
ESS	54,3	55,6	- 2,2	61,7	60,7	+ 1,7
ERO	57,2	43,2	+ 32,5	66,5	52,9	+ 25,7
EAC	43,0	5,7	+ 652,1	47,1	8,0	+ 489,6
Comercialização, serviços de energia e outros	93,8	74,5	+ 26,0	93,9	74,5	+ 26,0
ECOM	6,5	18,0	- 63,6	6,5	18,0	- 63,6
ESOL Consol.	5,5	2,5	+ 118,9	5,5	2,5	+ 118,9
MULTI	3,5	2,6	+ 38,5	3,5	2,6	+ 38,5
EGO	11,7	10,0	+ 16,5	11,7	10,0	+ 16,5
EPA I	8,4	22,3	- 62,1	8,4	22,3	- 62,1
EPA II	15,1	12,7	+ 19,2	15,1	12,7	+ 19,2
ETT	37,7	3,0	+ 1.145,9	37,7	3,0	+ 1.145,9
Outras	5,4	3,4	+ 59,3	5,4	3,4	+ 61,0
Holdings (sem equivalência patrimonial)	8,3	14,6	- 43,0	8,3	14,6	- 43,0
ESA Controladora	8,8	15,2	- 41,8	8,8	15,2	- 41,8
Rede Controladora	(0,1)	(0,2)	- 19,9	(0,1)	(0,2)	- 19,9
DENERGE	(0,0)	(0,1)	- 43,8	(0,0)	(0,1)	- 43,8
Demais holdings	(0,3)	(0,3)	+ 3,0	(0,3)	(0,3)	+ 3,0
Combinação de negócios	0,1	1,6	- 92,1	0,1	1,6	- 92,1
Energisa Consolidada	1.385,4	727,4	+ 90,5	1.497,5	801,8	+ 86,8
Margem EBITDA (%)	22,7	16,5	+ 6,2 p.p.	24,5	18,2	+ 6,3 p.p.

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Comentário do Desempenho

A seguir, os valores de EBITDA e EBITDA Ajustado semestral por subsidiária nos períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado ⁽¹⁾		
	6M21	6M20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
Distribuição de energia elétrica	2.606,1	1.444,2	+ 80,5	2.835,6	1.599,0	+ 77,3
EMG	95,8	63,9	+ 49,9	103,7	69,7	+ 48,9
ENF	13,5	14,1	- 4,6	13,8	15,5	- 10,5
ESE	204,9	128,9	+ 59,0	222,7	140,6	+ 58,4
EBO	33,1	20,3	+ 63,2	36,4	22,6	+ 61,0
EPB	307,9	219,1	+ 40,5	339,1	240,2	+ 41,2
EMT	917,7	360,1	+ 154,8	988,6	405,3	+ 143,9
EMS	452,3	246,1	+ 83,8	488,2	271,4	+ 79,9
ETO	208,8	141,9	+ 47,1	227,1	153,3	+ 48,2
ESS	152,0	122,9	+ 23,7	166,5	133,7	+ 24,5
ERO	139,0	69,2	+ 101,0	162,7	84,2	+ 93,3
EAC	81,0	57,6	+ 40,8	86,6	62,6	+ 38,3
Comercialização, serviços de energia e outros	146,9	98,2	+ 49,5	147,0	98,2	+ 49,6
ECOM	(14,0)	(12,2)	+ 15,4	(14,0)	(12,2)	+ 15,4
ESOL Consol.	12,2	9,0	+ 35,9	12,2	9,0	+ 35,9
MULTI	7,1	5,5	+ 28,6	7,1	5,5	+ 28,6
EGO	23,9	26,2	- 8,7	23,9	26,2	- 8,7
EPA I	23,5	45,2	- 47,9	23,5	45,2	- 47,9
EPA II	34,3	18,6	+ 83,7	34,3	18,6	+ 83,7
ETT	52,5	5,0	+ 943,6	52,5	5,0	+ 943,6
Outras	7,4	0,8	+ 793,1	7,5	0,8	+ 799,8
Holdings (sem equivalência patrimonial)	24,8	31,7	- 21,6	24,8	31,7	- 21,6
ESA Controladora	23,4	32,2	- 27,3	23,4	32,2	- 27,3
Rede Controladora	(0,7)	(0,1)	+ 857,1	(0,7)	(0,1)	+ 857,1
DENERGE	(0,0)	(0,1)	- 60,3	(0,0)	(0,1)	- 60,3
Demais holdings	2,1	(0,3)	-	2,1	(0,3)	-
Combinação de negócios	(85,4)	1,9	-	(85,4)	1,9	-
Energisa Consolidada	2.692,5	1.576,0	+ 70,8	2.922,0	1.730,8	+ 68,8
Margem EBITDA (%)	23,3	17,2	+ 6,1 p.p.	25,3	18,9	+ 6,4 p.p.

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Comentário do Desempenho

3.3. Resultado financeiro

No 2T21, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 118,9 milhões, contra R\$ 442,0 milhões de despesas financeiras líquidas no 2T20, melhora de 73,1% (R\$ 323,1 milhões). No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 14,9 milhões, contra R\$ 317,9 milhões de despesas financeiras líquidas no 6M20, melhora de 95,3% (R\$ 303,0) milhões.

Resultado Financeiro Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T21	2T20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
Receitas financeiras	689,9	193,5	+ 256,6	859,4	339,6	+ 153,0
Receita de aplicações financeiras	36,0	24,3	+ 48,1	62,7	42,7	+ 46,7
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	112,0	74,4	+ 50,6	229,5	154,8	+ 48,3
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	6,2	10,1	- 38,5	(1,7)	19,3	-
Atualização de créditos tributários a recuperar	5,7	4,4	+ 30,6	10,0	13,4	- 25,0
Atualização monetária dos depósitos judiciais	9,5	7,3	+ 29,9	18,1	14,2	+ 27,6
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(39,0)	(9,8)	+ 298,4	(51,9)	(20,7)	+ 151,3
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	514,8	70,2	+ 633,5	522,9	75,8	+ 589,5
Outras receitas financeiras	44,8	12,6	+ 254,7	69,8	40,1	+ 73,8
Despesas financeiras	(808,8)	(635,4)	+ 27,3	(874,3)	(657,5)	+ 33,0
Encargos de dívidas - Juros	(230,7)	(222,5)	+ 3,7	(431,9)	(451,5)	- 4,3
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	293,3	(197,4)	-	(106,3)	(1.302,4)	- 91,8
Instrumentos financeiros derivativos	(386,0)	234,0	-	(10,8)	1.257,2	-
Ajuste a valor presente	(16,8)	6,9	-	(29,4)	14,9	-
Marcação a mercado derivativos	114,2	(187,5)	-	207,5	172,7	+ 20,2
Marcação a mercado da dívida	(6,5)	(113,3)	- 94,3	176,2	(33,1)	-
Atualização financeira de passivos regulatórios	5,6	(4,2)	-	3,4	(9,1)	-
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(2,0)	(1,7)	+ 16,6	(3,2)	(4,1)	- 21,8
(-) Transferência de juros capitalizados para ordens em curso	7,2	2,9	+ 148,8	12,5	8,9	+ 39,6
Despesas bancárias	(4,9)	(3,7)	+ 34,9	(8,9)	(6,8)	+ 30,4
Incorporação de redes	(25,6)	(5,7)	+ 347,0	(33,7)	(16,1)	+ 110,0
Despesa de Aval	(2,1)	(3,1)	- 31,4	(4,3)	(6,3)	- 31,4
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	(514,8)	(70,2)	+ 633,5	(522,9)	(75,8)	+ 589,5
Outras despesas financeiras	(39,7)	(69,9)	- 43,3	(122,4)	(206,0)	- 40,6
Resultado financeiro	(118,9)	(442,0)	- 73,1	(14,9)	(317,9)	- 95,3

No trimestre, as receitas financeiras apresentaram incremento de R\$ 496,5 milhões, influenciada, principalmente pela variação de R\$ 444,6 milhões na atualização sobre efeitos de redução do ICMS na base do Pis/Cofins.

Por sua vez, nesse trimestre, as despesas financeiras apresentaram incremento de R\$ 173,4 milhões, influenciada, principalmente, pela contabilização do ICMS na base Pis/Cofins no montante de R\$ 514,8 milhões, representando aumento de R\$ 444,6 milhões, com efeito neutro no resultado. Em contrapartida, tivemos o efeito positivo referente à contabilização de R\$ 189,1 milhões da marcação a mercado da opção de compra pela companhia da participação de minoritários na Energisa Participações Minoritárias.

No acumulado do ano, as receitas financeiras apresentaram aumento de R\$ 519,8 milhões, impactada, principalmente pela variação de R\$ 447,1 milhões na atualização sobre efeitos de redução do ICMS na base do Pis/Cofins.

Por sua vez, as despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$ 216,8 milhões no acumulado do ano, em função, principalmente, da contabilização do ICMS na base Pis/Cofins no montante de R\$ 522,9 milhões, aumento de R\$ 447,1 milhões, com efeito neutro no resultado. Em contrapartida, tivemos o efeito positivo referente à contabilização de R\$ 264,9 milhões da marcação a mercado da opção de compra pela companhia da participação de minoritários na Energisa Participações Minoritárias.

Comentário do Desempenho

O Resultado financeiro líquido apresentou melhora de R\$ 323,1 milhões entre os trimestres e R\$ 303,0 milhões no acumulado ano.

3.4. Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 749,0 milhões, uma melhora de 837,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Além dos efeitos mencionados no EBITDA, o lucro líquido também foi afetado pelo efeito positivo de R\$ 142,0 milhões referente à Marcação a Mercado de Derivativos, sem efeito caixa, sendo R\$ 72,8 milhões de impacto negativo referente ao bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S.A, e R\$ 214,8 milhões positivo referente à opção de compra pela companhia da participação de minoritários da Energisa Participações Minoritárias.

Desconsiderando os efeitos acima, o lucro líquido consolidado do trimestre seria de R\$ 355,3 milhões, 397,1% (R\$ 283,9 milhões) acima do registrado no mesmo período do ano passado.

No acumulado do ano, o resultado consolidado foi um lucro líquido de R\$ 1.622,3 milhões, 228,6% (R\$ 1.128,6 milhões) acima do mesmo período do ano anterior. Esse resultado foi afetado pela marcação a mercado mencionada acima, com impacto positivo de 393,1 milhões. Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa, o lucro no acumulado do ano teria sido de R\$ 762,4 milhões, 309,7% (R\$ 576,3 milhões) acima do mesmo período do ano passado.

A seguir, o lucro (prejuízo) líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro (Prejuízo) Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T21	2T20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
Distribuição de energia elétrica	722,2	223,0	+ 223,9	1.478,8	457,4	+ 223,3
EMG	8,7	9,0	- 3,7	45,7	18,4	+ 148,0
ENF	0,9	1,7	- 51,0	4,2	4,7	- 11,7
ESE	77,7	25,9	+ 200,6	133,6	65,5	+ 104,1
EBO	11,7	6,5	+ 80,6	22,6	14,4	+ 57,2
EPB	100,7	56,2	+ 79,1	216,9	152,2	+ 42,6
EMT	339,0	74,9	+ 352,3	623,0	111,8	+ 457,1
EMS	138,8	31,9	+ 335,4	259,0	116,6	+ 122,0
ETO	79,4	36,0	+ 120,5	132,4	49,8	+ 166,1
ESS	21,4	22,9	- 6,5	70,8	46,8	+ 51,3
ERO	(52,3)	(29,3)	+ 78,3	(45,9)	(136,8)	- 66,5
EAC	(3,8)	(12,7)	- 70,5	16,7	14,1	+ 17,8
Comercialização, serviços de energia e outros	57,4	44,9	+ 28,0	89,9	64,1	+ 40,3
ECOM	2,4	11,8	- 79,9	(11,7)	(8,8)	+ 32,9
ESOL Consol.	1,2	(0,2)	-	3,3	1,7	+ 90,1
MULTI	2,1	1,4	+ 53,2	4,3	3,1	+ 39,4
EGO	9,7	9,1	+ 6,4	20,4	23,0	- 11,1
EPAI	2,6	21,1	- 87,5	12,1	42,2	- 71,3
EPAlI	13,5	10,5	+ 28,3	30,2	14,7	+ 105,8
ETT	24,9	2,0	+ 1.153,9	34,7	3,3	+ 954,1
Outras	1,0	(10,8)	-	(3,5)	(15,0)	- 76,8
Holdings (sem equivalência patrimonial)	117,0	(298,9)	-	244,8	90,5	+ 170,6
ESA Controladora	138,2	(296,4)	-	281,8	110,5	+ 154,9
Rede Controladora	(4,2)	2,9	-	(10,5)	(6,7)	+ 55,3
DENERGE	(13,4)	(9,9)	+ 35,7	(25,9)	(17,4)	+ 48,8
Demais holdings	(3,6)	4,5	-	(0,7)	4,1	-
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"	(147,6)	(57,0)	+ 159,0	(191,1)	(118,3)	+ 61,5
Energisa Consolidada	749,0	(88,0)	-	1.622,3	493,7	+ 228,6

Comentário do Desempenho

4. Estrutura de capital

4.1. Operações financeiras no 1º semestre de 2021

As contratações de financiamento pelo Grupo Energisa totalizaram R\$ 3.097,6 milhões no primeiro semestre de 2021, com custo médio de 123,7% do CDI e prazo médio de 3,75 anos. Desse montante, o valor captado neste 2º trimestre foi de R\$ 1.447 milhões.

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (a.a.)	Prazo Médio (anos)
EMT, ESA, EBO, EAC, EMS, ERO, ETO, EMG, ETO, ECOM e ESOL	Lei 4.131	1.315,4	126,5%	2,53
ERO, ETE e Alsol	Debentures ICVM 476	730,0	126,4%	3,13
EMS, EMG, EMT, ESS, ESE, ETO, EAC, ERO e EPB	Finem	800,2	116,2%	6,86
EPB, EBO, EMG e ENF	CCB	252,0	125,6%	1,97
Total		3.097,6	123,7%	3,75

4.2. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 5.657,7 milhões em 30 de junho, frente aos R\$ 5.670,2 milhões registrados em 31 de março de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante positivo de R\$ 661,1 milhões em 30 de junho, contra o saldo negativo de R\$ 15,9 milhões em 31 de março de 2021.

Em 30 de junho, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 13.906,4, contra R\$ 14.220,9 milhões em março de 2021 e R\$ 13.574,3 milhões em dezembro de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidado passou de 3,0 vezes em março para 2,5 vezes em junho de 2021. Os limites dos *covenants* para o ano de 2021 estão em 4,0 vezes.

Comentário do Desempenho

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	30/06/2021	31/03/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/03/2021	31/12/2020
Circulante	1.572,5	2.188,0	2.270,2	4.059,8	4.891,2	5.834,5
Empréstimos e financiamentos	69,4	806,5	790,4	1.785,2	3.037,5	3.891,393
Debêntures	992,9	978,6	968,1	1.705,9	1.651,1	1.780,414
Encargos de dívidas	12,1	37,3	27,3	130,2	152,2	158,6
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	1,5	1,5	1,5	89,1	89,0	89,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	496,7	364,2	483,0	349,3	(38,7)	(85,1)
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	12,9	(83,2)	(65,0)	(134,6)	(486,1)	(633,0)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	483,8	447,4	548,0	483,8	447,4	548,0
Não Circulante	3.838,6	3.838,3	3.764,9	15.504,4	15.000,0	14.638,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	959,3	599,8	399,8	6.725,4	6.298,5	5.913,196
Debêntures	2.658,8	2.853,1	2.803,8	8.810,0	8.832,4	8.596,403
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	12,9	12,5	12,1	561,9	660,1	657,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	207,6	372,9	549,2	(592,9)	(791,0)	(528,5)
✓ Lei 4.131 (Swap e MTM)	(276,2)	(74,6)	1,2	(1.076,7)	(1.238,4)	(1.076,4)
✓ MTM 7ª emissão debêntures	483,8	447,4	548,0	483,8	447,4	548,0
Total das dívidas	5.411,1	6.026,3	6.035,0	19.564,1	19.891,1	20.472,9
(-) Disponibilidades financeiras	3.072,5	2.717,1	2.655,0	4.996,6	5.686,1	6.623,4
Total das dívidas líquidas	2.338,6	3.309,2	3.380,1	14.567,5	14.205,0	13.849,5
(-) Créditos CDE	-	-	-	317,9	289,0	265,5
(-) Créditos CCC	-	-	-	233,2	214,7	244,0
(-) Créditos CVA	-	-	-	110,0	(519,6)	(234,2)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	2.338,6	3.309,2	3.380,1	13.906,4	14.220,9	13.574,3
Indicador Relativo						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	-	-	-	2,5	3,0	3,1

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses). As dívidas por distribuidoras estão no Anexo I.

O total de dívida líquida, deduzidas de créditos setoriais, reduziu em R\$ 314,5 milhões em comparação a março de 2021. A Companhia, de forma a financiar o Capex 2021, no acumulado do ano, realizou captações no montante de R\$ 3,1 bilhões.

Comentário do Desempenho

5. Investimentos

No 2T21, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 909,2 milhões, 35,4% maior que o valor investido no mesmo período do anterior.

Os investimentos realizados foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2T21	2T20	Var. %	2T21	2T20	Var. %	2T21	2T20	Var. %	2T21	2T20	Var. %
EMG	17,8	25,9	- 31,4	0,6	-	-	0,5	1,2	- 55,6	18,9	27,2	- 30,5
ENF	2,4	4,5	- 47,5	0,1	0,2	- 28,0	(0,1)	0,3	-	2,4	5,0	- 52,1
ESE	30,2	20,5	+ 47,3	1,9	(0,5)	-	0,8	2,0	- 58,4	32,9	22,0	+ 49,6
EBO	4,1	4,3	- 5,3	0,6	0,1	+ 462,0	-	0,2	-	4,6	4,7	- 1,5
EPB	43,9	45,7	- 4,0	1,9	0,3	+ 540,0	0,6	3,3	- 82,2	46,4	49,3	- 6,0
EMT	123,8	73,1	+ 69,4	6,8	49,7	- 86,3	1,1	5,1	- 79,4	131,7	127,9	+ 3,0
EMS	77,2	46,7	+ 65,3	6,7	2,7	+ 149,5	7,9	2,7	+ 193,7	91,9	52,0	+ 76,6
ETO	64,9	45,1	+ 43,8	12,3	0,8	+ 1.435,1	0,6	2,2	- 72,0	77,7	48,1	+ 61,6
ESS	26,5	44,6	- 40,5	5,0	1,9	+ 163,0	0,6	2,3	- 72,1	32,2	48,7	- 34,0
ERO	204,9	110,0	+ 86,3	1,6	19,4	- 91,6	9,1	4,4	+ 107,9	215,7	133,8	+ 61,2
EAC	56,4	45,0	+ 25,4	0,3	1,1	- 69,8	3,4	3,6	- 4,7	60,2	49,7	+ 21,1
Total Distribuidoras	652,0	465,4	+ 40,1	37,9	75,7	- 49,9	24,7	27,3	- 9,7	714,5	568,4	+ 25,7
EPA I	-	13,4	-	-	-	-	-	-	-	-	13,4	-
EPA II	39,2	53,0	- 26,1	-	-	-	0,3	-	-	39,5	53,0	- 25,5
EGO I	-	8,6	-	-	-	-	-	-	-	-	8,6	-
ETT	83,3	7,2	+ 1.056,8	-	-	-	-	-	-	83,3	7,2	+ 1.056,8
ALSOL	-	-	-	-	-	-	49,0	13,7	+ 257,7	49,0	13,7	+ 257,7
ESOL Consolidada	-	-	-	-	-	-	6,5	3,2	+ 104,1	6,5	3,2	+ 104,1
Outras	(0,4)	0,1	-	-	-	-	16,8	4,0	+ 319,6	16,4	4,0	+ 309,7
Total	774,0	547,7	+ 41,3	37,9	75,7	- 49,9	97,3	48,2	+ 101,8	909,2	671,5	+ 35,4

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	6M21	6M20	Var. %	6M21	6M20	Var. %	6M21	6M20	Var. %	6M21	6M20	Var. %
EMG	29,3	36,7	- 20,2	1,1	(0,1)	-	1,2	3,2	- 63,5	31,5	39,8	- 20,7
ENF	4,2	7,1	- 40,5	0,1	0,2	- 36,0	0,1	0,4	- 81,0	4,4	7,7	- 42,5
ESE	49,2	38,8	+ 26,9	3,1	1,6	+ 91,9	1,1	4,5	- 76,1	53,4	44,9	+ 18,9
EBO	7,2	8,6	- 15,9	1,0	0,3	+ 232,0	0,1	0,3	- 76,3	8,3	9,2	- 9,8
EPB	86,2	88,5	- 2,6	4,3	1,4	+ 204,1	0,9	5,8	- 83,8	91,4	95,7	- 4,5
EMT	225,8	155,6	+ 45,1	(8,4)	114,6	-	3,3	7,8	- 57,8	220,7	277,9	- 20,6
EMS	195,6	88,2	+ 121,8	9,8	9,7	+ 0,6	9,5	5,3	+ 79,4	214,9	103,2	+ 108,2
ETO	109,8	90,0	+ 22,0	21,8	3,6	+ 505,1	2,8	4,6	- 39,9	134,3	98,2	+ 36,8
ESS	54,4	83,9	- 35,2	13,4	6,1	+ 120,4	(3,1)	4,3	-	64,7	94,3	- 31,4
ERO	311,1	269,6	+ 15,4	44,3	43,7	+ 1,4	10,4	9,4	+ 10,9	365,8	322,7	+ 13,4
EAC	76,0	93,5	- 18,7	2,3	3,2	- 29,3	7,2	11,0	- 34,3	85,5	107,6	- 20,6
Total Distribuidoras	1.148,8	960,3	+ 19,6	92,7	184,3	- 49,7	33,4	56,6	- 41,0	1.275,0	1.201,2	+ 6,1
EPA I	-	33,6	-	-	-	-	-	-	-	-	33,6	-
EPA II	114,7	74,9	+ 53,2	-	-	-	0,3	-	-	115,1	74,9	+ 53,6
EGO I	-	32,8	-	-	-	-	-	-	-	-	32,8	-
ETT	115,5	10,2	+ 1.031,9	-	-	-	0,0	-	-	115,5	10,2	+ 1.031,9
ALSOL	-	-	-	-	-	-	70,0	22,7	+ 208,3	70,0	22,7	+ 208,3
ESOL Consolidada	-	-	-	-	-	-	12,2	3,8	+ 221,1	12,2	3,8	+ 221,1
Outras	1,4	0,1	+ 1.291,0	-	-	-	17,7	7,3	+ 141,9	19,1	7,4	+ 157,5
Total	1.380,4	1.112,0	+ 24,1	92,7	184,3	- 49,7	133,6	90,4	+ 47,8	1.606,7	1.386,6	+ 15,9

Comentário do Desempenho

6. Fluxo de Caixa

No 2T21 a geração de caixa operacional da Energisa foi R\$ 368,3 milhões abaixo do 2T20. As atividades de investimento sofreram variação de R\$ 415,2 milhões, e as atividades de financiamento variaram em R\$ 33,8 milhões.

Fluxo de Caixa Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre		Acumulado	
	2T21	2T20	6M21	6M20
(a) Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.240,5	1.313,6	1.062,1	663,1
(b) Caixa Líquido Atividades Operacionais (a=i+ii)	669,2	1.037,5	1.419,1	1.777,2
(i) Caixa Gerado nas Operações	1.468,3	972,4	2.576,1	1.879,1
Lucro (Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda das Operações Continuadas	957,8	(14,8)	2.067,4	656,9
Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	48,5	-	48,5	-
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	(82,0)	455,0	461,4	1.723,9
Provisões/reversões	124,7	223,0	120,8	348,2
Valor residual de ativos permanentes baixados	25,4	12,0	15,2	29,6
Depreciação e amortização	308,7	300,2	610,2	601,2
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(99,8)	(37,6)	(231,2)	(65,5)
Marcação a mercado e instrumentos derivativos	278,3	66,8	(373,0)	(1.396,8)
Programa de Remuneração Variável	2,4	1,0	4,7	2,1
Marcação a mercado dos contratos de energia comercializada	(0,7)	(8,0)	13,2	22,1
Margem de Construção, Operação e remuneração do ativo de contrato (Transmissão)	(94,9)	(21,9)	(161,1)	(42,5)
PIS & COFINS diferido das transmissoras	-	(3,3)	-	-
(ii) Variações nos Ativos e Passivos	(799,1)	65,1	(1.157,0)	(102,0)
Capital de giro	144,9	(55,8)	(448,9)	(353,2)
Tributos	(143,7)	222,9	(271,0)	277,7
Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	(39,8)	(17,6)	(71,1)	(60,9)
Impostos a recuperar	6,0	19,6	(4,2)	(72,3)
Ativos / passivos regulatórios	(617,7)	32,7	(350,5)	221,6
Cauções e depósitos vinculados	(127,9)	(10,4)	(147,8)	(19,2)
Recebimentos Despacho nº 2.177 - CONTA COVID	-	-	8,0	-
FIDC	-	-	-	-
Outros	(20,8)	(126,5)	128,6	(95,8)
(c) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(283,2)	132,0	194,2	(941,6)
Aumento de Outros Investimentos	-	(1,5)	-	(1,5)
Aplicações no imobilizado, ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(876,9)	(572,1)	(1.197,5)	(1.130,5)
Alienação de bens do imobilizado / intangível / ativos de geração	39,2	26,6	60,0	44,7
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(124,4)	(54,3)	(240,2)	(132,2)
Aplicações financeiras	678,4	733,4	1.811,1	277,9
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócios	0,4	-	(239,3)	-
(d) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(433,0)	(399,2)	(1.482,0)	585,3
Financiamentos obtidos	1.326,4	992,6	3.143,0	3.277,8
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(1.957,7)	(1.258,8)	(4.344,6)	(2.622,7)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(234,4)	(206,8)	(450,6)	(382,6)
Liquidação de derivativos	275,7	201,9	481,4	464,1
Dividendos	(170,7)	(163,8)	(606,7)	(163,8)
Parcelamento de impostos, fornecedores e encargos setoriais	(6,1)	39,7	(12,1)	35,6
Pagamento de incorporação de redes	(20,0)	(0,4)	(41,9)	(16,1)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	(4,4)	(3,6)	(8,6)	(7,0)
Aumento de capital com subscrição de ações	406,3	-	406,3	-
Custos relacionados a Ações em tesouraria adquiridas	(48,1)	-	(48,1)	-
(e) Aumento (Redução) de Caixa (e=b+c+d)	(47,0)	770,3	131,4	1.420,8
(f) Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa (f=a+e)	1.193,5	2.083,9	1.193,5	2.083,9
(g) Saldo aplicações financeiras e créditos setoriais	4.464,3	3.338,3	4.464,3	3.338,3
(h) Saldo Final de Caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais (h=f+g)	5.657,7	5.422,2	5.657,7	5.422,2

Em junho de 2021 as aplicações financeiras somaram R\$ 3.803,2 milhões e os créditos setoriais foram positivos em R\$ 661,1 milhões, de forma que a posição consolidada de caixa totalizou R\$ 5.657,7 milhões.

Comentário do Desempenho

7. Mercado de capitais

7.1. Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 3,1% no 2T21 e encerraram o exercício cotadas a R\$ 46,60 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou alta de 8,7%, enquanto o IEE teve queda de 0,6%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do exercício:

	Junho 2021	Junho 2020	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	30.818,12	31.172,46	-1,1%
Valor de mercado no final do semestre (R\$ milhões)	16.911,72	17.250,16	-2,0%
Volume médio diário negociado no semestre - Units (R\$ milhões)	78.306,3	76.218,8	2,7%
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do semestre (R\$/Unit)	46,60	47,53	-2,0%
ENGI3 (ON) no fechamento no final do semestre (R\$/ação)	17,38	12,08	43,9%
ENGI4 (PN) no fechamento no final do semestre (R\$/ação)	7,31	8,43	-13,2%
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	2,96%	1,26%	1,70 p.p.
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) -12 meses %	0,94%	8,91%	- 7,97 p.p.
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	1,83	2,50	-26,8%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada;

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

8. Dividendos

O Conselho de Administração da Energisa S/A (“Companhia”) em reunião realizada nesta data deliberou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 235,3 milhões, equivalente a R\$ 0,65 por Units e R\$ 0,13 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, apurados conforme resultados da Companhia até 30 de junho de 2021. O pagamento será efetuado em 29 de setembro de 2021. De acordo com a legislação vigente não haverá desconto relativo ao Imposto de Renda na Fonte e farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações 17 de agosto de 2021, respeitadas as negociações em Bolsa até esta data. Dessa forma, a partir 18 de agosto de 2021, as ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos”.

9. Eventos subsequentes

9.1. Aneel Homologa a 5ª revisão tarifária periódica da Energisa Sul-Sudeste (“ESS”)

Em reunião pública ordinária da diretoria da Aneel (Resolução Homologatória nº 2.893/2021) ocorrida em 06 de julho de 2021, foi aprovada a 5ª revisão tarifária periódica de sua controlada Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”), com vigência a partir de 12 de julho de 2021. O efeito médio percebido pelos consumidores em relação às tarifas atualmente praticadas foi um aumento de 9,84%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da ESS
Baixa Tensão	12,12%
Alta e Média Tensão	4,32%
Total	9,84%

A Base de Remuneração Regulatória Líquida da distribuidora foi definida em R\$ 1.102,6 milhões, um crescimento

Comentário do Desempenho

de 80,2% em relação a base do ciclo anterior atualizada pelo IPCA (R\$ 612,0 milhões). A parcela B homologada foi de R\$ 450,3 milhões, 3,6% (+R\$ 15,6 milhões) acima da parcela B homologada na revisão tarifária de 2016 e atualizada pelo IPCA.

9.2. Bandeiras Tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Vermelha no valor de R\$ 9,492 a cada 100 kWh - Patamar 2 para os meses de julho de 2021 e agosto de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país. Os valores das bandeiras amarela e vermelha (patamar 1) são de R\$ 1,874 e R\$ 3,971 a cada 100 kWh, respectivamente.

9.3. Antecipação de dividendos de exercício de 2021 - Controladora

O Conselho de Administração da Energisa S.A. aprovou em 12 de agosto de 2021 a distribuição de dividendos intermediários, à conta dos resultados do período findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$235.292.554,25, o que equivale a R\$0,65 por Units e R\$0,13 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir do dia 29 de setembro de 2021 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 17/08/2021, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

9.4. Empréstimo contratado

Em 06 de julho de 2021 a controlada direta ERO captou a importância de R\$104,0 milhões em moeda corrente junto ao Banco Santander Brasil, com remuneração de 100% do CDI mais 1,60% a.a., com vencimento em 06 de julho de 2023. Em 27 de Julho de 2021, a controlada Indireta EMS captou a importância de R\$140,0 milhões em moeda estrangeira junto ao Banco Citibank NA, com remuneração de Libor + 1,16% ao ano, com vencimento em 29 de julho de 2024. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,75% ao ano, retirando o risco cambial da operação. Em 28 de Julho de 2021, a controlada Indireta EMS captou a importância de R\$150,0 milhões em moeda corrente junto ao Banco Santander Brasil S/A, com remuneração de 100% do CDI mais 1,60% ao ano, com vencimento em 28 de julho de 2023.

9.5. Emissão de nota promissória

Em 23 de Julho de 2021 a Companhia fez a emissão da 7ª Nota Promissória em moeda corrente, em série única, com remuneração de CDI + 1,80% ao a.a. no valor de R\$ 700,0 milhões, com vencimento em 23 de julho de 2024. Em 22 de julho de 2021 a controlada indireta EMS fez a emissão da 3ª nota promissória em moeda corrente, em série única com remuneração do CDI + 1,75% ao a.a., no valor de R\$50,0 milhões com vencimento em 22 de julho de 2024.

Em 19 de julho de 2021 a controlada direta EAC fez a emissão da 1ª nota promissória em moeda corrente, em 6 series com remuneração de 100% do CDI + 1,81% ao a.a., no valor total de R\$300,0 milhões, conforme segue:

Séries	Valor Captado (R\$ Milhões)	Vencimento
1ª Série	11,308	19/01/2022
2ª Série	12,776	19/07/2022
3ª Série	13,042	19/01/2023
4ª Série	12,951	19/07/2023
5ª Série	12,516	19/01/2024
6ª Série	237,407	19/07/2024
Total	300,000	

9.6. Empréstimo liquidado antecipadamente

Em 28 de Julho de 2021, a controlada Indireta EMS, fez a liquidação antecipada no valor total de R\$70,721 milhões junto ao Banco Santander S/A referente ao financiamento que tinha seu vencimento em 09 de agosto de 2021.

A Administração.

Notas Explicativas

Energisa S/A Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo (RJ)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) ^(*)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“ERO”)	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“EAC”)	Rio Brando (AC)	07/12/2018	06/12/2048

^(*) A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, muito embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

As Distribuidoras controladas diretas e indiretas são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias, revisão tarifária extraordinária, bandeiras tarifárias e outros assuntos regulatórios, sobrecontratação, ativos e passivos financeiros setoriais, outros créditos, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção, ativos vinculados à concessão, e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 11, 12, 15.1, 16, 19.1 e 31, respectivamente.

Notas Explicativas

Transmissão de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("EGO I") (*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I") (**)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Em construção
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km. Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção (***)

(*) **Início de operação:** a obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

(**) **Início de operação:** a obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão;

(***) **Leilão de Transmissão nº 001/2020** - em 17 de dezembro de 2020, a Energisa S.A. (controladora da ETE) sagrou-se vencedora do lote 11, de ativos de transmissão, conforme informações abaixo:

Lote	Local (UF)	Extensão	Investimento Estimado Aneel (R\$ Mil)	RAP ¹ Máxima (R\$ Mil)	RAP Proposta (R\$ Mil)	Deságio	Benefício Fiscal Aplicável
11	AM	33 Km novos e 385 km existentes	882.240	119.713	63.000	47,37%	SUDAM

O lote contratado representa incorporação de ativos em serviço designado da empresa Amazonas Geração e Transmissão (AmGT) pela Portaria MME no. 776 de 15 de dezembro de 2016 e a revitalização e continuidade da prestação do serviço público de transmissão das instalações existentes e a expansão e reforço do sistema para atendimento à região metropolitana de Manaus e à região de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, como segue:

- (i) **Novos Empreendimentos:** - LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.; e
- (ii) **Empreendimentos existentes incorporados e que serão revitalizados:** - Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2021 o contrato de concessão foi celebrado pela EAM (concessionária de transmissão) e a ETE (acionista controladora) junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação e os novos empreendimentos, conforme destacados nos itens i e ii acima, serão construídos conforme prazos estabelecidos no contrato de concessão.

As Transmissoras controladas indiretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Lote 4 - Leilão de Transmissão

Em 30 de junho de 2021, a controlada direta ETE sagrou-se vencedora do lote 4 em leilão de transmissão de energia elétrica promovido pela ANEEL. A Receita Anual Permitida (RAP) definida no projeto é de R\$4.098. O lote 4, inclui implantação de unidades de transformação de 230/138 kV com 200 MVA e um novo pátio de 138 kV onde se conectará a controlada indireta Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A, trazendo mais segurança e confiabilidade para o sistema elétrico na região e a ampliação da subestação no município de Gurupi no estado de Tocantins mantendo sinergia com as novas instalações em construção de propriedade da controlada indireta Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A. (ETT). Esse é o sexto lote de transmissão adquirido pela controlada desde 2017 com o compromisso de melhorar a infraestrutura do setor elétrico no país. A controlada ETE aguarda os demais ritos do processo para a assinatura do contrato de concessão, que será realizado pela sua controlada Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S.A.

Geração de energia elétrica	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	Subsidiária possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
CGH Rio Vermelho	A subsidiária possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A subsidiária possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol")	Cerca de 57,1 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e outros 46,5 MWp em fase de implementação, somando um portfólio total de 104,5 MWp, dos quais 72,2 MWp são de usinas próprias ALSOL.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)

As Geradoras controladas diretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e de implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficiência energética e à geração distribuída via sistemas fotovoltaicos e armazenamento de energia.

Comercializadora de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("ECOM")	Subsidiária integral que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Notas Explicativas

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S.A.	Participação, prestação e desempenho de atividades dos serviços de tecnologia da informação - TI e prestação de serviços, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”), incorporada posteriormente pela Denerge em 22/11/2019 e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, respondido pela Energisa. Aguarda-se remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 30 de junho de 2021 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$635.256, dos quais R\$496.448 refere-se a empréstimos, R\$72.372 a debêntures e R\$66.436 a fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 dezembro de 2019	208.714	283.982	56.205	548.901
(+) Atualização (1)	4.466	29.654	(626)	33.494
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	27.307	7.152	25.789	60.248
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.573)	(961)	(34.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	236.031	291.215	80.407	607.653
(+) Atualização (1)	1.099	7.272	236	8.607
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	7.462	2.162	(11.661)	(2.037)
Saldos em 31 de março de 2021	244.592	300.649	68.982	614.223
(+) Atualização (1)	1.111	7.353	244	8.708
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	7.723	2.161	2.441	12.325
Saldos em 30 de junho de 2021	253.426	310.163	71.667	635.256

- (1) Atualização: ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Notas Explicativas

Capital Circulante - controladora:

A Companhia apresentou em 30 de junho de 2021 capital circulante líquido negativo, no montante de R\$402.541 (R\$2.242.170 em 31 de dezembro de 2020) na controladora, sendo positivo no consolidado em R\$2.388.572 (R\$1.192.781 em 31 de dezembro de 2020). A Administração considera que os fluxos de dividendos futuros oriundos dos resultados das operações das controladas, associado ao processo de alongamento da dívida de curto prazo, atualmente em curso, deverão proporcionar os recursos financeiros necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes da controladora.

1.1 Efeitos COVID-19:

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no primeiro semestre de 2021

Nos primeiros seis meses de 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicos da população brasileira.

A Administração da Companhia e suas controladas seguem monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas pela Companhia e suas controladas com o intuito de mitigar tais riscos. As principais ações adotadas pela Companhia e suas controladas estão listadas a seguir:

- A Companhia e suas controladas seguem atentas e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento do incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021, alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. As controladas implementaram ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital. A Companhia e suas controladas possuem expectativas que, aliado as ações tomadas, o reestabelecimento do corte de energia, previsto a partir de 1 de outubro de 2021, elimine o efeito temporal provocado pela inadimplência, e volte a normalizar a provisão para perdas esperadas de crédito

Notas Explicativas

de liquidação duvidosa (PPECLD) a patamares históricos. As controladas distribuidoras de energia realizaram os cálculos de perdas esperadas com inadimplência, em decorrência dos impactos da COVID-19 baseado em suas melhoras estimativas, tendo apurado findo em 30 de junho de 2021 reversão para perda de R\$38.877 (R\$188.398 de provisão no mesmo período findo em 30 de junho de 2020). Em 30 de junho de 2021 o montante total reconhecido é de R\$111.028 (R\$149.905 em 31 de dezembro de 2020);

- Supervisão constante das obras em andamento das controladas com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. Até o momento a Administração das controladas não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento.
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos Estados onde as controladas distribuem energia, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionados acima. O Grupo Energisa segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 11 de março de 2021.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício de 31 de dezembro de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2021.

Notas Explicativas

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Normas	Descrição	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu por um ano, ou seja, até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19.	31 de março de 2021

3. Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e suas controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação às investidas.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período/exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido.

Notas Explicativas

(incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas.

		% de participação	
	Ramo de atividade	30/06/2021	31/12/2020
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	Distribuição de energia	95,52	95,52
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	Distribuição de energia	95,09	95,09
Energisa Soluções S/A (ESOL)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (2)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A (2)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	82,72	85,31
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (1)	Holding	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia I S/A (2)	Transmissão de energia	-	100
Energisa Transmissora de Energia II S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia III S/A (2)	Transmissão de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	Geração de energia distribuída	89,49	89,21
Voltz Capital S.A (2) (a)	Serviços	100	100
Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) (4)	Fundo de investimento	25,48	-
Controladas indiretas			
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	94,63	95,21
Rede Power do Brasil S/A	Holding	94,62	95,2
QMRA Participações S/A	Holding	94,62	95,2
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	73,41	74,33
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (3)	Distribuição de energia	94,55	95,14
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	72,54	72,99
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	94,62	95,21
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	93,91	94,49
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia I S/A (2)	Transmissão de energia	100	-
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,90	99,90

Notas Explicativas

(a) Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Voltz Capital S.A., realizada em 02 de julho de 2020 que obteve aprovação, do estatuto social, alteração de atividades econômicas (principal e secundária) e a alteração do objeto social, protocolado pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 16 de julho de 2020.

(1) Companhias abertas.

(2) Em fase pré-operacional.

(3) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

(4) Fundo de Investimento e Cotas (FIC - FIDC)

A Companhia e suas controladas realizaram em janeiro de 2021, a cessão de determinados créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) o qual conta com participação de 74,25% do Banco BTG Pactual e 25,48% da Companhia. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs, conforme segue:

- (i) Títulos de precatórios - foram avaliados conforme as suas respectivas posições nas filas de precatórios, capacidade fiscal e de pagamento dos entes federativos (municípios), sendo considerada a data de pagamento limite de 31 de dezembro de 2024 ou 2028. A taxa de recuperação dos precatórios foi classificada conforme a qualidade do crédito do ente federativo: os precatórios de municípios que possuem boa capacidade financeira atribuem-se a taxa de recuperação estimada de 39,0%, já os com baixa capacidade financeira tiveram a sua taxa de recuperação estimada em 19,0%;
- (ii) Títulos de empresas em recuperação judicial/falência: os créditos cedidos ao FIDC-NP consideraram os fluxos de pagamento e deságios previstos nos planos de recuperação judicial e, adicionalmente, taxas de recuperação estimadas, sendo de 50% para os créditos com planos de recuperação judicial homologados e 10% para os com planos de recuperação judicial não-homologados; já para os créditos das empresas em situação de falência, adotou-se a taxa de recuperação entre 5% a 8% do valor do crédito;
- (iii) Créditos de ações judiciais - Os créditos cedidos ao FIDC-NP foram separados em dois blocos: no primeiro bloco estão os processos relevantes, cujas premissas para avaliação foram embasadas em análises de consultoria especializada; no segundo bloco têm-se duas subcategorias de processos judiciais - na primeira subcategoria, a das ações contra a administração pública em fases anteriores a do trânsito em julgado, denominadas pré-precatórios, considerou-se a expectativa de pagamento do crédito ao final de 2030; na segunda subcategoria estão os demais processos judiciais, cuja expectativa média do trânsito em julgado de ações semelhantes é de 10 anos. A taxa de recuperação estimada para as ações judiciais deste FIDC-NP foi de 42,4%.

A Companhia passou a consolidar o fundo a partir de 31 de março de 2021, devido as atividades conduzidas pelo FIDC atenderem substancialmente as necessidades operacionais da Companhia, e também pelo fato da Companhia estar exposta a todos os riscos e benefícios atrelados ao fundo. O acordo de cotista prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco BTG Pactual no montante inicial de R\$200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo. A Companhia possui opção de compra para aquisição das cotas do banco BTG Pactual no FIDC nas mesmas condições da opção de venda, ou seja, com uma atualização de CDI + 2,35%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

b)

	30/06/2021					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	10.732.257	906	390.983	408.940	33.092	11.566.178
Receitas Intersegmentos	11.855	-	5.903	-	201.792	219.550
Total	10.744.112	906	396.886	408.940	234.884	11.785.728
Receitas Financeiras	835.588	7	2.758	588	225.473	1.064.414
Despesas Financeiras	(1.138.644)	(4)	(32.045)	(3.988)	95.346	(1.079.335)
Total	(303.056)	3	(29.287)	(3.400)	320.819	(14.921)
Amortização e depreciação	584.392	99	28	76	25.584	610.179
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	1.718.960	(501)	213.547	(17.501)	152.879	2.067.384

	30/06/2020					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	8.424.234	746	240.075	474.465	41.506	9.181.026
Receitas Intersegmentos	9.994	-	337	-	200.146	210.477
Total	8.434.228	746	240.412	474.465	241.652	9.391.503
Receitas Financeiras	265.702	7	669	1.085	149.669	417.132
Despesas Financeiras	(632.542)	(6)	(9.623)	(2.162)	(90.686)	(735.019)
Total	(366.840)	1	(8.954)	(1.077)	58.983	(317.887)
Amortização e depreciação	579.068	89	16	40	22.008	601.221
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	500.166	(127)	169.176	(13.270)	945	656.890

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	30/06/2021	31/12/2020
Ativos dos segmentos	40.629.173	13.360	2.281.428	775.092	7.194.880	50.893.933	41.224.171
Ativo circulante	9.928.193	1.176	279.205	227.568	2.784.860	13.221.002	10.240.247
Ativo não circulante	30.700.980	12.184	2.002.223	547.524	4.410.020	37.672.931	30.983.924
Passivos dos segmentos	31.652.525	433	1.674.319	759.810	7.551.784	41.638.871	34.761.951
Passivo circulante	8.062.298	420	129.915	173.650	2.468.024	10.834.307	7.916.276
Passivo não circulante	23.590.227	13	1.544.404	586.160	5.083.760	30.804.564	26.845.675

Notas Explicativas**c) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento**

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita				
Receita líquida total de segmentos	6.207.001	11.785.728	4.490.527	9.391.503
Eliminação de receitas intersegmentos	(106.253)	(219.550)	(91.815)	(210.477)
Receita líquida consolidada	6.100.748	11.566.178	4.398.712	9.181.026
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos	308.718	610.179	300.202	601.221
Amortização e depreciação consolidada	308.718	610.179	300.202	601.221
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos	797.916	1.064.414	196.046	417.132
Eliminação de receitas intersegmentos	(107.993)	(205.043)	(64.817)	(139.737)
Receita financeira consolidada	689.923	859.371	131.229	277.395
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos	(916.815)	(1.079.335)	(638.031)	(735.019)
Eliminação de despesa intersegmentos	107.993	205.043	64.817	139.737
Despesa financeira consolidada	(808.822)	(874.292)	(573.214)	(595.282)
Total do resultado dos segmentos	957.825	2.067.384	(14.773)	656.890
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	957.825	2.067.384	(14.773)	656.890

	30/06/2021	31/12/2020
Ativo		
Ativo total dos segmentos	50.893.933	47.820.730
Outros valores não alocados	(2.870.477)	(2.257.923)
Total Ativo consolidado	48.023.456	45.562.807
Passivo		
Passivo total dos segmentos	41.638.871	40.305.061
Outros valores não alocados	(2.870.477)	(2.257.923)
Total passivo consolidado	38.768.394	38.047.138

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados**5.1 Caixa e equivalentes de caixa**

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2021 equivale a 91,7% do CDI (104,3 % do CDI em 31 de dezembro de 2020) na controladora e 66,6% do CDI (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários à vista	25.905	5.381	341.710	266.201
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	170.870	13.248	851.742	795.901
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	13.248	494.744	795.306
Operações compromissadas	170.870	-	356.998	595
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante (1)	196.775	18.629	1.193.452	1.062.102

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30

Notas Explicativas

de junho de 2021 equivale a 126,7% do CDI (150,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020) na controladora e 346,6% do CDI (336,3% do CDI em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	2.875.758	2.636.327	3.803.166	5.561.281
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	11.653	11.510	105.234	128.081
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	8.200	10.466
Operações compromissadas em debêntures ⁽²⁾	-	-	2.303	3.590
Debêntures ⁽³⁾	2.152.645	2.094.921	-	-
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	30.697	30.409	65.745	75.876
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁵⁾	680.763	499.487	3.530.532	5.246.381
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	15.279	5.829	126.433	52.291
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.126	477	3.912	4.277
Títulos públicos	-	51.946	-	572.226
Fundo Multimercado	3.864	2.085	27.286	24.723
Fundo de Renda Fixa	264.206	102.031	1.081.974	964.277
Letra financeira do Tesouro (LFT)	116.084	106.798	549.146	1.110.326
Letra financeira (LFS)	28.698	114.755	202.669	1.360.586
Letra financeira (LF)	1.363	27.850	70.168	305.535
Letra financeira (LTN)	91.325	4.771	644.952	55.869
Nota do tesouro nacional (NTNB)	155.204	76.127	798.471	720.805
Nota do tesouro nacional (NTNF)	3.614	6.818	25.521	75.466
Títulos CCBs	-	74.219	-	74.219
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs	-	(74.219)	-	(74.219)
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁶⁾	-	-	91.152	96.887
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁷⁾	2.875.758	2.636.327	3.803.166	5.561.281
Circulante	484.903	315.399	2.958.566	4.944.045
Não Circulante	2.390.855	2.320.928	844.600	617.236

- (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - são aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,5% a 100,5% (90% a 100% em 31 de dezembro de 2020) e média ponderada 99,8% (99,7% em 31 de dezembro de 2020) do CDI;
- (2) Operações compromissadas em debêntures - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 60% a 80% (65% a 80% em 31 de dezembro de 2020) e média ponderada 62,7% (65,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI e estão lastreadas em debêntures;
- (3) Debêntures - refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;
- (4) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 29,5% a 246,1% (-35,5% a 160,9% em 31 de dezembro de 2020) e média ponderada 125,1% (102,6% em 31 de dezembro de 2020) do CDI.
- (5) Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LF, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 104,1% (113,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo FI Energisa, 142,5% (83,8% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo Cataguases e 121,1% (63,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo Zona da Mata.
- (6) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034;
- (7) Inclui na controladora R\$11.679 (R\$15.478 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado R\$213.631 (R\$276.991 em 31 de dezembro de 2020) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Depósito judicial credores	11.653	15.452	11.653	15.452
Bloqueio Judicial	26	26	6.395	6.482
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	91.152	96.887
Programa Luz para todos	-	-	75.017	116.100
Garantia com comercialização de energia	-	-	10.902	13.194
Conselho do consumidor	-	-	2.783	4.433
Outros	-	-	15.729	24.443
Total	11.679	15.478	213.631	276.991

Notas Explicativas

6. Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 - transações com partes relacionadas, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado								
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (7)	Total	
	30/06/2021	31/12/2020	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2021	31/12/2020
Valores correntes: (1)											
Residencial	-	-	479.399	-	472.257	101.548	55.203	125.395	(289.146)	944.656	987.443
Industrial	-	-	129.966	-	28.169	5.041	9.882	47.389	(49.237)	171.210	218.238
Comercial	-	-	241.621	-	92.581	21.312	19.071	62.207	(84.864)	351.928	423.368
Rural	-	-	131.586	-	72.879	21.406	26.800	20.835	(26.337)	247.169	249.933
Poder público	-	-	94.700	-	14.152	1.958	3.539	13.374	(19.105)	108.618	109.631
Iluminação pública	-	-	80.786	-	13.457	2.545	2.884	14.016	(15.587)	98.101	57.960
Serviço público	-	-	60.931	-	6.278	5.408	19.960	93.982	(121.535)	65.024	69.631
Fornecimento não faturado	-	-	1.449.088	-	-	-	-	-	-	1.449.088	1.241.052
Fornecimento Liminar	-	-	1.598	-	-	-	-	-	-	1.598	1.598
Arrecadação Processo Classificação	-	-	(70)	-	-	-	-	-	-	(70)	23.241
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	71.760	162.727	51.161	21.268	13.549	71.169	(188.967)	202.667	260.687
Industrial	-	-	11.612	27.524	4.591	1.930	1.812	22.406	(32.747)	37.128	41.280
Comercial	-	-	23.130	119.397	13.355	5.252	4.992	27.680	(71.539)	122.267	143.747
Rural	-	-	9.869	28.514	5.950	2.676	2.665	7.233	(27.346)	29.561	35.807
Poder público	-	-	17.525	304.850	2.414	405	675	2.523	(6.682)	321.710	375.481
(2)	-	-	9.127	42.907	875	9	80	98	44	53.140	56.553
Iluminação pública	-	-	1.303	11.000	190	-	54	3.567	(3.683)	12.431	9.455
Serviço público	-	-	1.303	11.000	190	-	54	3.567	(3.683)	12.431	9.455
(-) Ajuste valor Presente (2) e (3)	-	-	(892)	(85.948)	-	-	-	-	-	(86.840)	(112.082)
Subtotal-clientes	-	-	2.813.039	610.971	778.309	190.758	161.166	511.874	(936.731)	4.129.386	4.193.023
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional (4)											
	-	-	307.662	-	-	-	-	34.589	(2.610)	339.641	500.547
Serviços Especializados	37.212	25.582	50.031	-	4.428	-	-	-	(2.506)	51.953	33.353
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Energia Comercializador a com clientes livres	-	-	90.437	-	-	-	-	-	-	90.437	138.125
Outros (6)	-	-	2.920	-	383.020	42.014	3.808	487.014	(21.810)	896.966	858.593
Total	37.212	25.582	3.264.089	610.971	1.165.757	232.772	164.974	1.045.678	(963.657)	5.520.584	5.735.842
Circulante	37.212	25.582								4.157.592	4.474.964
Não circulante										1.362.992	1.260.878

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(2) Poder Público - inclui valores de créditos a receber pelas controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R\$13.369 (valores históricos), vencidas a partir das datas de emissão. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Em 19/12/2017, foi negociado acordo de pagamento do crédito que previa que a dívida renegociada totalizava em R\$100.000, com vencimento em dezembro de 2019 e dezembro de 2020, com juros calculados de acordo com as variações da taxa Selic. O referido acordo não se concretizou, sendo mantida a ação judicial de cobrança.

Notas Explicativas

Ainda que frustrado o acordo, a Administração da controlada tem seu entendimento de serem certas a liquidez e a exigibilidade do crédito, uma vez que, na referida ação de cobrança a CODEVASF foi condenada a pagar o valor devido em primeira e segunda instância, e não recorreu dessa condenação. A discussão nos autos persiste unicamente pelo índice de correção aplicável a determinado período do débito, sendo certo que o Tribunal Regional Federal, em sua última decisão, limitou-se a aplicar a jurisprudência do STF e STJ proferidos no âmbito da Repercussão Geral Tema 810 e Recurso Repetitivo, sendo altamente improvável qualquer alteração nos cálculos.

O pagamento do crédito se dará mediante a expedição de precatório federal, e o crédito deverá ser atualizado conforme os critérios estabelecidos no Julgamento do Tribunal. O crédito tem perspectiva de recebimento em até 9 anos, sendo o prazo de 8 anos, tempo estimado para a finalização do Processo, com a discussão exclusivamente do índice de correção, mais 1 ano para expedição do precatório e pagamento.

Por se tratar da União Federal, o risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal. De acordo com suas Demonstrações Financeiras, 90,66% de seus recursos financeiros são provenientes da União Federal.

Em 30 de junho de 2021 o valor a receber referente a esse crédito, com juros e correção monetária fixados no acórdão do TRF, monta em R\$121.162 (R\$118.162 em 31 de dezembro de 2020), que inclui R\$20.024 (R\$17.024 em 31 de dezembro de 2020) de atualização monetária. No período findo de 30 de junho de 2021 foram contabilizados R\$3.000 de atualização monetária reconhecidos na receita financeira- outros no consolidado. Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$23.825 (R\$23.332 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido contabilizados R\$493 na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2,5% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações; e

(ii) A controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANEAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). Em 30 de junho de 2021 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$86.342 (R\$86.271 em 31 de dezembro de 2020). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$22.011 (R\$21.263 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido contabilizado R\$748 na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (3) Ajuste a valor presente - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI de 3,76% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020);
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldos a vencer	307.662	470.840
Créditos vinculados a liminares ^(a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE ^(*)	342.251	505.429
(-) Aquisição de energia na CCEE	(449.201)	(761.598)
(-) Encargos de serviços do sistema	(153.147)	(49.617)
Total débitos CCEE	(260.097)	(305.786)

(*) O subtotal de R\$342.251 (R\$505.429 em 31 de dezembro de 2020) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$2.610 (R\$4.882 em 31 de dezembro de 2020).

- (a) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- (5) Redução do uso do sistema de distribuição - os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2020), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor reconhecido em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado;
- (6) Outros - inclui o montante de R\$554.753 (R\$490.704 em 31 de dezembro de 2020) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24) no passivo não circulante no consolidado, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores;
- (7) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa

Notas Explicativas

da Administração;

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial - circulante -31/12/2020 e 31/12/2019	1.126.406	872.812
(Reversões) Provisões constituídas no período/exercício (*)	12.615	380.390
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(48.889)	(126.796)
Saldo final - circulante -30/06/2021 e 31/12/2020	1.090.132	1.126.406
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	963.657	845.345
Títulos de créditos a receber (nota explicativa nº 7)	8.188	71.151
Outros créditos (nota explicativa nº 12)	118.287	209.910
Saldo final	1.090.132	1.126.406

(*) Segue detalhamento da movimentação das provisões - consolidado:

	31/12/2020	Constituição	Reversão	Efeito líquido	30/06/2021
Clientes e consumidores (*)	845.345	181.449	(63.137)	(118.312)	963.657
Títulos e créditos (**)	71.151	2	(62.965)	61.401	8.188
Outros créditos (**)	209.910	6.666	(98.289)	93.185	118.287
Total	1.126.406	188.117	(224.391)	36.274	1.090.132

(*) Inclui reversão de provisão apurados no período findo em 30 de junho de 2021 de R\$38.877 (R\$188.398 de provisão em 30 de junho de 2020), decorrente dos esforços e melhoras dos índices de cobrança, conforme indicado na nota explicativa nº 1.1.

(**) As operações do fundo não produziram efeitos no resultado da Companhia, todavia, em decorrência de melhores perspectivas de recebimento e outras formas estruturadas de monetização, proporcionadas pela contratação de uma estrutura dedicada, independente e especializada, através dos FIDCs que hoje detém esses ativos, permitiu uma ação contundente de cobrança junto aos créditos inadimplidos gerando uma nova expectativa de recuperabilidade desses ativos.

7. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	4.125	5.981
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	99.897	69.664
Títulos de créditos a receber (2 e 3)	25	25	34.738	43.567
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (1,2 e 3)	-	-	(8.188)	(71.151)
Ajuste a valor presente (1, 2 e 3)	-	-	(22.663)	(22.708)
Total	25	25	107.909	25.353
Circulante	25	25	8.070	13.591
Não circulante	-	-	99.839	11.762

Em 30 de junho de 2021, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora	Consolidado (*)
	30/06/2021	30/06/2021
Vencidos	-	4.860
2021	25	4.644
2022	-	1.237
2023	-	8.260
2024 em diante	-	97.096
Total	25	116.097

(*) Demonstrado líquido do ajuste a valor presente.

(1) Controlada indireta EMT

Notas Explicativas

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$4.125 (R\$5.981 em 31 de dezembro de 2020):

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisatório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$4.125 (R\$5.981 em 31 de dezembro de 2020) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 58 parcelas, restando 9 parcelas, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$2 (R\$9 em 31 de dezembro de 2020), utilizando a taxa média anual de CDI 3,76% a.a. (1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Precatório de Órgãos Públicos Municipais

- **Precatório da Prefeitura Municipal de Juscimeira - R\$7.516 (R\$7.457 em 31 de dezembro de 2020):**

Em 10 de agosto de 2020, com homologação na Central de Precatórios, a Companhia renegociou os títulos precatórios da Prefeitura de Juscimeira. O valor acordado foi de R\$8.456, com entrada de R\$1.000 e parcelamento do saldo remanescente em 250 parcelas, com juros de 0,4% a.m., sendo a primeira vencendo em abril de 2021.

- **Precatório de Prefeituras Municipais - R\$92.381**

Em janeiro de 2021, conforme maior detalhamento na nota explicativa nº 3, as controladas efetuaram cessão de títulos precatórios ao FIDC. Em 30 de junho de 2021, o montante dos créditos de precatórios a valor justo nas demonstrações consolidadas é conforme segue:

Precatórios	30/06/2021
Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	55.845
Prefeitura Municipal de Cáceres	1.310
Prefeitura Municipal de Alta Floresta	2.462
Serviço de Água e Esgoto de rio Branco	17.881
Prefeitura de Guarajá-Mirim	3.024
Prefeitura de Manhuaçu	2.248
Prefeitura Porto Nacional	1.212
Prefeitura de Taguatinga	1.070
Prefeitura de Mirinorte	322
Prefeitura de Cachoeirinha	230
Prefeitura de Divinópolis	146
Prefeitura de Santa Fé do Tocantins	87
Prefeitura de Ponte Alta do Bom Jesus	63
Prefeitura de Colméia	34
Outros Municípios	6.447
Total	92.381

(2) Títulos de créditos a receber - R\$34.738 (R\$43.567 em 31 de dezembro de 2020):

Controlada indireta EMT

Aquisição de créditos de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 30 de junho de 2021 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2020) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

- (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 31 de dezembro de 2020), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2020) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mútuo de postes e outros no montante de R\$3.112 (R\$3.111 em 31 de dezembro de 2020). A controlada indireta ESS constituiu perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2020).

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO registrou o montante de R\$1.766 (R\$1.900 em 31 de dezembro de 2020), é como segue:

- (i) R\$1.287 (R\$5.700 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica e o montante de R\$479 (R\$356 em 31 de dezembro de 2020) referente a outros títulos de créditos.

A Administração da controlada ETO, tem constituído perda de valor recuperável no montante de R\$1.300 (R\$2.756 em 31 de dezembro de 2020) e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$28 (R\$66 em 31 de dezembro de 2020) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Notas Explicativas

(3) Controladora e demais controladas:

- (i) Na controladora o montante de R\$25 (R\$25 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à títulos a receber junto a Raizen do Brasil, enquanto no consolidado inclui R\$5.576 (R\$6.354 em 31 de dezembro de 2020) referente a outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO.
- (ii) A controlada ERO tem constituído provisão para perda do valor a recuperar de R\$4.501 (R\$4.501 em 31 de dezembro de 2020) e ajuste a valor presente de R\$105 em 31 de dezembro de 2020.

8. Dividendos a receber

Controladas	Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	-	567
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	-	304
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A	-	8.586
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	2.026
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	-	17.977
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	-	2.154
Energisa Soluções S/A	-	1.109
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	443.106	19.614
Rede Energia S/A	1.137	-
Energisa Participações Minoritários S/A	-	22.452
Total - Ativo Circulante	444.243	74.789

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	347.033	316.148
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	148.035	150.367	482.096	424.347
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	7.581	7.410	88.596	77.271
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.485	865	193.535	204.267
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (*)	-	-	3.680.437	1.065.087
Outros	347	344	58.727	57.414
	157.448	158.986	4.850.424	2.144.534
Circulante	71.358	58.370	1.097.469	674.326
Não circulante	86.090	100.616	3.752.955	1.470.208

(*) Controladas	30/06/2021	31/12/2020
Ações judiciais com trânsito em julgado		
EPB	468.307	449.919
EBO	74.382	72.030
ETO	257.932	250.926
ESS	394.320	29.729
ESE	261.728	262.483
Subtotal	1.456.669	1.065.087
Ações judiciais não transitada em julgado		
EMT	1.230.305	-
EMS	521.035	-
EMG	205.031	-
EAC	63.437	-
ERO	145.755	-
ENF	58.205	-
Subtotal	2.223.768	-
Total	3.680.437	1.065.087

As controladas diretas e indiretas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em, 30 de junho de 2021, no montante de R\$3.680.437 (1.065.087 em 31 de dezembro de 2020), referente a exclusão

Notas Explicativas

do ICMS na base de cálculo daquelas contribuições após as ações judiciais terem trânsito em julgado e/ ou relacionado a decisão do Plenário do STF que em 13 de maio de 2021 decidiu que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS se é de fato válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE 574.706, além de consolidar o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Proporcionando novos créditos no período de R\$2.152.282 (R\$267.649 em 30 de junho de 2020) e no passivo não circulante no montante de R\$2.085.964, conforme nota explicativa no 29 -Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$522.931 (R\$10.580 em 30 de junho de 2020), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

10.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.722, de 07/07/2020	4,87%	12/07/2020
EMG	Resolução 2.696, de 17/06/2020	6,41%	22/06/2020
EBO	Resolução 2.665, de 28/01/2020	-1,78%	04/02/2020
ENF	Resolução 2.698, de 17/06/2020	2,39%	22/06/2020
EPB	Resolução 2.763, de 27/08/2020	4,28%	28/08/2020
ETO	Resolução 2.889, de 29/06/2021	4,04%	04/07/2021
ESE	Resolução 2.860, de 22/04/2021	8,90%	22/04/2021
EMS	Resolução 2.855, de 22/04/2021	8,90%	22/04/2021
EMT	Resolução 2.856, de 22/04/2021	8,90%	22/04/2021
ERO	Resolução 2.648, de 10/12/2019	0,11%	13/12/2019
EAC	Resolução 2.649, de 10/12/2019	-4,24%	13/12/2019

10.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS, ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.832, de 02/02/2021	5,21%	04/02/2021
EMG	Resolução 2.884, de 21/06/2021	9,10%	22/06/2021
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.885, de 22/06/2021	4,95%	22/06/2021
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03/07/2020	7,17%	04/07/2020
ERO (*)	Resolução 2.819 de 08/12/2020	-11,29%	13/12/2020
EAC (*)	Resolução 2.820 de 08/12/2020	2,95%	13/12/2020

(*) Em 08 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou por meio das Resoluções 2.819 e 2.820, respectivamente a Revisão Tarifária Extraordinária das controladas diretas ERO, EAC, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão 02/2018 e 03/2018.

10.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;
Bandeira Tarifária Amarela;
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 (*)	Variação total (2) / (1)
Verde	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-5
Vermelha 2	6,24	9,49	52

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, que estarão em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

No período as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/06/2021	31/12/2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde

10.4 Outros assuntos regulatórios

10.4.1 Sobrecontratação

A sobrecontratação das empresas distribuidoras de energia elétrica do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Notas Explicativas

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia). O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL e nem mesmo do Despacho ANEEL nº 2.508/2020 pode ser considerado como conclusivo, uma vez que seu mérito será avaliado pela Diretoria da Agência.

Os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$4.495 (R\$4.495 em 31 de dezembro de 2020) que deverão ser compensados.

Para o 2º semestre de 2021, as controladas distribuidoras de energia EMT, EMG e EAC, vêm apresentando um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), sem expectativa de prejuízo para o Grupo. No intuito de minimizar os impactos de sobrecontratação a Companhia e suas controladas vem realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores. Estima-se que as demais controladas EMS, EPB, ERO, ESS, ESE, ETO, EBO e ENF encerrarão 2021 dentro do limite regulatório.

11. Ativos e Passivos financeiros setoriais - Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Notas Explicativas

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

		Receita Operacional			Resultado Financeiro						
Ativo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2020	Adição	Amortização	Adesão Covid (12)	Remuneração	Transferência	Saldos em 30/06/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	72.016	(199.087)	(3.040)	(2.499)	(2.951)	301.287	165.726	67	165.659	75.157	90.569
Transporte de energia elétrica - Rede básica	88.721	130.362	(17.399)	(679)	338	(48.161)	153.182	31.212	121.970	73.492	79.690
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	8.163	23.455	(1.359)	(63)	219	(148)	30.267	12.765	17.502	27.336	2.931
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.421	8.774	(480)	-	37	(4.138)	9.614	703	8.911	4.854	4.760
Conta de desenvolvimento energético - CDE	52.462	75.884	(16.856)	(2.173)	225	(44.287)	65.255	30.950	34.305	55.099	10.156
Encargo de serviços de sistema ESS	158.380	330.751	(8.437)	(1.237)	2.697	(3.160)	478.994	179.521	299.473	355.418	123.576
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	13.368	29.114	(8.740)	-	136	(236)	33.642	3.255	30.387	19.305	14.337
Sobrecontratação de energia (4)	64.126	212.590	1.322	-	(5.180)	(177.590)	95.268	550	94.718	22.064	73.204
CUSD	5.582	5.169	(1.477)	-	29	(981)	8.322	3.070	5.252	8.117	205
Exposição de submercados (6)	55.513	148.528	(91.158)	(1.329)	11.240	8.117	130.911	66.328	64.583	105.546	25.365
RGR designadas (7)	727.130	-	-	-	(6.032)	(721.098)	-	-	-	-	-
Garantias financeiras (8)	4.855	2.295	(2.264)	-	41	-	4.927	1.899	3.028	4.253	674
Saldo a compensar (9)	16.163	8.127	(7.752)	-	323	150	17.011	11.416	5.595	13.251	3.760
Efeitos postergação tarifárias (10)	-	-	-	-	(189)	189	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros (11)	676	239.677	-	-	(2.648)	6.804	244.509	-	244.509	56.227	188.282
Total Ativo	1.272.576	1.015.639	(157.640)	(7.980)	(1.715)	(683.252)	1.437.628	341.736	1.095.892	820.119	617.509

Notas Explicativas

Passivo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2020	Receita Operacional		Adesão Covid (12)	Resultado Financeiro Remuneração	Transferência	Saldos em 30/06/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização								
Itens da Parcela A (1)											
Energia elétrica comprada para revenda	473.377	40.312	(323.937)	-	(36.574)	301.287	454.465	402.194	52.271	453.182	1.283
Transporte de energia elétrica - Rede básica	50.495	1.614	17.280	-	(67)	(48.161)	21.161	9.174	11.987	20.929	232
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	11.560	(225)	(5.393)	-	4	(148)	5.798	5.798	-	5.798	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	54.211	(15.550)	(31.653)	-	30	(3.160)	3.878	3.878	-	3.878	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	64.810	(13.607)	13.838	-	(180)	(44.287)	20.574	13.141	7.433	20.574	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.878	-	1.480	-	-	(4.138)	2.220	2.220	-	2.220	-
Componentes financeiros											
Neutralidade da Parcela A (3)	84.600	(4.784)	(28.792)	-	485	(236)	51.273	43.843	7.430	49.061	2.212
Sobrecontratação de energia (4)	131.167	29.426	128.054	-	46.486	(177.589)	157.544	58.645	98.899	119.722	37.822
Devoluções Tarifárias (5)	291.000	59.012	(16.364)	-	5.225	-	338.873	8.941	329.932	36.027	302.846
CUSD	179	5.232	(302)	-	76	(981)	4.204	4.158	46	4.162	42
Exposição de submercados (6)	106.847	(8.721)	(64.092)	-	(18.403)	8.117	23.748	22.954	794	23.748	-
Saldo a compensar (9)	8.034	495	(4.318)	-	313	150	4.674	2.861	1.813	3.811	863
Efeitos postergação tarifárias (10)	11.239	(157)	-	-	(281)	(10.801)	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros (11)	214.418	43.015	(35.490)	-	(477)	17.795	239.261	41.353	197.908	239.261	-
Total Passivo	1.506.815	136.062	(349.689)	-	(3.363)	37.848	1.327.673	619.160	708.513	982.373	345.300
Saldo líquido	(234.239)	879.577	192.049	(7.980)	1.648	(721.100)	109.955	(277.424)	387.379	(162.254)	272.209

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA)** - a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Notas Explicativas

- (2) **Encargo de serviço do sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional.
- (3) **Neutralidade da Parcela A** - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)** - as distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;
- (5) **Devoluções tarifárias** - refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);
- (6) **Exposição de submercados** - representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados;
- (7) **RGR designada** - em julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Companhia. Diante disso, o Ministério de Minas e Energia MME publicou a Portaria nº 388/2016, que definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário e designou a Companhia como prestadora temporária de serviço público de distribuição, fazendo jus aos recursos da RGR para operar, corrigidos pela taxa de 111% da SELIC. A ANEEL por meio do ofício 242 de junho de 2018 definiu que o novo concessionário terá o direito de receber via tarifa os recursos referentes aos aportes da RGR, mediante a sinalização do regulador. A Companhia constituiu Ativo Regulatório no mesmo montante das parcelas recebidas até novembro de 2018. O contrato de concessão 003/2018 assinado em 6 de dezembro de 2018 prevê que os recursos recebidos da RGR serão pagos mensalmente, em parcelas iguais, entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final do contrato de concessão;

A Companhia ofertou 21% para ERO e 31% para EAC, de deságio sobre o saldo devedor dos empréstimos da RGR no montante de R\$169.205, sendo R\$101.038 e R\$52.454, respectivamente captados até maio de 2018 conforme edital do leilão;

Em março de 2021 as controladas efetuaram a liquidação dos saldos de empréstimos e financiamentos tomados com recursos da reserva global de reversão (RGR) na totalidade de acordo com a Lei 14.120 de 01 de março de 2021 que extinguiu a obrigação de pagamento dos valores referentes aos Empréstimos a Designadas que fariam jus ao reconhecimento tarifário e foram realizados junto a Conta Reserva Global de Reversão (RGR), limitado ao montante correspondente à parcela com direito a reconhecimento tarifário e que não tenha sido objeto de deságio.

- (8) **Garantias financeiras** - repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;
- (9) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior** - conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
- (10) **Efeitos postergação tarifárias** - devido a pandemia do COVID-19, as controladas EMT, EMS, ESE, EMG e ENF passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste a partir de 01 de julho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros;
- (11) **Outros itens financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, diferimento do RTE 2018 da controlada ERO, cujo repasse tarifário foi aprovado para o RTE 2019, encontrando-se em amortização em 2020 e a compensação de créditos de ICMS, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica.

Compensação de créditos referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - no processo tarifário de 2021 das controladas ETO e ESS foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente às ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. Durante o processo de cálculo das novas tarifas, do exercício de 2021, as controladas ETO e ESS efetuaram a compensação de R\$12.981 e R\$29.180, respectivamente junto à receita federal do Brasil. Os montantes foram considerados como componente financeiro negativo extraordinário nos processos tarifários aprovados pelas Resoluções Homologatórias de nº 2.889 e de nº 2.893 de 29 de junho e de 06 de julho de 2021, respectivamente.

Postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica - as controladas EMT e EMS, devido aos altos impactos dos processos tarifários tiveram sua data de aplicação das novas tarifas postergadas de 08 de abril para o dia 22 de abril de 2021, para que a ANEEL tivesse tempo hábil para analisar todas as ações de mitigação do impacto tarifário. Os respectivos valores de R\$8.646 e R\$7.660, serão cobrados dos consumidores no próximo evento tarifário e foram reconhecidos pelas controladas como ativo financeiro setorial.

- (12) **Adesão da conta COVID** - as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R\$1.359.388, dos quais R\$5.461 correspondem ao diferimentos e parcelamentos da demanda contratada do Grupo A, R\$121.089 de antecipação do ativo financeiro setorial relativo a Parcela B e R\$1.232.838 destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais e demais itens constantes.

Notas Explicativas

Até 12 de janeiro de 2021, foram recebidos o montante de R\$1.359.388 da CONTA-COVID pelas controladas distribuidoras de energia. Segue os valores contratados pelas controladas:

Controladas	Parcelamentos de demanda (grupo A)	Adiantamento parcela B	Ativo financeiro setorial	Total	Entrada de recursos							
					31/7/2020 (1)	12/8/2020 (2)	14/09/2020 (3)	13/10/2020 (4)	12/11/2020 (5)	14/12/2020 (6)	28/12/2020 (7)	12/01/2021 (8)
Energisa Mato Grosso	-	-	377.985	377.985	206.454	31.347	41.691	11.994	39.830	22.284	24.385	-
Energisa Mato Grosso do Sul	-	-	296.268	296.268	231.492	24.574	21.279	9.293	9.630	-	-	-
Energisa Tocantins	-	-	36.560	36.560	23.163	4.046	-	-	142	3.723	5.487	-
Energisa Sul Sudeste	-	-	97.396	97.396	97.396	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Paraíba	-	-	86.992	86.992	61.996	11.637	8.348	5.011	-	-	-	-
Energisa Sergipe	-	-	46.995	46.995	46.995	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Minas Gerais	-	-	49.949	49.949	49.315	634	-	-	-	-	-	-
Energisa Borborema	-	-	13.158	13.158	5.795	1.404	1.708	1.279	1.636	1.335	-	-
Energisa Nova Friburgo	-	-	6.963	6.963	6.738	225	-	-	-	-	-	-
Energisa Rondônia	3.964	71.410	205.425	280.799	201.402	8.011	19.902	13.384	2.801	27.319	-	7.980
Energisa Acre	1.497	49.679	15.147	66.323	66.323	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.461	121.089	1.232.838	1.359.388	997.069	81.878	92.928	40.961	54.039	54.661	29.872	7.980

- (1) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020;
 (2) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020;
 (3) Despacho ANEEL nº 2.640, de 11 de setembro de 2020;
 (4) Despacho ANEEL nº 2.914, de 09 de outubro de 2020;
 (5) Despacho ANEEL nº 3.197, de 11 de novembro de 2020;
 (6) Despacho ANEEL nº 3.490, de 10 de dezembro de 2020;
 (7) Despacho ANEEL nº 3.621, de 21 de dezembro de 2020; e
 (8) Despacho ANEEL nº 46, de 11 de janeiro de 2021.

A criação da CONTA-COVID, foi instituído pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

Notas Explicativas

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Subvenção créditos CCC				
Sub-rogação da CCC ⁽¹⁾	-	-	28.229	15.902
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽²⁾	-	-	3.204	4.417
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 ⁽³⁾	-	-	152.419	174.307
Créditos CCC - ICMS a receber EAC ⁽⁴⁾	-	-	55.817	55.817
Subtotal	-	-	239.669	250.443
Subvenção Baixa Renda ⁽⁵⁾	-	-	104.416	89.303
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	198.675	178.650
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	41.239	18.573
Ordens de desativação em curso	-	-	(287)	7.526
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.483	1.341
Adiantamentos a fornecedores e empregados	688	1.319	69.236	63.654
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽⁶⁾	-	-	213.498	176.171
Banco Daycoval ⁽⁷⁾	-	-	-	176.791
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁸⁾	-	-	57.412	56.716
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.254	8.254
Despesas pagas antecipadamente	4.980	8.361	64.477	63.379
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁹⁾	-	150.497	-	150.497
Créditos a receber de terceiros ⁽¹⁰⁾	-	-	53.190	45.282
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽¹¹⁾	-	-	2.220	20.390
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	10.843	3.962
Adiantamentos - Inergus ⁽¹²⁾	-	-	81.424	79.354
Indenização à concessão - AIC indenizável ⁽¹³⁾	-	-	334.641	328.745
Indenização à concessão - sobras Físicas ⁽¹⁴⁾	-	-	95.263	98.054
Títulos de créditos cedidos ao FIDC ⁽¹⁵⁾	200.000	-	86.304	-
Outros ⁽¹⁶⁾	42.203	33.019	96.502	92.959
Subtotal	247.871	193.196	1.762.719	1.913.304
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(176.791)
Total	247.871	193.196	1.762.719	1.736.513
Circulante	47.871	42.699	1.150.133	1.167.201
Não circulante	200.000	150.497	612.586	569.312

(1) **Sub rogação CCC** - a controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						30/06/2021	31/12/2020
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	21.845	14.664	25.073	12.795
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	(39)	-	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	2.122	363	3.156	3.068
Total		53.125	41.782	28.541	14.988	28.229	15.902
Circulante						7.145	5.374
Não Circulante						21.084	10.528

(2) **Aquisição de combustível da conta CCC** - a controlada indireta EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que à ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. O saldo a receber nessa rubrica em 30 de junho de 2021 é de R\$3.204 (R\$4.417 em 31 de dezembro de 2020).

(3) **CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são

Notas Explicativas

reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassados às controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Em junho de 2021 foram recebidos o montante de R\$145.725 pela controlada EAC referente aos meses de janeiro a junho/2021, enquanto a controladora ERO não obteve recebimento.

(4) **Créditos CCC - ICMS a receber EAC** - refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. A administração tem expectativa de estar realizando o recebimento dos valores nos próximos exercícios.

(5) **Subvenção Baixa renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes às provisões de maio e junho de 2021, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2019	4.482	340	8.456	16.135	1.740	8.307	6.974	7.609	4.332	3.200	11.165	72.740
Subvenção baixa renda	29.321	3.336	72.750	144.605	15.680	81.049	65.108	72.225	31.526	31.452	24.416	571.468
Ressarcimento realizados pela CCEE	(28.435)	(3.229)	(71.701)	(141.526)	(15.307)	(79.286)	(63.555)	(70.305)	(30.740)	(26.802)	(24.019)	(554.905)
Saldos consolidados em 31/12/2020	5.368	447	9.505	19.214	2.113	10.070	8.527	9.529	5.118	7.850	11.562	89.303
Subvenção baixa renda	12.343	1.422	29.294	57.840	6.510	31.297	25.550	30.198	12.531	12.348	9.790	229.123
Ressarcimento realizados pela CCEE	(12.280)	(1.384)	(28.762)	(57.997)	(6.465)	(30.466)	(25.375)	(29.299)	(12.449)	-	(9.533)	(214.010)
Saldos consolidados em 30/06/2021	5.431	485	10.037	19.057	2.158	10.901	8.702	10.428	5.200	20.198	11.819	104.416

(6) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	EPA I	EPA II	EGO	Amazonas	Total
Saldos consolidados em 31/12/2019	7.880	591	1.955	17.087	-68	39.656	14.518	20.249	29.921	4.312	587	-	-	-	-	136.688
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	54.044	3.436	39.912	92.244	6.358	314.254	75.935	156.379	88.861	68.499	14.350	-	-	1.129	-	915.401
Ressarcimento o realizados pela CCEE	(50.522)	(3.583)	(41.611)	(91.607)	(7.462)	(282.205)	(73.947)	(161.630)	(99.360)	(50.251)	(12.845)	-	-	(895)	-	(875.918)
) Saldos consolidados em 31/12/2020	11.402	444	256	17.724	-1.172	71.705	16.506	14.998	19.422	22.560	2.092	-	-	234	-	176.171
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	26.900	2.303	20.612	42.146	3.511	150.231	36.297	80.300	48.538	26.891	5.892	862	37	698	396	445.614
Ressarcimento o realizados pela CCEE	(24.809)	(1.555)	(18.598)	(43.071)	(2.533)	(147.884)	(36.729)	(75.676)	(49.082)	(307)	(6.692)	(633)	(20)	(698)	-	(408.287)
Saldos consolidados em 30/06/2021	13.493	1.192	2.270	16.799	(194)	74.052	16.074	19.622	18.878	49.144	1.292	229	17	234	396	213.498

(7) Banco Daycoval - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por

Notas Explicativas

se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, fugindo totalmente do controle da Administração das controladas. Conforme divulgado na nota explicativa nº 3, as Controladas realizaram no mês de janeiro de 2021, cessão de títulos no montante de R\$176.791 referente ao Banco Daycoval que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. O Fundo de investimento em cotas em direitos creditórios não padronizados do setor elétrico ("FIDC"), o qual possui somente créditos por empresas do Grupo Energisa, foi constituído com recursos, de uma instituição financeira que, conjuntamente com a controladora Energisa S/A aportaram recursos no fundo.

(8) **Outros créditos a receber da Celpa** - são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(9) **Contas a receber de venda das empresas de geração** - a Energisa possui o montante a receber de R\$113.500, contabilizados a valores históricos em seu ativo não circulante pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica ocorrido no ano de 2015, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda, firmados com a compradora São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners.

Desde o ano de 2015, ocorreram disputas em procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia com as empresas compradoras, quais sejam, o procedimento nº 33/2016/SEC5, que já foi extinto, e o procedimento nº 79/2016/SEC5, em curso perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), com expectativa de encerramento para o ano de 2021.

O objeto da controvérsia refere-se ao direito contratual puro e simples de um evento completo e acabado (a compra e venda das SPEs) e que não tem caráter contingente na discussão arbitral, somente uma mediação de uma divergência contratual, sendo a sentença arbitral inequívoca e inquestionável. Além disso, a decisão arbitral é a melhor avaliação disponível para o cumprimento dos requisitos do contrato de compra e venda.

Em 20 de agosto de 2020, as partes apresentaram manifestação acerca do cálculo de liquidação do valor da condenação e em 16 de dezembro de 2020, foi proferida Ordem Processual encerrando a fase instrutória da liquidação de sentença, e, portanto, declarando não haver necessidade de produção de novas provas e informando que a sentença será proferida no prazo previsto no Termo de Arbitragem, contado a partir de 15 de dezembro de 2020, data da última manifestação das partes.

Em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista o reconhecimento pela empresa compradora em sua manifestação de que o valor devido seria de R\$150.497, correspondente ao valor mínimo a ser recebido pela Companhia, a Administração procedeu a reversão da incontroversa de R\$51.480, bem como reconheceu a atualização monetária de R\$36.997 contabilizados em operações descontinuadas da demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2020, considerando o valor mínimo a ser recebido. Em 30 de abril de 2021 o tribunal arbitral condenou a compradora a pagar a Energisa S/A o valor histórico a ser corrigido pelo IPCA acrescido de juros de 1%.a.m. desde 22 de outubro de 2016.

A Companhia recebeu em 31 de maio de 2021 da compradora São João Energética S/A o montante de R\$207.741 referente ao cumprimento integral da Sentença proferida em procedimento arbitral sigiloso, por consequência fez reconhecer o valor adicional de R\$48.467 dos quais cerca de R\$1.545 é referente a parcela de ressarcimento de custas judiciais, R\$6.186 de custos com honorários de êxito de advogados e R\$55.698 de atualização monetária, e este deduzido de R\$2.590 referente a tributação do Pis e Cofins contabilizados em operações descontinuadas na demonstração do resultado do período na controladora e consolidado.

(10) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(11) **Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras** - a controlada indireta EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(12) **Adiantamento INERGUS** - refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(13) **Indenização a concessão - Ativo Imobilizado em curso** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Segue abaixo a composição dos recebíveis.

	ERO		EAC		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	240.908	-	87.837	-	328.745	-
Constituição	-	232.496	-	84.770	-	317.266
Atualização financeira (*)	8.582	8.412	3.129	3.067	11.711	11.479
Recebimento (**)	-	-	(5.815)	-	(5.815)	-
Saldo final	249.490	240.908	85.151	87.837	334.641	328.745

(*) Valores atualizados pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic.

(**) Recebimento dos valores ocorrerão em até 36 parcelas mensais.

Notas Explicativas

(14) **Indenização a concessão - Sobras físicas** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizado pela Portaria nº 438, de 07 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Segue abaixo a composição dos recebíveis.

	ERO		EAC		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	54.349	-	43.705	-	98.054	-
Constituição	-	53.817	-	43.278	-	97.095
Atualização financeira (*)	689	532	534	427	1.223	959
Recebimento (**)	-	-	(4.014)	-	(4.014)	-
Saldo final	55.038	54.349	40.225	43.705	95.263	98.054

(*) Valores atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic.

(**) Recebimento dos valores ocorrerão em até 36 parcelas mensais.

(15) Títulos créditos cedidos ao FIDC (conforme operação divulgada na nota explicativa nº3) - ações judiciais e títulos de recuperação líquido de perdas esperadas de R\$85.681 no consolidado.

(16) Outros - inclui, na controladora R\$637 (R\$1.066 em 31 de dezembro de 2020) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$32.606 (R\$33.119 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,52% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (86,23% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total). A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	30/06/2021	31/12/2020
	Ativo	Ativo
Cientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	37.212	25.582
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	637	1.066
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	2.152.645	2.094.921
Mútuos (1):		
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	2.729	2.625
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	40.225	36.866
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	88.161	80.458
 . Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (1)		
	144.545	140.488
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (1)	797.854	539.968
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	104.654	102.552
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	2.109	2.066
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	52.405	51.352
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (1)	16.827	16.490
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda (1)	36.762	35.771
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	276.854	269.289
Total - não circulante	1.563.125	1.277.925
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):		
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	50	10
. Parque Eólico Sobradinho S/A	240	370
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	-	1.080
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	4	6
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	3	6
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	3	6
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	3	6
. Energisa Transmissora de Energia S/A	-	3.475
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	470
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	50	150
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	1.079	747
. Voltz Capital S.A.	5.575	1.313
	7.107	7.639
Total	3.760.726	3.407.133

(1) **Mútuos** - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,4370 a.a. (CDI + 0,4084 a.a. em 31 de dezembro de 2020), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65 a.a. e para ERO e EAC são remunerados a juros CDI + 2,5 a.a., respectivamente, e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia Participações e Rede Power;

(2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta;

(3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5%

Notas Explicativas

ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano; e

(4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2022
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2022
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2022
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2022
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2022

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Operação com FIDC - Receitas (4)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (5)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	7.113	7.510	33.790	2.038	93.637
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	17.417	15.136	146	7.334	228.319
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	8.770	9.746	96	2.998	126.038
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	2.684	1.820	-	1.589	16.215
. Energisa Soluções S/A	1.375	-	-	337	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	666	1.444	-	315	10.795
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	28.012	15.886	100.142	6.301	292.897
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	16.612	7.778	27.404	6.907	190.063
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	11.933	12.959	17.778	2.756	251.567
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.	13.929	13.276	3.535	2.893	249.379
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.	703	-	-	155	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	3.429	-	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	1.082	-	-	202	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	4	-	-	5	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero Inspeção S/A	3	-	-	-	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	438	930	257	181	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	1	-	-	1	-
. Gipar S/A (2)	-	(4.295)	-	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	2.294	-	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	11.711	51.477	45.205	2.713	455.375
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	6.179	19.344	26.354	3.218	238.997
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	55	-	-	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	2.711	-	-	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	1.358	-	-	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	436	-	-	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	-	2	-
. Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	-	7.144	-	-	-
. Alsol Energias Renováveis S/A	39	-	-	19	-
. Voltz Capital S/A	106	-	-	18	-
30/06/2021	128.777	170.438	254.707	39.982	2.153.282
31/12/2020	-	-	-	28.350	2.095.987
30/06/2020	126.740	84.803	-	-	-

Notas Explicativas

- (1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;
- (2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para as empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;
- Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2020, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$8.590, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 30 de junho de 2021 foram contabilizados R\$4.295 (R\$11.212 em 31 de dezembro de 2020) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período na controladora. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2021 é de R\$1.432 que será reconhecido até agosto de 2021;
- (3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 30 de junho de 2021 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;
- (4) Fundo de Investimentos - FIDC - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos comentados na nota explicativa nº 3, e
- (5) A Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas emitidas pelas controladas, conforme segue:

Descrição	Debêntures emitidas pelas controladas											
	EMT	EMS	ETO	ESS	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	ERO	EAC	Total
								</				

Inclui, custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 30 de junho de 2021 monta em R\$637 (R\$1.066 em 31 de dezembro de 2020).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração Anual ^(a)	8.139	8.911	72.116	80.193
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	597	436	2.599	2.356
Remuneração da Diretoria	1.823	633	13.827	9.377
Outros Benefícios ^(b)	2.393	898	15.795	9.056

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 28 de abril de 2021. Para o exercício de 2020 foi aprovado na AGO/E de 28 de abril de 2020.

Notas Explicativas

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de junho de 2021, foram de R\$176 e R\$1 na controladora e R\$200 e R\$4 no consolidado (R\$75 e R\$1 na controladora e R\$75 e R\$1 no consolidado em 30 de junho de 2020), respectivamente. A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$29 na controladora e R\$40 no consolidado (R\$18 na controladora e R\$14 no consolidado em 30 de junho de 2020).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 *units*, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Controladora				Consolidado			
	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	68.961	56.366	58.277	65.537	253.063	210.754	206.204	269.963
Data da aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021
Opções de ações prescritas	6.377	5.452	2.600	2.895	18.360	15.500	11.556	2.895
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco (a)	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade (b)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$44,09	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$44,09

(a) Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022). Para 3º programa taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para 4º programa taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Notas Explicativas

Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo conforme segue:

Companhia e controladas	Liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo	
	Valor - Units Tesouraria (*)	Número de Units
Energisa S/A	2.169	46.112
Energisa Minas	360	7.659
Energisa Nova Friburgo	106	2.252
Energisa Sergipe	284	6.032
Energisa Borborema	171	3.639
Energisa Paraíba	798	16.968
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444
Energisa Mato Grosso Sul	664	14.119
Energisa Tocantins	800	17.011
Energisa Sul Sudeste	370	7.866
Energisa Rondônia	284	6.038
Energisa Acre	205	4.354
Energisa Soluções	282	5.982
Energisa Soluções Construções	129	2.737
Energisa Pará I	63	1.347
Energisa Goiás I	63	1.347
Energisa Comercializadora	91	1.934
Alsol	62	1.325
Total	8.286	176.166

(*) líquido de IRRF de responsabilidade do beneficiário.

A transferência ocorreu em 07 de junho de 2021 em que a Companhia transferiu a propriedade de 176.166 Units, mantidas em tesouraria para os beneficiários do 1º Programa da Companhia e de suas controladas diretas e/ ou indiretas.

Para os demais programas não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de junho de 2021. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo de 30 de junho de 2021, foram contabilizados R\$4.711 (R\$1.984 em 30 de junho de 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) no consolidado, sendo R\$1.311 (R\$438 em 30 de junho de 2020) e R\$3.400 (R\$1.546 em 30 de junho de 2020) na controladora e no consolidado, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 foi de R\$16.342 (R\$14.591 em 31 de dezembro de 2020).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$219.322 (R\$106.847 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R\$3.305.035 (R\$3.123.983 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Ativo		
Prejuízos fiscais	183.553	195.977
Base negativa da contribuição social	67.090	72.852
Diferenças temporárias	998.632	1.156.797
Total - ativo não circulante	1.249.275	1.425.626

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	301.749	235.300	3.293.418	3.396.204
Contribuição Social	108.629	84.708	1.185.631	1.222.633
Total - passivo não circulante	410.378	320.008	4.479.049	4.618.837
Total líquido - ativo e (passivo) não circulante	(410.378)	(320.008)	(3.229.774)	(3.193.211)

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Marcação a mercado da dívida	(265.330)	(90.212)	2.178	741
Outras exclusões/adições	1.383	470	(331)	(113)
Total - Passivo Não Circulante	(1.206.992)	(410.378)	(941.198)	(320.008)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSLL	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	734.211	183.553	783.907	195.977
Base negativa da contribuição social	745.441	67.090	809.462	72.852
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	765.251	260.185	792.870	269.576
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	880.736	299.450	889.724	302.506
Créditos fiscais - ágio (1)	203.389	69.152	215.700	73.338
Provisão ajuste atuarial	746.459	253.796	730.151	248.251
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	284.978	96.893	465.744	158.353
Marcação a mercado da dívida	(141.489)	(48.106)	237.407	80.718
Outras adições temporárias	56.342	19.156	70.751	24.055
Intangível - mais valia (2)	(7.147.699)	(2.430.218)	(7.295.739)	(2.480.551)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.531.018)	(520.546)	(1.315.186)	(447.163)
Ajustes a valor presente (4)	(2.284.239)	(776.641)	(2.302.384)	(782.811)
Marcação a mercados - derivativos	(679.752)	(231.116)	(1.246.315)	(423.747)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(80.249)	(27.285)	(89.317)	(30.368)
Remuneração do ativo de contrato	(177.773)	(60.443)	(127.755)	(43.435)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Ganhos pelo valor de indenização	-	-	(76.672)	(26.068)
Total	(8.756.864)	(3.229.774)	(8.589.104)	(3.193.211)
Total - Ativo Não Circulante	4.416.807	1.249.275	4.995.716	1.425.626
Total - Passivo Não Circulante	(13.173.671)	(4.479.049)	(13.584.820)	(4.618.837)

Notas Explicativas

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

(1) Os créditos fiscais - ágio - no montante de R\$69.152 (R\$73.338 em 31 de dezembro de 2020) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.

(2) Intangível mais valia - inclui R\$1.779.177 (R\$1.811.690 em 31 de dezembro de 2020) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de ERO e EAC, deduzido de R\$32.513 (R\$65.027 em 31 de dezembro de 2020) de amortização realizada no período.

(3) Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF, ESS e ETO que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

(4) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2021	61.301
2022	131.579
2023	112.391
2024	99.796
2025	98.603
2026 a 2027	214.448
2028 a 2030	531.157
Total	1.249.275

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Resultados antes dos tributos sobre o lucro (*)	711.369	1.557.117	(103.869)	466.971
Resultado de operação descontinuadas	48.467	48.467	-	-
Base de cálculo	759.836	1.605.584	(103.869)	(466.971)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(258.344)	(545.899)	35.315	(158.770)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	215.852	416.612	66.501	124.257
Marcação a mercado - bônus de subscrição (**)	(24.769)	43.601	(102.423)	47.345
Créditos tributários não constituído no período	(12.742)	(20.302)	(105)	(11.361)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(80.003)	(105.988)	(712)	1.471
Alíquota efetiva	10,53%	6,60%	0,69%	0,32%

(*) Exclui R\$48.467 referente as operações descontinuadas, conforme nota explicativa nº 39.

(**) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 22.

	Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (*)	957.825	2.067.384	(14.773)	656.890
Resultado de operação descontinuadas	48.467	48.467	-	-
Base de cálculo	1.006.292	2.115.851	(14.773)	656.890
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(342.139)	(719.389)	5.023	(223.343)
Ajustes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(2.142)	(3.548)	(903)	(1.686)
Incentivos do SUDENE e SUDAM (1)	133.926	216.531	33.201	62.421
Créditos tributários não constituídos no período	(57.223)	(48.707)	(20.445)	(72.736)
Lei do Bem	22.345	22.345	-	-
Marcação a mercado - bônus de subscrição (**)	(24.769)	43.601	(102.423)	47.345
Efeito do regime tributário - lucro presumido	5.796	15.647	11.436	22.989
Outras exclusões / (adições) permanentes (2)	6.916	(19.992)	910	1.852
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(257.290)	(493.512)	(73.201)	(163.158)
Alíquota efetiva	25,57%	23,32%	495,51%	24,84%

Notas Explicativas

(*) Exclui R\$48.467 referente as operações descontinuadas, conforme nota explicativa nº 39.

(**) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 22.

(1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

As controladas ESE, EBO e EPB tiveram seus respectivos benefícios ampliados para 31/12/2027, 31/12/2028 e 31/12/2029, junto a SUDEN, enquanto as controladas EMT e ETO, ainda aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas EMT e ETO, tenham os benefícios garantidos por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, ampliando o prazo de fruição em mais 7 anos.

Em dezembro de 2020 as controladas ERO e EAC protocolaram pedido junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazonas - SUDAM, solicitando a concessão de redução de até 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$216.531 (R\$62.421 em 30 de junho de 2020). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período no consolidado na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda no patrimônio líquido das controladas (nota explicativa nº 30.3).

(2) Outras exclusões/adições permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

15. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

15.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (Distribuição de energia elétrica)

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$231.191 (R\$9.667 em 30 de junho de 2020).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2020	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldos em 30/06/2021
Energisa Minas Gerais (EMG)	46.005	781	(5)	1.649	48.430
Energisa Paraíba (EPB)	762.906	46.790	(931)	27.116	835.881
Energisa Sergipe (ESE)	543.617	17.552	(614)	19.383	579.938
Energisa Nova Friburgo (ENF)	6.714	159	-	241	7.114
Energisa Borborema (EBO)	83.806	3.924	(609)	6.356	93.477
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.183.825	112.440	(13.054)	112.465	3.395.676
Energisa Tocantins (ETO)	40.155	103	-	1.430	41.688
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.251.680	49.169	(1.730)	44.820	1.343.939
Energisa Sul Sudeste (ESS)	101.425	14.429	(124)	3.998	119.728
Energisa Rondônia (ERO)	31.546	4.045	(1.750)	11.872	45.713
Energisa Acre (EAC)	10.717	16.243	(1.421)	1.861	27.400
Saldo Não Circulante	6.062.396	265.635	(20.238)	231.191	6.538.984

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da

Notas Explicativas

Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/2019	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldos em 31/12/2020
Energisa Minas Gerais (EMG)	31.232	13.486	(10)	1.297	46.005
Energisa Paraíba (EPB)	640.976	96.162	(680)	26.448	762.906
Energisa Sergipe (ESE)	466.695	56.622	(1.010)	21.310	543.617
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.927	2.649	(23)	161	6.714
Energisa Borborema (EBO)	74.014	6.967	(151)	2.976	83.806
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	395.689	(15.059)	113.759	3.183.825
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.792	(110)	5.176	40.155
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	114.844	(2.740)	44.129	1.251.680
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	36.561	(23)	2.807	101.425
Energisa Rondônia (ERO)	29.027	5.275	(5.405)	2.649	31.546
Energisa Acre (EAC)	9.829	662	(1.668)	1.894	10.717
Saldo Não Circulante	5.130.960	735.709	(26.879)	222.606	6.062.396

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas Explicativas

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período/exercício:

Descrição	Controladas indiretas					Consolidado
	EGO I	EPA I	EPA II	ETT	EAM (*)	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jatai	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia	LT 500 kV, Serra Pelada; LT 230 KV Sossego - Xinguara II	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II; LT 230 KV Dianópolis - Gurupi; LT 230 KV Dianópolis - Palma	LT 230 kV Lechuga /Tarumã -SE 230/138 kV Tarumã-SE 230/69 kV Pres. Figueiredo -LT 230 kV SE Pres. Figueiredo-LT Balbina -SE 230 kV Manaus-SE Balbina 230kV-SE nova 230kV	-
Margem de construção	67,38%	67,27%	21,97%	51,03%	37,13%	-
Margem de operação e manutenção	11,39%	9,99%	10,30%	9,50%	15,18%	-
Taxa de remuneração	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	6% a 10% a.a.	-
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	-
Custos incorridos	255.912	318.257	328.220	164.622	1.391	1.068.402
RAP anual	36.703	46.320	33.515	62.854	63.000	242.392
Ativo de contrato em 31/12/2020	477.049	610.807	278.454	78.335	-	1.444.645
Aquisição de infraestrutura de transmissão	-	-	-	-	239.300	239.300
Receita de remuneração do ativo de contrato	24.376	31.242	14.956	5.421	3.595	79.590
Receita das margens da obrigação de performance de construção	-	-	21.248	47.145	761	69.154
Receita de operação e manutenção	2.714	2.979	167	-	6.536	12.396
Receita de construção da infraestrutura	-	-	119.089	127.222	1.444	247.755
Recebimento RAP	(21.423)	(25.244)	(1.158)	-	(6.713)	(54.538)
Ativo de contrato em 30/06/2021	482.716	619.784	432.756	258.123	244.923	2.038.302
Circulante	38.793	49.924	11.729	-	20.280	120.726
Não Circulante	443.923	569.860	421.027	258.123	224.643	1.917.576

(*) Na data de 31/03/2021 a controlada direta Energisa Amazonas pagou o montante de R\$239.300 pela assunção dos ativos já existentes e realizou a celebração do contrato de concessão junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação, proporcionando o direito de recebimento de 30% da Receita Anual Permita (RAP) prevista, e construção de novos empreendimentos conforme destacado na nota explicativa nº 17.

Notas Explicativas**16. Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado**

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 30/06/2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.745.441	1.213.639	(455.968)	(285.196)	2.217.916
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	811.517	92.700	(115.803)	(19.561)	768.853
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	933.924	1.120.939	(340.165)	(265.635)	1.449.063

	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 31/12/2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.701.625	2.138.427	(1.308.861)	(785.750)	1.745.441
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	232.712	700.277	(71.431)	(50.041)	811.517
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.468.913	1.438.150	(1.237.430)	(735.709)	933.924

- (1) Do montante de R\$340.165 (R\$1.237.430 em 31 de dezembro de 2020) cerca de R\$345.554 (R\$1.232.319 em 31 de dezembro de 2020) foram transferidos para o intangível enquanto o montante de R\$(527) (R\$2.007 em 31 de dezembro de 2020) foi reclassificado para o intangível - softwares e outros e R\$(4.862) (R\$3.104 em 31 de dezembro de 2020) para o imobilizado;
- (2) As baixas no montante de R\$265.635 (R\$735.709 em 31 de dezembro de 2020) referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Participação em controladas	9.030.994	9.139.523	-	-
Outros (2)	116.484	52.345	59.919	64.154
Total	9.147.478	9.191.868	59.919	64.154

Notas Explicativas**Participação em controladas:**

30/06/2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								334.775	3.012.469
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.269.312	1.005.790	263.522	45.715	45.715	263.522
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.269.076	1.735.581	533.495	133.573	133.573	533.495
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.093.007	2.066.636	1.026.371	216.934	216.934	1.026.371
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.902	460.350	308.719	151.631	22.561	22.561	151.631
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	280.960	194.158	86.802	4.186	4.186	86.802
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096,30	863.943	3.653.738	2.654.005	999.733	(4.076)	(3.876)	950.648
Energisa Rondônia (ERO) (1)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.896.414	8.142.986	(246.572)	(88.268)	(84.318)	-
Geração de Energia Elétrica								2.064	109.363
Parque Eólico Sobradinho	100	10.241	10.241	4.945	50	4.895	(257)	(257)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	100	6.784	6.784	6.565	336	6.229	(64)	(64)	6.229
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.034	1.034	356	-	356	(13)	(13)	356
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	86	77	1	-	1	(4)	(4)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	86	77	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	86	77	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	86	77	1	-	1	(3)	(3)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	1.606	1.606	1.348	37	1.311	(108)	(108)	1.311
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	340	340	130	10	120	(65)	(65)	120
Alsol Energias Renováveis S/A	89,49	38	110.634	400.519	292.740	107.779	2.890	2.584	96.448
Transmissão de Energia Elétrica								(2)	14
Energisa Transmissora de Energia I S/A (*)	100	11	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	11	11	6	-	6	(2)	(2)	6
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	11	11	8	-	8	-	-	8
Comercialização de Energia Elétrica								(11.668)	15.283
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	775.093	759.810	15.283	(11.668)	(11.668)	15.283
Prestação de Serviços								3.194	141.801
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	241.917	103.997	137.920	3.306	3.306	137.920
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	7.410	7.410	1.563	719	844	(764)	(764)	844
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	5.902	690	5.212	1.118	652	3.037
Holdings e demais Companhias								896.968	5.599.515
Dinâmica Direitos Creditórios	100,0	1.955	1.877	1.861	1	1.860	1	1	1.860
Denerge S/A	99,97	776	2.063.475	3.037.411	1.166.267	1.871.144	501.605	501.483	1.870.689
Rede Energia	0,18	3.789	3.223.219	5.329.246	1.699.165	3.630.081	752.797	511	6.520
Energisa Transmissora de Energia S/A (3)	100	36.182	36.181	1.525.936	918.828	607.108	83.210	83.210	607.108
Energisa Participações Minoritárias S/A	82,72	427.958	5.209.167	3.870.627	3.517	3.867.110	479.876	402.696	3.199.019
Voltz Capital S.A. (1)	100,0	1.314	1.314	882	1.367	(485)	(5.255)	(5.252)	-
Resultado não realizado de controladas (**)	0							(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas								(7.559)	152.549
Total								1.217.772	9.030.994

(*) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R\$236.023 (R\$152.133 em 31 de dezembro de 2020) das suas controladas Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A no valor de R\$235.538 (R\$151.330 em 31 de dezembro de 2020) e R\$485 (R\$803 em 31 de dezembro de 2020) da Voltz Capital S.A., respectivamente, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

(2) Inclui o investimento da Energisa S.A. no Fundo de Investimento FIDC, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

Notas Explicativas

- (3) Controlada indireta Energisa Transmissão Amazonas - a Energisa S.A, ao vencer o leilão do lote 11, após assinatura do contrato de concessão passou a ser detentora de ativos já existentes que compreendem, dentre outros, subestações avaliadas previamente pela ANEEL. Na data de 30/03/2021 a Energisa Transmissora de Energia (ETE) pagou R\$239.300 pela assunção dos ativos já existentes.

Devido às características do setor de transmissão de energia, a controlada adota contabilmente o “Ativo de Contrato de Concessão”, advindo da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes. Considerando que a concessão é firmada com o Poder Concedente, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e que o contrato de concessão estabelece um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP - Receita Anual Permitida), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios. Os ativos de contrato de concessão foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão.

Descrição	Valores apurados
Data da aquisição	30/03/2021
Preço pago	239.300
Valor contábil	257.000
Valor justo pelo fluxo de caixa	239.300
Mais (menos) valia apurada	(17.700)

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A controlada ETE apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer.

Durante o período de mensuração, a controlada ETE poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. A controlada ETE não possui expectativa de alterações que possam modificar de forma relevante a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Os ativos adquiridos na data das aquisições foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo pelo fluxo de caixa
Ativos			
Ativo de contrato de concessão	257.000	(4.844)	252.156
Passivos			
Fornecedores - materiais e serviços	-	(12.856)	(12.856)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	257.000	(17.700)	239.300

Notas Explicativas

31/12/2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								327.726	3.099.432
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.114.436	828.870	285.566	45.725	45.725	285.566
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.424.403	1.938.764	485.639	163.477	163.477	485.639
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.293.088	2.171.139	1.121.949	366.935	366.935	1.121.949
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	449.105	290.748	158.357	34.369	34.369	158.357
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	247.080	153.579	93.501	10.775	10.775	93.501
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.896.700	2.892.999	1.003.701	9.541	9.072	954.420
Energisa Rondônia (ERO) (1)	95,52	4.004.678	3.440.348	7.949.888	8.108.307	(158.419)	(316.805)	(302.627)	-
Geração de Energia Elétrica								(1.963)	52.979
Parque Eólico Sobradinho	100	9.871	9.871	4.958	46	4.912	(139)	(139)	4.912
Energisa Geração Usina Maurício	100	5.704	5.704	6.380	87	6.293	444	444	6.293
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.024	1.024	319	-	319	(7)	(7)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	79	70	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	80	71	1	-	1	(6)	(6)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	1.136	1.136	1.353	34	1.319	(242)	(242)	1.319
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	190	190	145	10	135	(164)	(164)	135
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	222.622	177.781	44.841	(2.052)	(1.831)	39.997
Transmissão de Energia Elétrica								(6)	24
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	11	8	-	8	(2)	(2)	8
Comercialização de Energia Elétrica								(5.492)	27.020
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	597.618	570.598	27.020	(5.492)	(5.492)	27.020
Prestação de Serviços								4.449	138.668
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	220.062	85.221	134.841	4.486	4.486	134.841
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.663	6.663	1.533	1.004	529	(1.144)	(1.144)	529
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.158	1.497	5.661	1.901	1.107	3.298
Holdings e demais Companhias								1.244.872	5.661.292
Dinâmica Direitos Creditórios	100,00	1.955	1.877	1.860	1	1.859	(18)	(18)	1.859
Denerge S/A	99,97	776	2.063.475	2.952.218	717.623	2.234.595	605.421	603.031	2.234.053
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.707	32.706	1.707.446	1.183.580	523.866	175.531	175.531	523.866
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.428.799	27.823	3.400.976	549.083	468.445	2.901.514
Voltz Capital S.A.(1)	99,90	1	1	27	832	(805)	(2.119)	(2.117)	-
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	160.108
Total								1.554.468	9.139.523

- (1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R\$152.133 das suas controladas Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A no valor de R\$151.330 e R\$803 da Voltz Capital S.A., respectivamente, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Notas Explicativas**Movimentação dos investimentos realizadas no período:**

Controladas	Saldo em 31/12/2020	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda da aquisição de ações (1)	Transferência	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2021
Distribuição de Energia Elétrica	3.099.432	-	1.041	-	(506.987)	334.775	3.012.469
Energisa Minas Gerais (EMG)	285.566	-	(3)	-	(67.756)	45.715	263.522
Energisa Sergipe (ESE)	485.639	-	110	-	(85.827)	133.573	533.495
Energisa Paraíba (EPB)	1.121.949	-	571	-	(313.083)	216.934	1.026.371
Energisa Borborema (EBO)	158.357	-	176	-	(29.463)	22.561	151.631
Energisa Nova Friburgo (ENF)	93.501	-	(27)	-	(10.858)	4.186	86.802
Energisa Acre (EAC)	954.420	-	104	-	-	(3.876)	950.648
Energisa Rondônia (ERO)	-	-	110	-	-	(84.318)	-
Geração de Energia Elétrica	52.979	54.271	49	-	-	2.064	109.363
Parque Eólico Sobradinho	4.912	240	-	-	-	(257)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	6.293	-	-	-	-	(64)	6.229
Energisa Geração Solar Coremas	319	50	-	-	-	(13)	356
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	4	-	-	-	(4)	1
Energisa Geração Eólica Mandacarú	1	3	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	3	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	3	-	-	-	(3)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.319	100	-	-	-	(108)	1.311
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	135	50	-	-	-	(65)	120
Alsol Energias Renováveis S.A.	39.997	53.818	49	-	-	2.584	96.448
Transmissora de Energia Elétrica	24	-	-	(8)	-	(2)	14
Energisa Transmissora de Energia I S/A (*)	8	-	-	(8)	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	8	-	-	-	-	(2)	6
Energisa Transmissora de Energia III S/A	8	-	-	-	-	-	8
Comercialização de Energia Elétrica	27.020	-	(69)	-	-	(11.668)	15.283
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	27.020	-	(69)	-	-	(11.668)	15.283
Prestação de Serviços	138.668	1.079	(227)	-	(913)	3.194	141.801
Energisa Soluções S.A	134.841	-	(227)	-	-	3.306	137.920
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	529	1.079	-	-	-	(764)	844
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.298	-	-	-	(913)	652	3.037
Holdings e demais Companhias	5.661.292	36.358	104.121	-	(1.098.906)	896.968	5.599.515
Dinâmica Direitos Creditórios	1.859	-	-	-	-	1	1.860
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	2.234.053	-	4.675	-	(869.522)	501.483	1.870.689
Rede Energia	-	30.783	(23.637)	-	(1.137)	511	6.520
Energisa Transmissora de Energia S/A	523.866	-	32	-	-	83.210	607.108
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.901.514	-	123.056	-	(228.247)	402.696	3.199.019
Voltz Capital S.A	-	5.575	(5)	-	-	(5.252)	-
Resultado não realizado em controladas	-	-	-	-	-	(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas	160.108	-	-	-	-	(7.559)	152.549
Total	9.139.523	91.708	104.915	(8)	(1.606.806)	1.217.772	9.030.994

Notas Explicativas

(*) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. (“ETE”), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como “Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.”.

(1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias, Alsol Energisa Renováveis, Rede Energia e Voltz Capital S.A., reflexos de (perdas) no montante de R\$103.652, refere-se a: (i) R\$122.866 da Energisa Participações minoritárias, refere-se R\$100.637 perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais, R\$93.680 de perda por mudança de percentual de participação, R\$330.895 ganho por aumento de capital e R\$13.712 de perda de custos do aumento de capital; (ii) R\$1 de ganho com a controlada Alsol Energisa Renováveis por conta do reflexo da mudança de percentual; (iii) R\$4.428, apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a distribuição de dividendos para as ações preferenciais da EMT; (iv) R\$23.638 de perda nas compras de ações da Rede Energia e; (v) R\$5 de perda por mudança de percentual de participação.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R\$1.263 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício:

Controladas	Saldo em 31/12/2019	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes (2)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Distribuição de Energia Elétrica	3.027.209	-	(160.584)	(277.412)	31.163	327.726	3.099.432
Energisa Minas Gerais (EMG)	256.367	-	488	(17.911)	897	45.725	285.566
Energisa Sergipe (ESE)	355.372	-	405	(60.417)	26.802	163.477	485.639
Energisa Paraíba (EPB)	930.563	-	1.049	(182.070)	5.472	366.935	1.121.949
Energisa Borborema (EBO)	135.612	-	223	(11.866)	19	34.369	158.357
Energisa Nova Friburgo (ENF)	87.715	-	128	(5.148)	31	10.775	93.501
Energisa Acre (EAC)	987.672	-	(41.958)	-	(366)	9.072	954.420
Energisa Rondônia (ERO)	273.908	-	(120.919)	-	(1.692)	(302.627)	-
Geração de Energia Elétrica	52.719	2.104	65	-	54	(1.963)	52.979
Parque Eólico Sobradinho	4.598	370	-	-	83	(139)	4.912
Energisa Geração Usina Maurício	4.769	1.080	-	-	-	444	6.293
Energisa Geração Solar Coremas	316	10	-	-	-	(7)	319
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	6	-	-	-	(6)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.091	470	-	-	-	(242)	1.319
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	149	150	-	-	-	(164)	135
Alsol Energias Renováveis S.A.	41.792	-	65	-	(29)	(1.831)	39.997
Transmissora de Energia Elétrica	30	-	-	-	-	(6)	24
Energisa Transmissora de Energia I S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia II S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Energisa Transmissora de Energia III S/A	10	-	-	-	-	(2)	8
Comercialização de Energia Elétrica	32.272	-	107	-	133	(5.492)	27.020
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	32.272	-	107	-	133	(5.492)	27.020
Prestação de Serviços	133.234	747	426	(2.126)	1.938	4.449	138.668
Energisa Soluções S.A.	129.262	-	426	(1.110)	1.777	4.486	134.841
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	760	747	-	-	166	(1.144)	529
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.212	-	-	(1.016)	(5)	1.107	3.298
Holdings e demais Companhias	4.660.371	4.815	(24.435)	(241.269)	16.135	1.244.872	5.661.292
Dinâmica Direitos Creditórios	1.955	-	-	(78)	-	(18)	1.859
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	1.782.341	27	(3.754)	(156.425)	8.833	603.031	2.234.053
Energisa Transmissora de Energia S/A	344.592	3.475	163	-	105	175.531	523.866
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.531.482	-	(20.844)	(84.766)	7.197	468.445	2.901.514
Voltz Capital S.A.	1	1.313	-	-	-	(2.117)	-
Ágio pago na aquisição de controladas	155.513	19.713	-	-	-	(15.118)	160.108
Total	8.061.348	27.379	(184.421)	(520.807)	49.423	1.554.468	9.139.523

(1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias e Energisa Transmissora de Energia, reflexos de (perdas) no montante de R\$27.921, refere-se a: (i) R\$22.136 da Energisa Participações minoritárias, cerca de R\$21.364 refere-se perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais e R\$772 de perdas-reflexo de redução de participação apurada pelo o aumento de capital realizado pela controlada indireta EMT; (ii) R\$7 de ganho com a controlada Energisa Transmissora de Energia S/A por conta do reflexo da mudança de percentual da controlada Energisa Tocantins Transmissora e; (iii) R\$5.792, apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a aumento de capital da EMT.

Notas Explicativas

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R\$7.104 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

Inclui, como redução dos investimentos os montantes de R\$111.046 e R\$40.304 das controladas ERO e EAC, respectivamente, referente a obrigação de ressarcimento a Eletrobrás por conta dos valores contabilizado no Ativo Imobilizado em Curso (AIC) na data base de fevereiro de 2017. Originalmente a Companhia havia reconhecido o montante R\$163.604 a ser ressarcido a Eletrobrás calculado de acordo com a melhor estimativa da administração. Com a aprovação da Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas, foram apurados os novos valores de indenização que montaram R\$151.350, resultado das aplicações de participação em cada controlada que passaram a ser responsável pelo pagamento da indenização, por consequência a Companhia reverteu a diferença de R\$12.254 diretamente contra a mais valia dos ativos, conforme detalhamento na nota explicativa nº 29.

- (2) Refere-se aos valores reflexo de Outros Resultado abrangentes (ORA) contabilizado diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

• Outras informações das participações:

Mais valia dos ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconheceu a amortização dos bens intangíveis no período findo em 30 de junho 2021, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue:

	EMT	EMS	ERO	EAC	Total	
					30/06/2021	31/12/2020
Amortização no período/exercício	(31.933)	(35.704)	(64.199)	(31.429)	(163.265)	(331.834)
IR e CSSL	10.857	12.139	21.828	10.686	55.510	112.823
Amortização Líquida de tributos	(21.076)	(23.565)	(42.371)	(20.743)	(107.755)	(219.011)

Participações indiretas:

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

30/06/2021					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,54	3.092.627	2.018.827	1.073.800	132.528
Energisa Mato Grosso	73,41	10.806.909	7.505.777	3.301.132	601.951
Energisa Mato Grosso do Sul	94,55	4.858.699	3.629.758	1.228.941	235.390
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	93,91	2.665.808	2.108.017	557.791	70.759
Multi Energisa Serviços S/A	94,62	29.354	16.167	13.187	4.278
QMRA Participações S.A.	94,62	2.735	365	2.370	7
Rede Power do Brasil S.A.	94,62	494.762	53.011	441.751	84.783
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	94,62	5.524	202.863	(197.339)	5.495
31/12/2020					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	3.254.520	2.357.856	896.664	123.737
Energisa Mato Grosso	74,33	9.575.653	6.619.979	2.955.674	378.166
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	4.231.365	2.914.660	1.316.705	210.409
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.397.394	1.774.998	622.396	83.293
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	25.033	11.828	13.205	4.931
QMRA Participações S.A.	95,20	2.707	348	2.359	9
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	497.373	52.160	445.213	75.605
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	5.338	205.611	(200.273)	(16.362)

Notas Explicativas

18. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/06/2021
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,68%	26.146	-	9.788	-	35.934
Veículos	14,29%	17.486	-	-	-	17.486
Móveis e utensílios	6,64%	16.483	-	214	-	16.697
Total do imobilizado em serviço		88.786	-	10.002	-	98.788
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(4.752)	-	-	(471)	(5.223)
Máquinas e equipamentos		(13.924)	-	-	(1.934)	(15.858)
Veículos		(12.336)	-	-	(689)	(13.025)
Móveis e utensílios		(13.730)	-	-	(134)	(13.864)
Total Depreciação acumulada		(44.742)	-	-	(3.228)	(47.970)
Subtotal Imobilizado		44.044	-	10.002	(3.228)	50.818
Imobilizado em curso		22.120	6.252	(10.002)	-	18.370
Total do Imobilizado		66.164	6.252	-	(3.228)	69.188

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,07%	25.072	-	1.074	-	-	26.146
Veículos	14,29%	16.990	-	574	(78)	-	17.486
Móveis e utensílios	6,89%	16.161	-	322	-	-	16.483
Total do imobilizado em serviço		86.894	-	1.970	(78)	-	88.786
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(3.807)	-	-	-	(945)	(4.752)
Máquinas e equipamentos		(10.766)	-	-	-	(3.158)	(13.924)
Veículos		(11.022)	-	-	58	(1.372)	(12.336)
Móveis e utensílios		(13.426)	-	-	-	(304)	(13.730)
Total Depreciação acumulada		(39.021)	-	-	58	(5.779)	(44.742)
Subtotal Imobilizado		47.873	-	1.970	(20)	(5.779)	44.044
Imobilizado em curso		16.049	8.041	(1.970)	-	-	22.120
Total do Imobilizado		63.922	8.041	-	(20)	(5.779)	66.164

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	SalDOS em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Depreciação	SalDOS em 30/06/2021
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	(1.919)	-	-	2.043
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,82%	67.153	-	(22.132)	-	-	45.021
Máquinas e equipamentos	12,07%	351.738	-	80.484	(17)	-	432.205
Veículos	14,72%	81.114	-	(810)	(2.263)	-	78.041
Móveis e utensílios	6,37%	91.021	-	(265)	-	-	90.756
Total do Imobilizado em Serviço		599.540	-	55.358	(2.280)	-	652.618
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(956)	-	-	-	(38)	(994)
Edificações e benfeitorias		(26.643)	-	16.719	7	(688)	(10.605)
Máquinas e equipamentos		(194.547)	-	(18.906)	5	(13.598)	(227.046)
Veículos		(54.963)	-	1.978	1.965	(3.803)	(54.823)
Móveis e utensílios		(61.800)	-	408	-	(1.537)	(62.929)
Total Depreciação acumulada		(338.909)	-	199	1.977	(19.664)	(356.397)
Subtotal Imobilizado		260.631	-	55.557	(303)	(19.664)	296.221
Imobilizado em curso		157.009	123.215	(60.419)	-	-	219.805
Total do Imobilizado		417.640	123.215	(4.862)	(303)	(19.664)	516.026

(1) O montante de R\$(4.862) (R\$(13.946) em 31 de dezembro de 2020) refere-se às reclassificações para o ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) O montante de R\$303 (R\$3.958 em 31 de dezembro de 2020), refere-se às baixas realizadas no período que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	SalDOS em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Depreciação	SalDOS em 31/12/2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	-	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,30%	66.260	-	955	(62)	-	67.153
Máquinas e equipamentos	13,07%	264.985	-	89.874	(3.121)	-	351.738
Veículos	14,27%	77.557	-	5.585	(2.028)	-	81.114
Móveis e utensílios	6,49%	90.921	-	248	(148)	-	91.021
Total do Imobilizado em Serviço		508.237	-	96.662	(5.359)	-	599.540
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Adutoras		(881)	-	-	-	(75)	(956)
Edificações e benfeitorias		(24.961)	-	-	66	(1.748)	(26.643)
Máquinas e equipamentos		(166.870)	-	(33)	(4.716)	(22.928)	(194.547)
Veículos		(49.032)	-	(45)	2.034	(7.920)	(54.963)
Móveis e utensílios		(63.222)	-	529	4.017	(3.124)	(61.800)
Total Depreciação acumulada		(304.966)	-	451	1.401	(35.795)	(338.909)
Subtotal Imobilizado		203.271	-	97.113	(3.958)	(35.795)	260.631
Imobilizado em curso		81.296	186.772	(111.059)	-	-	157.009
Total do Imobilizado		284.567	186.772	(13.946)	(3.958)	(35.795)	417.640

Notas Explicativas

19. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Intangível - contrato de concessão	-	-	13.930.168	14.171.278
Direito de concessão	-	-	294.140	314.013
Direito de uso	856	838	60.551	60.372
Intangível - Software e Outros	54.569	45.419	240.599	231.184
Total	55.425	46.257	14.525.458	14.776.847

19.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 30/06/2021
Intangível						
Em serviço:	10,28%	29.190.203	462.858	(116.484)	-	29.536.577
Amortização Acumulada		(12.045.256)	(1.501)	76.991	(678.717)	(12.648.483)
Total Intangível		17.144.947	461.357	(39.493)	(678.717)	16.888.094
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,82%	5.844.484	115.803	-	-	5.960.287
Amortização Acumulada		(2.870.815)	-	-	(131.546)	(3.002.361)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.973.669	115.803	-	(131.546)	2.957.926
Total Intangível		14.171.278	345.554	(39.493)	(547.171)	13.930.168

(1) O montante de R\$345.554 são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção;

(2) O montante de R\$39.493 refere-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) As controladas registraram no período créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$19.267 (R\$37.206 em 31 de dezembro de 2020), não inclui o montante de R\$6.017 referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Intangível						
Em serviço:	10,80%	28.441.118	1.302.215	(553.130)	-	29.190.203
Amortização Acumulada		(11.000.550)	577	317.730	(1.363.013)	(12.045.256)
Total Intangível		17.440.568	1.302.792	(235.400)	(1.363.013)	17.144.947
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,80%	5.773.053	71.431	-	-	5.844.484
Amortização Acumulada		(2.633.727)	(13)	-	(237.075)	(2.870.815)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		3.139.326	71.418	-	(237.075)	2.973.669
Total Intangível		14.301.242	1.231.374	(235.400)	(1.125.938)	14.171.278

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de

Notas Explicativas

cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,28% (10,80% em 31 de dezembro de 2020).

Obrigações vinculadas a concessão:

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2021	31/12/2020
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	4.320.115	4.869.007
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	2.488.927	1.856.097
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	336.031	336.031
Participação da União - recursos RGR ⁽³⁾	317.267	317.267
Reserva para reversão ⁽⁴⁾	7.295	7.678
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	329.713
(-) Amortização acumulada	(3.002.361)	(2.870.815)
Total	4.806.132	4.844.978
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.079.353	1.059.792
Infraestrutura - Intangível em serviço	2.957.926	2.973.669
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	768.853	811.517
Total	4.806.132	4.844.978

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em dezembro/2019.

(3) Indenização a concessão - ativo imobilizado em curso - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas Nº219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº15).

(4) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

19.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	96.825	96.825
Amortização acumulada	(639.286)	(619.413)
Subtotal	294.140	314.013

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	314.013	334.046
Aquisição participação	-	19.713
Amortização no período/exercício	(19.873)	(39.746)
Saldo final	294.140	314.013

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2021, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$141.594 (R\$153.908 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$91.281 (R\$96.210 em 31 de dezembro de 2020). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2020). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

- (i) O Grupo Rede - em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. No período findo em 30 de junho de 2021 foram amortizados R\$42.582 (R\$39.952 em 31 de dezembro de 2020).

- (ii) Dinâmica Diretos Creditórios - em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Diretos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512 e:
- (iii) Alsol Energia Renováveis S.A. - em 17 de junho de 2019, formalizou a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R\$29.467.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2021 e 2022	54.536	12.559
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	30.412	2.093
2029 e 2030	22.402	-
2031 e 2032	5.872	-
2033 em diante	32.340	-
Total	294.140	48.142

Notas Explicativas**19.3 Intangível - direito de uso**

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldos em 30/06/2021
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	4,35%	1.170	44	-	1.214
Amortização Acumulada		(332)	-	(26)	(358)
Total		838	44	(26)	856

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	21,63%	795	375	-	1.170
Amortização Acumulada		(101)	-	(231)	(332)
Total		694	375	(231)	838

	Taxa média de amortização (%)	Consolidado			
		Saldos em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldos em 30/06/2021
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	16,73%	91.534	8.555	-	100.089
Amortização Acumulada		(31.162)	-	(8.376)	(39.538)
Total		60.372	8.555	(8.376)	60.551

	Taxa média de amortização (%)	Consolidado				
		Saldos em 31/12/2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	20,31%	66.588	31.551	(6.605)	-	91.534
Amortização Acumulada		(15.776)	-	-	(15.386)	(31.162)
Total		50.812	31.551	(6.605)	(15.386)	60.372

19.4 Intangível - software e outros

	Taxa média de amortização (%)	Controladora				
		Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 30/06/2021
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	41.399	-	25.772	-	67.172
Amortização Acumulada		(24.484)	-	-	(4.970)	(29.455)
Em Curso		28.504	14.120	(25.772)	-	16.852
Total		45.419	14.120	-	(4.970)	54.569

Notas Explicativas

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	SalDOS em 31/12/2019	Adições	Transferências	Amortização	SalDOS em 31/12/2020
Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	36.983	-	4.416	-	41.399
Amortização Acumulada		(18.146)	-	-	(6.338)	(24.484)
Em Curso		6.479	26.441	(4.416)	-	28.504
Total		25.316	26.441	-	(6.338)	45.419

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	SalDOS em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Amortização	SalDOS em 30/06/2021
Custo dos Softwares						
Em serviço	20,00%	487.482	22	62.339	-	549.843
Amortização Acumulada		(341.407)	-	22	(28.345)	(369.730)
Em curso		85.109	38.265	(62.888)	-	60.486
Total		231.184	38.287	(527)	(28.345)	240.599

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	SalDOS em 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas	Amortização	SalDOS em 31/12/2020
Custo dos Softwares							
Em serviço	20,00%	440.222	711	47.768	(1.219)	-	487.482
Amortização Acumulada		(295.858)	-	(430)	538	(45.657)	(341.407)
Em curso		10.460	101.985	(27.336)	-	-	85.109
Total		154.824	102.696	20.002	(681)	(45.657)	231.184

(1) O montante de R\$527 (R\$20.002 em 31 de dezembro de 2020) refere-se às reclassificações para o Intangível - Infraestrutura em construção.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
CCEE ⁽¹⁾	-	-	449.201	761.598
Contratos bilaterais ⁽²⁾	-	-	1.205.042	1.266.962
Uso de rede básica	-	-	114.296	103.553
Conexão à rede	-	-	26.881	23.062
Encargo de serviços do sistema ⁽³⁾	-	-	153.147	49.617
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	-	-	35.756	33.278
Ampla - CUSD	-	-	6.005	4.499
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	5.391	12.643	318.380	314.233
Total	5.391	12.643	2.308.708	2.556.802
Circulante	5.391	12.643	2.198.897	2.445.104
Não Circulante	-	-	109.811	111.698

(1) CCEE - no 2º trimestre a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e reduziu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), comparando meses de maio e junho/2021 com novembro e dezembro/2020. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Além disso, no mês de novembro/2020 apresentou elevada diferença de PLDs entre os submercados, impactando o aumento da despesa no MCP pela compra de energia a preços maiores no MCP para as distribuidoras dos submercados Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Sul, e venda a preços menores no submercado Nordeste. Para as distribuidoras do submercado Nordeste o impacto negativo foi no tratamento de exposições, de modo a equilibrar os ganhos que tiveram pela compra de energia mais barata em seu submercado e venda mais cara nos outros submercados.

Notas Explicativas

- (2) Contratos bilaterais - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de Itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC);
- (3) **Encargos do serviço do sistema** - a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Os reservatórios de usinas hidrelétricas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste vem apresentando baixo armazenamento, similares ao de 2001, ano do último racionamento. Por esse motivo, houve a necessidade de despachar as térmicas para manutenção dos reservatórios.
- (4) Materiais, serviços e outros - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição, transmissão, comercialização e demais serviços de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
CDI	1.008.331	345.000	(547.050)	(36.604)	22.637	-	-	792.314
Gastos com captação	(1.938)	-	-	-	1.403	-	-	(535)
Total do custo	1.006.393	345.000	(547.050)	(36.604)	24.040	-	-	791.779
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	208.910	247.040	(212.108)	(5.094)	11.379	-	-	250.127
Gastos com captação	-	-	-	-	-	(741)	-	(741)
Marcação a mercado	2.178	-	-	-	-	-	(2.636)	(458)
Total ao valor justo	211.088	247.040	(212.108)	(5.094)	11.379	(741)	(2.636)	248.928
Total	1.217.481	592.040	(759.158)	(41.698)	35.419	(741)	(2.636)	1.040.707
Circulante	817.691							81.442
Não circulante	399.790							959.265

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	460.574	535.000	(2.950)	(9.373)	25.080	-	-	1.008.331
Gastos com captação	(424)	-	-	-	3.040	(4.554)	-	(1.938)
Total do custo	460.150	535.000	(2.950)	(9.373)	28.120	(4.554)	-	1.006.393
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	324.115	-	(219.088)	(15.901)	119.784	-	-	208.910
Marcação a mercado	4.058	-	-	-	-	-	(1.880)	2.178
Total ao valor justo	328.173	-	(219.088)	(15.901)	119.784	-	(1.880)	211.088
Total	788.323	535.000	(222.038)	(25.274)	147.904	(4.554)	(1.880)	1.217.481
Passivo Circulante	175.190							817.691
Passivo Não Circulante	613.133							399.790

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	960.315	-	(745.866)	(520)	4.828	-	-	218.757
TJLP e TLP	1.255	-	(1.250)	(43)	38	-	-	-
INPC	3.143	106.870	(3.352)	(2.496)	7.013	-	-	111.178
IPCA	337.230	905.057	(8.232)	(28.631)	49.053	-	-	1.254.477
Selic	486	-	(489)	(9)	12	-	-	-
CDI	3.939.460	515.000	(1.459.393)	(128.622)	81.123	-	-	2.947.568
TR	936.284	-	-	(20.851)	39.624	-	-	955.057
Cesta de moedas	26	-	(30)	-	4	-	-	-
Gastos com captação	(6.172)	-	-	-	2.626	(5.424)	-	(8.970)
Outros	12.163	856	35	(628)	802	-	-	13.228
Total do custo	6.184.190	1.527.783	(2.218.577)	(181.800)	185.123	(5.424)	-	5.491.295
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	2.754.291	1.000.438	(1.413.579)	(33.684)	(30.751)	-	-	2.276.715
Euro	999.402	-	(83.742)	(6.380)	(56.638)	-	-	852.642
Gastos com captação	(1.096)	-	-	-	378	(741)	-	(1.459)
Marcação a mercado	26.365	-	-	-	-	-	(4.775)	21.590
Total ao valor justo	3.778.962	1.000.438	(1.497.321)	(40.064)	(87.011)	(741)	(4.775)	3.149.488
Total	9.963.152	2.528.221	(3.715.898)	(221.864)	98.112	(6.165)	(4.775)	8.640.783
Circulante	4.049.956							1.915.412
Não Circulante	5.913.196							6.725.371

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/ 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	932.744	-	(17.497)	(3.129)	48.197	-	-	960.315
TJLP e TLP	3.263	-	(1.999)	(219)	210	-	-	1.255
Selic	890	-	(424)	(34)	54	-	-	486
CDI	2.384.337	2.161.667	(698.075)	(62.081)	153.612	-	-	3.939.460
TR	928.876	-	-	(72.749)	80.157	-	-	936.284
Cesta de moedas	405	-	(489)	(26)	136	-	-	26
Gastos com captação	(3.024)	-	-	-	5.668	(8.816)	-	(6.172)
Outros	259.042	103.590	(17.548)	(16.793)	24.245	-	-	352.536
Total do custo	4.506.533	2.265.257	(736.032)	(155.031)	312.279	(8.816)	-	6.184.190
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	3.119.021	473.725	(1.696.767)	(106.502)	964.814	-	-	2.754.291
Euro	598.586	122.972	(13.207)	(12.017)	303.068	-	-	999.402
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	754	-	-	(1.096)
Marcação a mercado	27.691	-	-	-	-	-	(1.326)	26.365
Total ao valor justo	3.743.448	596.697	(1.709.974)	(118.519)	1.268.636	-	(1.326)	3.778.962
Total	8.249.981	2.861.954	(2.446.006)	(273.550)	1.580.915	(8.816)	(1.326)	9.963.152
Passivo Circulante	1.413.791							4.049.956
Passivo Não Circulante	6.836.190							5.913.196

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortiza ção do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garanti as (*)
	30/06/2021	31/12/2020							
Energisa S/A									
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	-	320.370	CDI +0,55% a.a.	jun/21	Final		1,55%		-
FRN Santander - 4130335 (1)	70.424	70.260	CDI +0,8948% a.a.	nov/22	Final		1,72%		-
FRN Santander - 4132130 (1)	80.171	80.081	CDI +0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de nov/21		1,73%		-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 4ª Série	-	99.136	CDI +2,75% a.a.	abr/21	Final	2,65%	2,65%		-
ESA X ABC - NP 5ª Emissão 3ª Série	-	1.451	CDI +2,75% a.a.	jan/21	Final				-
ESA X PACTUAL - CCB91/20	-	151.431	CDI +2,50% a.a.	abr/21	Final			2,52%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 1ª Série (1)	68.800	67.188	CDI +2,30% a.a.	dez/23	Final			2,42%	-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 2ª Série (1)	136.573	133.373	CDI +2,30% a.a.	dez/24	Final		2,42%		-
ESA X BANCO DA CHINA BRASIL -CCB - L0036-2020 (1)	85.063	85.041	CDI +2,15% a.a.	dez/23	Final		2,45%		-
ESA X SANTANDER - CCB - 1035848	146.675	-	CDI +1,70% a.a.	abr/23	Final		2,13%		-
ESA X BTG - FIDC (6)	204.608	-	CDI +2,35% a.a.	jan/25	Final		2,45%		-
Custo de captação incorrido na contratação	(535)	(1.938)							
Total em Moeda Nacional	791.779	1.006.393							
Resolução 4131 - Itaú (1)	-	208.910	4,0375% a.a.	mai/21	Anual		-1,74%		A
ESA X ICBC - CCB - ICBCBRPANAMAWK2021001 (1)	250.127	-	1,85% a.a.	jun/24	Final		-2,82%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(741)	-							
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(458)	2.178	-	-	-				-
Total em Moeda Estrangeira	248.928	211.088							
Total Energisa S/A	1.040.707	1.217.481							
Energisa Sergipe									
FINAME - Itaú BBA (8)	-	5.584	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24%	a	4,26%	A
Parcelamento INERGUS	13.228	12.162	IPC +5,41% a.a.	jul/44	Mensal		6,18%		A
Parcelamento INERGUS - Migração	85.109	94.033	IPCA +5,78% a.a.	jun/26	Mensal		6,62%		A
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	154.841	152.307	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final		1,68%		A
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A (1)	21.504	-	IPCA +4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22		6,16%		A
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B (1)	27.783	-	IPCA +4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27		6,16%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(581)	(171)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	301.884	263.915							
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	178.877	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final		-2,95%		A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	18.081	18.786	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final		-2,90%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	20	(582)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Estrangeira	18.101	197.081							
Total Energisa Sergipe	319.985	460.996							
Energisa Paraíba									
FINAME - Itaú (8)	-	10.029	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	1,24%	a	4,26%	A
Parcelamento FUNASA	2.561	3.143	INPC + 5,28%	dez/29	Mensal		6,56%		A
CCB Bradesco 24032020 (1)	133.776	139.414	CDI + 1,6698% a.a.	mar/23	Final		2,11%		A
CCB Itaú 25032020	-	20.333	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final		3,31%		A
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A (1)	32.260	-	IPCA + 5,03%	abr/31	Mensal a partir de abr/22		6,25%		A + R
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B (1)	41.694	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de fev/31		6,25%		A + R
EPB X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	4.652	-	INPC + 5,28%	jun/33	Mensal		6,56%		A
EPB X ENERGISA PREV - Déficit 2020 (7)	85.671	-	INPC + 5,28%	nov/33	Mensal		6,56%		A
EPBXENERGISA PREV- Déficit 2015 2018 2019 (7)	1.864	-	INPC + 5,28%	nov/33	Mensal		6,56%		A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(179)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	302.478	172.740							
Total Energisa Paraíba	302.478	172.740							
Energisa Minas Gerais									
Repasso BNDES I - Itaú BBA	-	39	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal		4,58%		A
Repasso BNDES II - Itaú BBA	-	26	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal		1,97%		A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020							
Repasse BNDES III - Itaú BBA	-	16	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	5,16%			A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	-	25	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	2,71%			A
FINAME - Itaú BBA (8)	-	4.261	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	1,24% a 4,26%			A
CCB Bradesco 24032020 (1)	-	79.212	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	3,65%			A
CCB Itaú 25032020	-	40.671	CDI + 4,00%	mar/21	Final	3,26%			A
SANTANDER FRN 4137169	-	38.336	CDI + 4,10%	jun/21	Final	3,31%			A
SANTANDER FRN 4137171	39.643	38.336	CDI + 4,10%	dez/21	Final	3,31%			A
EMG X BTG PACTUAL - BNDES 2/20 (1)	34.646	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	6,25%			A + R
EMG X SANTANDER - CCB -1035866 (1)	25.289	-	CDI + 1,70%	abr/23	Final	2,13%			A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(93)	-	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	99.578	200.829							
EMG X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 (1)	39.549	-	1,5173%a.a. (Pré)	jun/24	Final	-2,98%			A
Resolução 4131 - BBM Loan (1)	-	81.249	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final	-2,36%			A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 28012021	91.639	-	1,83%a.a. (Pré)	fev/24	Final	-2,83%			A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.396	269	-	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	132.584	81.518							
Total Energisa Minas Gerais	232.162	282.347							
Energisa Nova Friburgo									
FINAME - Itaú (8)	-	466	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24% a 2,96%			A
FRN 4131519 (1)	15.051	15.029	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	1,68%			A
FRN 4137167	12.614	12.198	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	3,31%			A
FRN 4137163	-	12.198	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,31%			A
CCB Safra 001660057	20.015	20.454	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	2,18%			A
Custo de captação incorrido na contratação	(102)	(20)	-	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	47.578	60.325							
Total Energisa Nova Friburgo	47.578	60.325							
Energisa Borborema									
FINAME - Itaú BBA (8)	-	955	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	1,24% a 4,26%			A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	15.051	15.029	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	1,68%			A
Safra CCB 001660031 (1)	20.015	20.454	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	2,18%			A
Santander FRN 4137155	-	13.940	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,31%			A
Santander FRN 4137161	14.416	13.940	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	3,31%			A
Santander FRN 4137241	21.617	20.904	CDI + 4,10% a.a.	jul/21	Final	3,31%			A
Custo de captação incorrido na contratação	(102)	(20)	-	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	70.997	85.202							
EBO X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 (1)	39.549	-	1,5173%a.a. (Pré)	jun/24	Final	-2,98%			A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(82)	-							
Total em Moeda Estrangeira	39.467	-							
Total Energisa Borborema	110.464	85.202							
Energisa Mato Grosso									
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.498	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	3,44%			R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	472.877	481.684	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	1,63%			R
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	309.424	304.361	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	1,68%			A
Santander FRN 4133870 (1)	192.735	192.161	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	1,75%			A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	-	137.301	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	3,65%			A
CCB ITAÚ 1011200300114	-	30.499	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	3,31%			A
Santander FRN 4135786	-	332.290	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	3,55%			A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020						
Santander FRN 4137163	-	69.701	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,31%		A
Santander FRN 4137165	72.081	69.700	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	3,31%		A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (1)	86.429	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	6,16%		A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (1)	111.669	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	6,16%		A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	5.017	-	INPC + 5,460% a.a.	dez/31	Mensal	6,64%		A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit de 2017 (7)	195	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	6,64%		A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019 (7)	2.580	-	INPC + 5,47% a.a.	out/39	Mensal	6,65%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.681)	(518)						
Total em Moeda Nacional	1.604.728	1.970.677						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	-	128.375	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	10,13%		a
Citibank Loan - 4131 (1)	35.912	74.624	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-2,70%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	35.910	74.619	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-2,65%		A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 (1)	117.276	-	1,2070% a.a.	jun/24	Final	-3,14%		A
J P MORGAN Loan (1)	133.863	139.083	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	-3,03%		A
Merryl Lynch Loan (1)	63.304	68.115	0,6870% a.a.	dez/22	Final	-6,72%		A
Scotiabank Loan (1)	246.111	255.699	2,1964% a.a.	dez/22	Final	-2,65%		A
Citibank Loan 56416 (1)	58.083	60.347	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	-3,25%		A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1)	-	88.973	2,83% a.a.	jan/21	Final	2,33%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(219)	(328)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.819	8.059						
Total em Moeda Estrangeira	697.059	897.566						
Total Energisa Mato Grosso	2.301.787	2.868.243						
Energisa Mato Grosso do Sul								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.492	291.571	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	3,44%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	215.774	219.794	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	1,63%		R
Nota Promissória (1)	73.116	71.866	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	1,75%		A
CCB Safra 001660014	80.059	81.816	CDI + 1,80% a.a.	jun/23	Final	2,18%		A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	70.255	67.937	CDI + 4,10% a.a.	ago./21	Final	3,31%		A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	53.970	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	6,16%		A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	69.731	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	6,16%		A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	418	-	INPC + 5,00% a.a.	abr/29	Mensal	6,42%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.729)	(230)						
Total em Moeda Nacional	853.086	732.754						
Loan Citi - 4131 (1)	36.205	75.142	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	-2,70%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	36.189	75.125	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	-2,65%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	67.179	72.278	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	-6,57%		A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	77.159	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	-2,83%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(203)	(314)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.948	1.202						
Total em Moeda Estrangeira	218.477	223.433						
Total Energisa Mato Grosso do Sul	1.071.563	956.187						
Energisa Tocantins								
Luz para Todos I - Eletrobrás	2.683	4.293	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	2,96%		R
CCB ITAÚ 101120030007500	-	20.335	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	3,26%		R
ETO X BNDES - 20.2.0496-1	100.796	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	6,16%		A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	1.101	-	INPC + 4,964% a.a.	jun/30	Mensal	6,40%		A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020						
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017 (7)	17	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	6,64%		A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 (7) 2019	59	-	INPC + 4,75% a.a.	ago./23	Mensal	6,30%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(805)	-	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	103.851	24.628						
Resolução 4131 - Itaú (1)	-	270.261	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	-1,59%		R
Loan Citi - 4131 (1)	28.078	58.349	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	-2,70%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	28.070	58.331	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	-2,65%		A
Merrill lynch Loan (1)	-	161.733	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	-2,95%		A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1)	77.159	-	1,83% a.a. Pré	fev/24	Final	-2,83%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(192)	(297)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.514	3.349	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	134.629	551.726						
Total Energisa Tocantins	238.480	576.354						
Energisa Sul Sudeste								
CCB ITAÚ 101120030007400	-	40.672	CDI + 4,00%	mar/21	Final	3,26%		A
ESS X BNDES - 20.2.0497-1 (1)	109.203	-	IPCA + 5,10%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	6,29%		A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020 (7)	6.513	-	INPC + 4,906%	abr/31	Mensal	6,38%		A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 (7)	84	-	INPC + 5,45%	nov/33	Mensal	6,64%		A
ESS X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 2019 (7)	446	-	INPC + 4,75%	ago./29	Mensal	6,30%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(615)	-						
Total em Moeda Nacional	115.631	40.672						
Loan Citi - 4131 (1)	17.158	35.654	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-2,70%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	17.162	35.656	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	-2,65%		A
Merrill lynch Loan (1)	98.690	102.546	Libor + 1,20% a.a.	ago./21	Final	-2,95%		A
Merrill lynch Loan (1)	144.930	155.944	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	-6,63%		A
Scotiabank Loan (1)	61.528	63.925	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	-2,65%		A
Merrill lynch Loan (1)	158.389	170.425	0,7257% Pré a.a.	jan/23	Final	-3,38%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(104)	(157)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.905	4.042	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	500.658	568.035						
Total Energisa Sul Sudeste	616.289	608.707						
Energisa Rondônia								
CCEE - Eletrobrás	128.134	681.980	5,00% a.a.	out/48	Mensal a partir de 2024	2,47%		R
FRN 4131614 (1)	49.930	49.911	CDI + 0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	1,73%		A
ERO X BTG PACTUAL - BNDES 4/200 (1)	89.351	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	6,25%		A + R
ERO X SANTANDER - CCB - 1035862 (1)	45.520	-	CDI + 1,70% a.a.	abr/23	Semestral a partir de dez/21	2,13%		A
Total em Moeda Nacional	312.935	731.891						
Scotiabank Loan (1)	61.528	63.925	2,1964% a.a.	dez/22	Final	2,65%		A
Citibank Loan 56545 (1)	68.501	71.172	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	3,25%		A
Citibank Loan 56737 (1)	145.093	150.744	Libor + 0,75% a.a.	mar/23	Final	3,18%		A
Citibank Loan 59105 (1)	188.702	-	Libor + 1,24% a.a.	mai/24	Final	2,93%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.248	2.914						
Total em Moeda Estrangeira	468.072	288.755						
Total Energisa Rondônia	781.007	1.020.646						
Energisa Acre								

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)			Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020							
CCEE - Eletrobrás	60.926	225.730	5,00% a.a.	dez/48	Mensal a partir de 2024	2,47 %			R
CCB BRADESCO 24032020 (1)	-	66.538	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	3,65 %			R
EAC X BTG PACTUAL - BNDES 1/20 (1)	41.901	-	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	6,25 %			A + R
EAC X SANTANDER - CCB 1035864 (1)	101.155	-	CDI + 1,70% a.a.	abr/23	Final	2,13 %			R
Custo de captação incorrido na contratação	-	(78)							
Total em Moeda Nacional	203.982	292.190							
Merrill Lynch Loan (1)	380.857	491.770	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	- 6,36 %			R + A
Merrill Lynch Loan (1)	37.983	40.870	0,7619% a.a.	dez/21	Final	- 6,68 %			R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.024	6.329							
Total em Moeda Estrangeira	422.864	538.969							
Total Energisa Acre	626.846	831.159							
Energisa Soluções									
FINAME - Itaú BBA (8)	-	1.086	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	1,24 %	a	2,96 %	A
Total em Moeda Nacional	-	1.086							
Banco BBM Loan 4131	-	27.637	2,96% a.a.	mar/21	Final	- 2,27 %			A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56735 (2)	17.678	-	1,74% a.a.	fev/24	Final	- 2,87 %			A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56890	24.801	-	1,77% a.a.	jun/24	Final	- 2,86 %			A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(70)	19							
Total em Moeda Estrangeira	42.409	27.656							
Total Energisa Soluções	42.409	28.742							
Energisa Soluções Construções									
FINAME - Itaú BBA (8)	-	795	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,96%			A
FINAME - Itaú BBA (8)	-	486	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	3,76 %	a	3,79 %	A
FINAME - Itaú BBA (8)	-	1.200	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	4,60 %	a	4,64 %	A
Total em Moeda Nacional	-	2.481							
Total Energisa Soluções Construções	-	2.481							
Energisa Transmissão									
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (1)	156.824	162.939	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	-3,25%			A + R + S
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(503)	(1.046)							
Total em Moeda Estrangeira	156.321	161.893							
Total Energisa Transmissão	156.321	161.893							
Energisa Pará I									
BASA - CCB 048-19/0002-0 (5)	195.907	168.174	IPCA + 1,8854% a.a.	jul/39	Mensal a partir de 2023	4,71%			A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.297)	(1.362)							
Total em Moeda Nacional	194.610	166.812							
Total Energisa Pará I	194.610	166.812							
Energisa Pará II									
BASA - CCB 128-20/0050-8 (5)	152.524	75.024	IPCA + 1,6834% a.a.	jul/40	Mensal a partir de 08/24	4,61%			A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.523)	(1.563)							
Total em Moeda Nacional	151.001	73.461							
Total Energisa Pará II	151.001	73.461							
Energisa Comercializadora									
SANTANDER FRN 4127249	-	41.808	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,31%			A
Total em Moeda Nacional	-	41.808							
ECOM X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56889 (1)	39.665	-	1,76% a.a. (Pré)	jun/24	Anual a partir de 06/23	-2,86%			A
ECOM X BBM LOAN AGREEMENT N° 56339	30.425	31.610	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	-3,27%			A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(171)	(368)						
Total em Moeda Estrangeira	69.919	31.242						
Total Energisa Comercializadora	69.919	73.050						
Rede Energia S.A.								
Credores "RJ" - Bicbanco	6.799	6.320	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%		R
Credores "RJ" - BNB	14.984	13.929	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%		R
Total em Moeda Nacional	21.783	20.249						
Total Rede Energia S.A.	21.783	20.249						
Denerge								
FI-FGTS (Reestruturado)	310.163	291.215	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	1,98%		-
Total em Moeda Nacional	310.163	291.215						
Total Denerge	310.163	291.215						
Cia Téc.de Comercialização de Energia								
Credores "RJ" - BMG	5.231	4.862	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%		-
Total em Moeda Nacional	5.231	4.862						
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	5.231	4.862						
Em Moeda Nacional	5.491.295	6.184.190						
Em Moeda Estrangeira	3.149.488	3.778.962						
Energisa Consolidada	8.640.783	9.963.152						

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Receíveis, S= Seguro

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- (1) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para 6ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A e empréstimo via CCB entre o Bank of China e a Energisa S/A, com vencimento em Dez/23 e o empréstimo via CCB entre o ICBC e a Energisa S/A com vencimento em junho/24.	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 30 de junho de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 35 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (4) Em julho de 2019 e em junho de 2020 as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I) e a Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.
- (5) De acordo com a Lei 14.120 de 1º de março de 2021 foi efetuado baixa no saldo dos financiamentos junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o valor de R\$728.40, sendo R\$560.949 para Energisa Rondônia e R\$167.455 para Energisa Acre.
- (6) O valor do empréstimo com o Banco BTG Pactual, refere-se ao acordo de cotista que prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco no montante inicial de R\$200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo.
- (7) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas.

Notas Explicativas

(8) Em 15 de Abril, 17 de maio e 15 de junho de 2021 as controladas diretas efetuaram a liquidação antecipada dos financiamentos na modalidade Finame junto ao Banco Itaú Unibanco S/A, conforme quadro abaixo.

Emissora	Data da Liquidação	Valor Contratado
EMG	15/04/2021	3.645
EBO	15/04/2021	853
ENF	15/04/2021	418
ESOL	15/04/2021	1.007
EPB	17/05/2021	8.627
ESE	17/05/2021	4.834
ESOL	15/06/2021	1.777
Total		21.161

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$91.152 (R\$96.887 em 31 de dezembro de 2020), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2021	31/12/2020
US\$ x R\$	-3,74%	28,93%
TJLP	2,23%	4,87%
SELIC	1,22%	2,76%
CDI	1,28%	2,77%
IPCA	3,77%	4,52%
IGP-M	15,09%	23,14%
LIBOR	0,19%	0,28%
UMBNB	0,11%	0,10%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	3,51%	5,64%
Euro	-7,06%	40,78%
INPC	3,95%	5,45%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2022	34.550	743.539
2023	319.435	1.838.488
2024	405.280	1.271.812
2025	200.000	389.628
Após 2025	-	2.481.904
Total	959.265	6.725.371

22. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 30/06/2021
Mensuradas ao custo - pós fixados					
CDI	1.309.695	(220.570)	(14.531)	24.597	1.099.191
IPCA	2.466.139	-	(99.646)	189.036	2.555.529
Gastos com captação	(3.996)	-	-	1.050	(2.946)
Total ao custo	3.771.838	(220.570)	(114.177)	214.683	3.651.774
Circulante	968.050				992.947
Não Circulante	2.803.788				2.658.827

Notas Explicativas

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixados							
CDI	1.230.730	639.896	(561.340)	(43.589)	43.998	-	1.309.695
IPCA	2.306.799	480.000	(410.768)	(165.330)	255.438	-	2.466.139
Gastos com captação	(2.514)	-	-	-	2.105	(3.587)	(3.996)
Total ao custo	3.535.015	1.119.896	(972.108)	(208.919)	301.541	(3.587)	3.771.838
Passivo Circulante	969.384						968.050
Passivo Não Circulante	2.565.631						2.803.788

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	60.606	-	-	-	4.588	-	-	65.194
Pós Fixado								
CDI	5.839.183	730.000	(628.697)	(90.221)	114.561	-	-	5.964.826
IPCA	4.224.232	-	-	(138.504)	311.733	-	-	4.397.461
Gastos com captação	(70.649)	-	-	-	9.260	(2.177)	-	(63.566)
Marcação a mercado	323.445	-	-	-	-	-	(171.464)	151.981
Total ao custo	10.376.817	730.000	(628.697)	(228.725)	440.142	(2.177)	(171.464)	10.515.896
Circulante	1.780.414							1.705.946
Não Circulante	8.596.403							8.809.950

(*) Emissão de debêntures realizadas pelas controladas no período, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ETE	300.000	05/03/21	Única	3ª	2,18%
ALSOL	130.000	15/03/21	Única	2ª	2,40%
ERO	300.000	18/06/21	Única	5ª	2,23%
Total	730.000				

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2019	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixados								
Pré fixado	55.507	-	-	(3.339)	8.438	-	-	60.606
Pós fixado								
CDI	4.917.344	2.328.954	(1.392.084)	(225.386)	210.355	-	-	5.839.183
IPCA	3.736.006	750.000	(410.768)	(250.211)	399.205	-	-	4.224.232
Gastos com captação	(53.566)	-	-	-	17.524	(34.607)	-	(70.649)
Marcação a mercado	283.335	-	-	-	-	-	40.110	323.445
Total ao custo	8.938.626	3.078.954	(1.802.852)	(478.936)	635.522	(34.607)	40.110	10.376.817
Passivo Circulante	1.167.067							1.780.414
Passivo Não Circulante	7.771.559							8.596.403

Notas Explicativas

(*) A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2020 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	63.500	05/05/2020	Única	12ª	6,57%
ESA	576.396	25/08/2020	Única	13ª	5,07%
ESA	480.000	15/10/2020	1ª e 2ª	14ª	8,75%
EMT	130.000	15/02/2020	Única	11ª	3,72%
EMS	75.000	22/01/2020	Única	13ª	3,50%
EBO	20.000	15/02/2020	Única	1ª	3,72%
ENF	41.300	15/02/2020	1ª e 2ª	1ª	3,72% e 3,92%
EPB	60.000	15/02/2020	Única	7ª	3,72%
ESE	275.000	15/02/2020	Única	8ª	3,72%
EMG	60.000	15/02/2020	Única	12ª	3,72%
ESS	60.000	15/02/2020	Única	5ª	3,92%
EMT	381.354	25/08/2020	Única	12ª	5,07%
EMS	139.471	25/08/2020	Única	14ª	5,07%
EPB	146.933	25/08/2020	Única	8ª	5,07%
ETE	140.000	15/10/2020	1ª e 2ª	2ª	8,75% e 8,99%
EMT	130.000	15/10/2020	1ª e 2ª	13ª	8,75% e 8,99%
ERO	100.000	18/11/2020	Única	4ª	4,97%
EAC	200.000	18/11/2020	Única	13ª	4,97%
Total	3.078.954				

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020							
ENERGISA S/A									
Debêntures 7ª Emissão/2ª Série (*)	228.361	218.550	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a.	ago. / 21	Final	8,05%	F
Debêntures 7ª Emissão/3ª Série (*)	228.361	218.550	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a.	ago. / 22	Final	8,05%	F
Debêntures 7ª Emissão/5ª Série	229.506	219.669	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a.	ago. / 21	Final	8,77%	F
Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	229.506	219.669	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a.	ago. / 22	Final	8,77%	F
Debêntures 8ª Emissão/1ª Série	236.177	232.219	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	6,53%	R
Debêntures 8ª Emissão/2ª Série	211.979	208.486	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	6,56%	R
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	75.401	70.585	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	5,99%	R
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	14.074	13.162	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	6,10%	R
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	26.262	24.513	15/10/17	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	6,29%	R
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	512.557	505.641	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,38%	R
Debêntures 10ª Emissão	-	157.200	20/06/18	70.000 / 47.121	CDI+1,10% a.a.	jun / 21	Anual após Jun/19	1,83%	SG
Debêntures 11ª Emissão	559.882	547.811	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a.	abr / 26	Final	6,05%	SG
Debêntures 12ª Emissão	-	64.054	05/05/20	63.500 / 63.500	CDI+3,80% a.a.	mai / 21	Final	3,16%	SG
Debêntures 13ª Emissão	586.634	582.800	25/08/20	576.396 / 573.396	CDI+2,30% a.a.	ago. / 25	Anual após ago./23	2,42%	SG
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	59.102	56.460	15/10/20	55.000 / 55.000	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	5,86%	SG
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	456.918	436.465	15/10/20	425.000 / 425.000	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	5,98%	SG
Custos de captação	(2.946)	(3.996)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	3.651.774	3.771.838							
ENERGISA SERGIPE									
6ª Emissão	74.751	71.491	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	6,28%	A
7ª Emissão	50.126	50.073	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,64%	A
Debêntures 8ª Emissão	278.806	277.916	15/02/20	275.000 / 275.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,75%	A

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020							
Custos de captação	(1.264)	(1.514)							
Total ENERGISA SERGIPE	402.419	397.966							
ENERGISA PARAÍBA									
Debêntures 4ª Emissão	-	33.882	15/02/18	18.000 / 3.352	CDI+1,00% a.a.	fev / 21	Final	1,78%	SG
Debêntures 5ª Emissão	155.252	148.483	15/09/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	6,28%	A
Debêntures 6ª Emissão 1º Série	72.182	72.104	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,64%	A
Debêntures 6ª Emissão 2º Série	48.124	48.072	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a.	jun / 26	Final	1,69%	A
Debêntures 7ª Emissão	60.830	60.636	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,75%	A
Debêntures 8ª Emissão	149.542	148.566	25/08/20	146.933 / 146.933	CDI + 2,30% a.a.	ago. / 25	Anual após ago./23	2,42%	A
Custos de captação	(1.606)	(1.899)							
Total ENERGISA PARAÍBA	484.324	509.844							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	65.194	60.606	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a.	nov / 35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	65.194	60.606							
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL									
Debêntures 8ª Emissão	201.943	201.202	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	1,38%	A
Debêntures 10ª Emissão	-	11.066	15/02/18	15.000 / 1.095	CDI +0,95%	fev / 21	Final	1,75%	SG
Debêntures 11ª Emissão	178.253	170.480	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	6,28%	A
Debêntures 12ª Emissão	110.278	110.160	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,64%	A
Debêntures 13ª Emissão	38.047	56.905	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a.	jan / 22	Semestral	1,64%	A
Debêntures 14ª Emissão	141.948	141.021	25/08/20	139.471 / 139.471	CDI + 2,30% a.a.	ago. / 25	Anual após ago./23	2,42%	A
Custos de captação	(1.836)	(2.171)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	668.633	688.663							
ENERGISA MATO GROSSO									
Debêntures 8ª Emissão	-	87.547	15/02/18	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a.	fev / 21	Final	1,83%	SG
Debêntures 9ª Emissão	442.755	423.451	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	6,28%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	117.797	117.668	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,64%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.588	32.553	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a.	jun / 29	Anual após jun/27	1,80%	A
Debêntures 11ª Emissão	131.799	131.378	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,75%	A
Debêntures 12ª Emissão	388.127	385.591	25/08/20	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a.	ago. / 25	Anual após ago./23	2,42%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	64.583	61.696	15/10/20	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	5,86%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	75.150	71.786	15/10/20	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	5,98%	A
Custos de captação	(5.270)	(6.157)							
Total EMTENERGISA MATO GROSSO	1.247.529	1.305.513							
ENERGISA MINAS GERAIS									
Debêntures 10ª Emissão	57.501	54.994	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	6,28%	A
Debêntures 11ª Emissão 1º Série	34.086	34.050	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,64%	A
Debêntures 11ª Emissão 2º Série	36.093	36.055	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a.	jun / 26	Final	1,69%	A
Debêntures 12ª Emissão	60.830	60.636	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,75%	A
Custos de captação	(880)	(999)							
Total ENERGISA MINAS GERAIS	187.630	184.736							
ENERGISA TOCANTINS									
Debêntures 4ª Emissão	276.004	263.969	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	6,28%	A

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/06/2021	31/12/2020							
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	238.224	237.970	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a.	jun / 24	Final	1,75%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	162.851	162.677	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a.	jun / 26	Final	1,85%	A
Custos de captação	(3.954)	(4.495)							
Total ENERGISA TOCANTINS	673.125	660.121							
ENERGISA SUL SUDESTE									
Debêntures 4ª Emissão	80.502	76.992	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	6,28%	A
Debêntures 5ª Emissão	60.874	60.681	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a.	fev / 25	Final	1,85%	A
Custos de captação	(945)	(1.075)							
Total ENERGISA SUL SUDESTE	140.431	136.598							
ENERGISA TRANSMISSÃO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	85.569	81.840	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a.	dez / 25	Final	6,20%	F
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	58.332	55.788	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a.	dez / 28	Anual após dez/26	6,31%	F
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	142.796	133.371	15/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a.	dez / 25	Final	6,23%	F
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	61.681	58.924	15/10/20	57.400 / 57.400	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	5,86%	A
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	88.803	84.828	15/10/20	82.600 / 82.600	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	5,98%	A
Debêntures 3ª Emissão	304.198	-	05/03/21	300.000 / 300.000	CDI + 1,80% a.a.	mar / 24	Final	2,18%	A
Custos de captação	(7.159)	(6.389)							
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	734.220	408.362							
ENERGISA NOVA FRIBURGO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	15.208	15.159	15/02/20	15.000 / 15.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,75%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	26.683	26.598	15/02/20	26.300 / 26.300	CDI + 1,15% a.a.	fev / 25	Final	1,85%	A
Custos de captação	(130)	(155)							
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	41.761	41.602							
ENERGISA BORBOREMA									
Debêntures 4ª Emissão	20.279	20.213	15/02/20	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,75%	A
Custos de captação	(47)	(61)							
Total ENERGISA BORBOREMA	20.232	20.152							
ENERGISA RONDÔNIA									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	1.249.183	1.507.576	26/11/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a.	nov / 23	Final	2,10%	A
Debêntures 4ª Emissão	100.685	100.274	18/11/20	100.000 / 100.000	CDI+2,20% a.a.	nov / 23	Final	2,37%	A
Debêntures 5ª Emissão	300.071	-	18/06/21	300.000 / 300.000	CDI+1,90% a.a.	jun / 24	Final	2,23%	A
Custos de captação	(1.569)	(1.896)							
Total ENERGISA RONDÔNIA	1.648.370	1.605.954							
ENERGISA ACRE									
Debêntures 3ª Emissão	201.371	200.548	18/11/20	200.000 / 200.000	CDI+2,20% a.a.	nov / 23	Final	2,37%	A
Custos de captação	(834)	(1.006)							
Total ENEGISA ACRE	200.537	199.542							
ALSOL									
Debêntures 1ª Emissão	101.017	100.711	23/10/19	100.000 / 100.000	CDI+1,20% a.a.	out / 24	Final	1,88%	A
Debêntures 2ª Emissão	131.845	-	15/03/21	130.000 / 130.000	CDI+2,25% a.a.	mar / 25	Anual após fev/23	2,40%	A
Custos de captação	(994)	(293)							
Total ALSOL	231.868	100.418							
TOTAL	10.427.481	10.124.021							
Custos de captação	(34.132)	(38.543)							
Custos de captação	(29.434)	(32.106)							
Total dos custos de captação	(63.566)	(70.649)							
Marcação à Mercado de Dívida	151.981	323.445							
Total em moeda nacional	10.515.896	10.376.817							
CONSOLIDADO	10.515.896	10.376.817							

Notas Explicativas

(*) O montante de R\$137.057 (R\$129.368 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

(**) F= Fiança Gipar, R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. e SG = Sem Garantia

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa 1ª, 2ª e 3ª), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira. No período findo em 30 de junho de 2021 foram reconhecidos ganhos com os títulos da ordem de R\$128.237 (perda R\$45.196 em 31 de dezembro de 2020) registrados na demonstração do resultado do período em despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R\$967.688 (R\$1.095.925 em 31 de dezembro de 2020).

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$17,54, enquanto teve preço de fechamento de a R\$46,69/unit em 29 de junho de 2021. Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo. Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de energia elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 a fevereiro de 2022 e 3,5 de março de 2022 em diante.	
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Para a 7ª emissão de debêntures da Energisa S/A. Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento Para a 8ª, a 9ª e a 11ª emissões de debêntures da Energisa S/A. Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para a 13ª e a 14ª emissões de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 30 de junho de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2022	767.473	1.122.322
2023	191.533	2.177.086
2024	416.632	2.409.665
2025	191.733	1.302.598
Após 2025	1.091.456	1.798.279
Total	2.658.827	8.809.950

23. Arrendamentos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Os arrendamentos referentes aos terrenos são referentes a controlada Alsol que contrata para construção dos projetos de usinas fotovoltaicas.

A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento, e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode ocasionar distorções relevantes na informação a serem prestadas, por conta disto. A Companhia e suas controladas avaliaram estes efeitos e concluíram quanto sua imaterialidade para as informações financeiras intermediárias. As obrigações de arrendamentos não estão sendo

Notas Explicativas

demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações do período são como segue:

Controladora							
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 30/06/2021
Arrendamentos operacionais - imóveis	6	8,89	883	44	(53)	37	911
Total			883	44	(53)	37	911
Passivo Circulante			168				150
Passivo Não Circulante			715				761

	Controladora						
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 31/12/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	6	8,89	719	375	(264)	53	883
Total			719	375	(264)	53	883
Passivo Circulante			112				168
Passivo Não Circulante			607				715

Consolidado							
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 30/06/2021
Arrendamentos operacionais - imóveis	4.57	8,89	48.198	4.860	(8.233)	547	45.372
Arrendamentos operacionais - terrenos	25	8,89	14.378	3.695	(388)	325	18.010
Total			62.576	8.555	(8.621)	872	63.382
Passivo Circulante			20.095				16.662
Passivo Não Circulante			42.481				46.720

	Consolidado							
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 31/12/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	4.57	8,89	48.208	20.933	(12.556)	(1.782)	(6.605)	48.198
Arrendamentos operacionais - terrenos	25	8,89	4.260	10.618	(1.138)	638	-	14.378
Total			52.468	31.551	(13.694)	(1.144)	(6.605)	62.576
Passivo Circulante			22.407					20.095
Passivo Não Circulante			30.061					42.481

No período findo em 30 de junho de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 30/06/2021	Consolidado 30/06/2021
2022	53	7.329
2023	105	7.726
Após 2024	603	31.665
Total	761	46.720

Notas Explicativas

24. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	1	-	1.000.894	975.515
Encargos Sociais	6.708	5.239	66.737	60.330
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	102.690	46.301
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	2.998	-	70.453	31.056
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.058	4.336	288.963	255.621
PIS e COFINS- sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	24.083	10.668
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.191	985	19.544	18.964
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	3.145	2.334	4.971	3.461
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.394	1.734	18.977	14.518
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	757	591
Outros	1.226	1.152	28.091	27.102
Total	20.721	15.780	1.626.160	1.444.127
Circulante	17.940	13.501	929.967	812.733
Não Circulante	2.781	2.279	696.193	631.394

(a) Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$39.299 (R\$37.043 em 31 de dezembro de 2020), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$554.753 (R\$490.704 em 31 de dezembro de 2020), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante com contrapartida na rubrica fornecimento no ativo não circulante.

25. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo no montante R\$30.044 (R\$37.278 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Denerge, possui resíduo de parcelamento ordinário de débitos junto à Receita Federal do Brasil no montante de R\$999 a serem liquidados em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$824 (R\$191 em 31 de dezembro de 2020). Em 30 de junho de 2021, o saldo do parcelamento é de R\$175 (R\$359 em 31 de dezembro de 2020) e o número de parcelas a serem quitadas são de 03 (9 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada ERO, em março de 2020, parcelou débitos de ICMS junto ao Estado de Rondônia, referente a processos tributários de créditos de faturas canceladas, no montante de R\$44.914, a ser pago em 60 parcelas mensais corrigidos pela Unidade Padrão Fiscal-UPF/RO. Os valores foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, no consolidado, nas rubricas de dedução da receita operacional - ICMS de R\$2.784 e em outras despesas financeiras de R\$42.130 pelo valor de juros, multa e atualizações monetárias. Adicionalmente foram revertidas provisões de contingências fiscais de R\$16.899. No período foram efetuados pagamentos de R\$11.001 (R\$6.351 em 31 de dezembro de 2020). Em 30 junho de 2021 o saldo do parcelamento é de R\$33.913 (R\$38.563 em 31 de dezembro de 2020) e o número de parcelas a serem quitadas são de 44 (R\$51 em 31 de dezembro de 2020).

Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado, que são como segue:

	Consolidado				
	ERO	ESS	DENERGE	30/06/2021	31/12/2020
ICMS	33.913	30.044	-	63.957	75.841
COFINS/PIS - PRT	-	-	175	175	359
Total	33.913	30.044	175	64.132	76.200
Circulante	8.912	17.314	175	26.401	26.448
Não Circulante	25.001	12.730	-	37.731	49.752

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
ICMS, COFINS/PIS-PRT e INSS RETIDO NA FONTE		
Principal	19.760	24.540
Multa	39.978	46.569
Juros	4.394	5.091
Total	64.132	76.200
Circulante	26.401	26.448
Não Circulante	37.731	49.752

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado
	30/06/2021
2021	13.580
2022	16.315
Após 2023	34.237
Total	64.132
Circulante	26.401
Não Circulante	37.731

26. Encargos setoriais - consolidado

	30/06/2021	31/12/2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	29.607	3.438
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	6.913	6.889
Ministério de Minas e Energia - MME	3.439	3.425
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	18.751	9.198
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	181.490	185.545
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	246.773	256.442
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.479
Total	488.452	466.416
Circulante	361.494	203.865
Não circulante	126.958	262.551

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei 14.120/2021, que alterou a Lei 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de ordem de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis:

Notas Explicativas

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

Controladora	Trabalhistas	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2020 e 31/12/2019	108	3.164
Constituições de provisões	103	3.599
Reversões de provisões	(33)	(3.102)
Pagamentos realizados	(10)	(3.575)
Atualização monetária	11	22
Saldos finais - não circulante -30/06/2021 e 31/12/2020	179	108
Depósitos e cauções vinculados (*)	(308)	(301)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$1.151 (R\$741 em 31 de dezembro de 2020). Deste total, R\$843 (R\$440 em 31 de dezembro de 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2021	31/12/2020
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2020 e 31/12/2019	213.632	596.451	1.221.289	107.215	2.138.587	2.169.725
Constituições de provisões	24.928	90.568	74.068	795	190.359	607.920
Reversões de provisões	(25.368)	(64.435)	(71.456)	(27)	(161.286)	(554.589)
Pagamentos realizados	(22.824)	(48.304)	-	-	(71.128)	(144.719)
Atualização monetária	7.780	16.514	28.830	2.486	55.610	60.250
Saldos finais - não circulante -30/06/2021 e 31/12/2020	198.148	590.794	1.252.731	110.469	2.152.142	2.138.587
Depósitos e cauções vinculados (*)					(140.248)	(56.145)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$933.277 (R\$767.415 em 31 de dezembro de 2020). Deste total, na controlada indireta ESS possui depósitos de ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que encontra-se em discussões judiciais de R\$47.462 (R\$43.845 em 31 de dezembro de 2020), e cerca de R\$745.567 (R\$667.425 em 31 de dezembro de 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii). Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; e (ix) acidentes com terceiros.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

Notas Explicativas

• Fiscais

Referem-se às discussões relacionadas ao Pis, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

Inclui no consolidado, a contingência fiscal constituída pela controlada ERO, no montante de R\$587.695 (R\$580.699 em 31 de dezembro de 2020), em conformidade com os termos e condições de negociações com o Estado de Rondônia para quitação de processos relacionados ao ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O prognóstico de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

• Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas possíveis:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	30/06/2021	31/12/2020
Saldos iniciais -31/12/2020 e 31/12/2019	1.453	46.202	79.707	127.362	122.850
Novos processos	63	-	-	63	369
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	(44.540)	-	(44.540)	276
Encerramento	(1.037)	-	-	(1.037)	(368)
Atualização monetária	49	857	833	1.739	4.235
Saldos finais 30/06/2021 e 31/12/2020	528	2.519	80.540	83.587	127.362

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2021	31/12/2020
Saldos iniciais -31/12/2020 e 31/12/2019	215.439	2.561.773	3.337.650	27.744	6.142.606	5.579.164
Novos processos	70.560	160.615	51.306	-	282.481	2.093.854
Mudança de prognóstico e valor pedido	(8.152)	(216.026)	68.171	1	(156.006)	(1.267.117)
Encerramento	(16.496)	(73.136)	(4.118)	-	(93.750)	(456.868)
Atualização monetária	10.832	117.322	34.934	291	163.379	193.573
Saldos finais 30/06/2021 e 31/12/2020	272.183	2.550.548	3.487.943	28.036	6.338.710	6.142.606

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

Notas Explicativas

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede.

Principais processos:

Controladas

EPB

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$66.345 (R\$63.282 em 31 de dezembro de 2020), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$191.438 (R\$182.600 em 31 de dezembro de 2020), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalcule das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$71.077 (R\$67.795 em 31 de dezembro de 2020), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$342.624 (R\$326.806 em 31 de dezembro de 2020) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041 no montante de R\$79.298 (R\$75.637 em 31 de dezembro de 2020), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041 no montante de R\$44.938 (R\$42.863 em 31 de dezembro de 2020), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$38.812 (R\$37.021 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$32.263 (R\$30.774 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$37.800 (R\$36.055 em 31 de dezembro de 2020) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

Notas Explicativas

ERO

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$514.141 (R\$490.404 em 31 de dezembro de 2020) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$119.996 (R\$114.456 em 31 de dezembro de 2020) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R\$56.387 (R\$53.784 em 31 de dezembro de 2020) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

Rede Energia Participações

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$49.191 (R\$46.920 em 31 de dezembro de 2020), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (vii) escrituração de documento fiscal, (viii) multa não escrituração CIAP; (ix) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (x) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; e (xi) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R\$63.008 (R\$62.356 em 31 de dezembro de 2020), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE.

Controladas:

ETO

Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$161.385 (R\$159.717 em 31 de dezembro de 2020). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$190.421 (R\$188.452 em 31 de dezembro de 2020), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. A redução do valor decorre do desmembramento do processo após vitória parcial no Conselho Administrativo e Recursos Fiscais (CARF). Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R\$80.681 (R\$79.848 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu valor pedido corrigido, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.

Notas Explicativas

. Auto de Infração 201942403, com montante envolvido de R\$36.259 (R\$35.884 em 31 de dezembro de 2020), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica aos órgãos da administração pública direta e suas fundações e autarquias.

EPB

. Auto de Infração 0830317-38.2018.8.15.2001 com valor envolvido de R\$47.183, processo, onde se discute questões relacionadas ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, recebido em fevereiro de 2021.

EMG

. Execução Fiscal 0087729-97.2016.8.13.0153, com montante envolvido de R\$40.048 (R\$39.634 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute quebra de diferimento do ICMS referente as aquisições de energia elétrica em consequência das saídas isentas e não tributadas para consumidores de baixa renda e órgãos da administração. Em novembro de 2020 o processo teve prognóstico alterado de remoto para possível, tendo como base parecer dos consultores jurídicos.

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$73.394 (R\$72.751 em 31 de dezembro de 2020), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R\$659.310 (R\$652.495 em 31 de dezembro de 2020), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, decorrente do cumprimento de decisões judiciais que suspendem a exigência do imposto.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$119.804 (R\$118.952 em 31 de dezembro de 2020), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R\$85.187 (R\$84.306 em 31 de dezembro de 2020) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R\$74.337 (R\$65.369 em 31 de dezembro de 2020), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso.

A totalidade dos processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, decorrentes de operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente (R\$131.910 em 31 de dezembro de 2020), tiveram o prognóstico alterado para remoto em razão da decisão do STF na ADI nº 4.623/MT, que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 7.098/1998 do Mato Grosso, que vedava a apropriação do crédito do diferencial de alíquota de ICMS.

ERO

. Auto de Infração nº 10240-722.819/2020-12 com valor envolvido de R\$344.312 (R\$340.650 em 31 de dezembro de 2020) que reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017, recebido em setembro de 2020.

. Auto de Infração nº 10240-721.054/2020-95 com valor envolvido de R\$241.731 (R\$239.161 em 31 de dezembro de 2020) referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível, recebido setembro de 2020).

. Auto de Infração 20202700100096, com valor envolvido de R\$156.141 (R\$154.480 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015, recebido em novembro de 2020.

Notas Explicativas

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R\$146.837 (R\$145.276 em 31 de dezembro de 2020) onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.

. Auto de Infração 20202700100099, com valor envolvido de R\$79.037 (R\$78.196 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016, recebido em novembro de 2020.

. Ação anulatória nº 0012763-90.2013.8.22.0001, com valor envolvido de R\$34.207 (R\$33.843 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia no exercício de 2001.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R\$32.696 (R\$32.348 em 31 de dezembro de 2020) onde se discute questões relacionadas a suposto erro na escrituração contábil do ano de 2014.

EAC

. Auto de Infração nº 39910/2020, no montante de R\$59.652 (R\$59.036 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute questões relacionadas à ICMS, recebido em dezembro de 2020.

. Auto de Infração nº 11.314/2018, no montante de R\$45.311 (R\$44.843 em 31 de dezembro de 2020), onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel, recebido em agosto de 2020.

. Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R\$33.737 (R\$33.389 em 31 de dezembro de 2020) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao realmente devido pelo contribuinte”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

28. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadram aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

No caso da controlada ERO, mensalmente, dentro do Plano de Acompanhamento da ANEEL para a distribuidora privatizada, são encaminhadas as informações sobre a evolução dos ressarcimentos dos consumidores que anteciparam recursos no passado para a construção da rede elétrica.

Notas Explicativas

Mediante comunicação prévia à ANEEL, a partir de setembro de 2020, foi iniciada uma segunda fase do Projeto de Incorporação de Redes no estado, com o objetivo de atender a totalidade dos processos em análise.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo em 31/12/2020 e 31/12/2019	222.733	198.522
Adição no período/exercício	27.441	24.210
Atualização monetária e juros	33.744	49.221
Pagamentos/Baixas	(41.921)	(49.220)
Saldo em 30/06/2021 e 31/12/2020	241.997	222.733
Circulante	83.083	69.955
Não circulante	158.914	152.778

29. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Participações Empregados	1.928	17.156	14.480	130.597
Salários a pagar	9.399	6.589	56.880	43.507
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	4.083	2.863	27.859	28.425
Prêmio de seguros	1	71	201	7.557
Adiantamentos de clientes	5.233	5.233	121.071	79.022
Retenção de caução contratual empreiteiras	227	314	50.946	41.147
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	1.977	926
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.492	1.234
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.169	18.166
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios (1)	-	-	165.929	163.609
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (2)	-	-	43.823	43.340
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (3)	-	-	3.662.888	1.053.993
Obrigações de ressarcimento - CCC (4)	-	-	6.437	6.437
Outras contas a pagar (5)	25.438	20.107	154.426	219.815
Total	97.002	103.026	4.389.472	1.900.669
Circulante	73.119	79.056	395.348	507.926
Não Circulante	23.883	23.970	3.994.124	1.392.743

- (1) Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás a serem realizadas pelas controladas ERO e EAC, previstos no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Segue demonstrativo correspondentes:

	ERO		EAC		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	119.895	-	43.715	-	163.610	-
Constituição - reembolso Eletrobrás	-	116.248	-	42.385	-	158.633
Atualização financeira (*)	1.700	3.646	619	1.330	2.319	4.976
Saldo final	121.595	119.894	44.334	43.715	165.929	163.609

(*) atualização financeira correspondente 111% da taxa Selic.

Notas Explicativas

(2) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

(3) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado.

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho Nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017 e ESE). Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas EPB, EBO, ETO, ESS, ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ERO e EAC constituíram no ativo de PIS e de COFINS a recuperar o montante de R\$3.680.437 (R\$1.065.087 em 31 de dezembro de 2020) e no passivo não circulante de R\$3.662.888 (R\$1.053.993 em 31 de dezembro de 2020), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS (a)	3.680.437	-	1.065.087	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (b)	-	(3.705.049)	-	(1.053.993)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores (c)	-	42.161	-	-
Total do ativo e passivo não circulante	3.680.437	(3.662.888)	1.065.087	(1.053.993)

Demonstração do resultado do período	Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional bruta				
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	(2.136.737)	(2.152.282)	(243.038)	(267.649)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar	2.136.737	2.152.282	243.038	267.649
Resultado financeiro				
Outras Receitas financeiras				
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	514.766	522.931	70.184	75.840
Outras Despesas financeiras				
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(514.766)	(522.931)	(70.184)	(75.840)
Resultado apurado	-	-	-	-

Notas Explicativas

- (a) As controladas que já tiveram suas ações transitadas em julgado iniciaram a compensação dos créditos em maio de 2021. No trimestre, foram compensados R\$59.863 dos tributos a pagar.
- (b) Deduzidos de R\$77.412 (R\$11.094 em 31 de dezembro de 2020) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.
- (c) A ANEEL, através das Notas Técnicas nº 143/2021-SGT/ANEEL de 28 de junho de 2021 e nº 150/2021-SGT/ANEEL de 05 de julho de 2021, que homologaram a revisão tarifária e reajustes tarifários das controladas indiretas ETO e ESS, respectivamente, que incorporou em suas tarifas de energia elétrica os montantes de créditos da exclusão do ICMS na base cálculo do PIS e COFINS, tendo em vista o trânsito em julgado de suas ações judiciais, nos montante de R\$12.981 e de R\$29.180, resultando nas reduções de (ETO - 0,95%) e (ESS -1,56%) a serem repassados aos consumidores. Em 30 de junho de 2021 os valores foram reclassificados para a rubrica de passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores em consonância ao OCPC08.
- (4) Obrigações de ressarcimento - CCC - a controlada ERO possuía registrado o montante de R\$146.241 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível, diferenças de preço de óleo Diesel entre a nota fiscal e tabela ANP e consumo específico de óleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto à CCC até abril de 2017, a controlada ERO reverteu o montante de R\$40.488, em contrapartida ao direito de ressarcimento Reembolso CCC- Custo total de Geração, R\$46.177 como redução de outras despesas financeiras e R\$53.139, que por se tratar de valores originais, foram levados à créditos da rubrica de custos e despesas operacionais-energia elétrica comprada para revenda no resultado do exercício. Com relação ao consumo específico de óleo Diesel, em face de ainda não ter sido finalizada a segunda etapa da fiscalização da ANEEL foi mantido o montante de R\$6.437 (R\$6.437 em 31 de dezembro de 2020), no passivo não circulante.
- (5) Na controladora e no consolidado incluem, R\$17.671 referente a parcela de valor de aquisição da combinação de negócios de aquisição da ALSOL a serem pagos nos próximos 4 anos.

30. Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social é de R\$3.363.685 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2020), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2020) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.993.938 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.567.972 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.306.239 (262.473.214 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2020), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

Em reunião do Conselho de administração realizada em 15 de abril de 2021 foi aprovado: (i) o novo programa de recompra de ações da Companhia, o qual tem como objetivo, primordialmente, fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia no âmbito dos Programas de Concessão de Ações aprovados; e (ii) que as ações de emissão da Companhia que não forem transferidas para os beneficiários do 1º Programa de Concessão de Ações -ILP, sejam destinadas para manutenção em tesouraria para, preferencialmente, serem concedidas aos beneficiários dos demais Programas de Concessão de Ações - ILP já em vigor, posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital da Companhia.

Foram adquiridas ações em tesouraria entre os dias 16 e 23 de abril de 2021, a quantidade de 1.100.000 (Um milhão e cem mil) Units representativas de 1.100.000 (Um milhão e cem mil) ações ordinárias e 4.400.000 (Quatro milhões e quatrocentos mil) ações preferenciais. O valor despendido nessas compras foi de R\$48.141.

Notas Explicativas

Em 07 de junho de 2021 foram utilizadas cerca de 176.166 Units para liquidação do 1º Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia de suas controladas no montante de R\$8.286. Essas baixas foram realizadas em contrapartida outras reservas de capital.

O saldo das ações mantido em tesouraria em 30 de junho de 2021 é de R\$40.431, correspondentes a 923.834 Units. O valor de mercado em 30 de junho de 2021 que corresponde as ações em tesouraria é de R\$43.051.

30.2 Reserva de Capital

	30/06/2021	31/12/2020
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽¹⁾	363.407	307.896
Custo de captação - aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽²⁾	8.042	8.042
Investimento PUT ⁽³⁾	36.874	41.173
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽⁴⁾	16.342	14.591
Saldos em 30/06/2021 e 31/12/2020	360.791	307.828

(1) Transações entre sócios - inclui desde 2019 o montante R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se a benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(3) Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC de R\$7.765 que, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R\$1.264 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R\$38.138 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante.

(4) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 13).

Transações entre sócios	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial -31/12/2020 e 31/12/2019	307.896	335.817
Ganho/perda apurado com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas e ações em tesouraria ⁽¹⁾	55.511	(27.921)
Saldo final -30/06/2021 e 31/12/2020	363.407	307.896

(1) O montante de R\$55.511 (R\$27.921 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a ganhos apurado em transações de investimento na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas (R\$103.652) e a ações em tesouraria (R\$48.141), contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, nota explicativa nº 17.

30.3 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE;
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Notas Explicativas

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2021	31/12/2020
EPB	SUDENE	197/2012	42.782	72.978
ESE	SUDENE	205/2012	25.852	32.041
EBO	SUDENE	206/2012	3.994	6.787
EMT	SUDAM	114/2014	115.172	128.587
ETO	SUDAM	113/2014	28.731	31.369
Total			216.531	271.762

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Em 11 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro líquido do exercício de 2020, no valor de R\$399.204 (R\$0,22 por ação ordinária e preferencial ou R\$1,10 por Unit) que foram pagos em 29 de março de 2021, com base na posição acionária em 19 de março de 2021.

Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

31. Receita operacional**31.1 Receita operacional bruta - controladora**

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	67.366	128.848	62.673	126.739
Deduções a receita operacional				
PIS	(1.137)	(2.151)	(1.034)	(2.091)
COFINS	(5.237)	(9.910)	(4.763)	(9.633)
ISS	(1.600)	(2.934)	(1.577)	(3.004)
Receita operacional líquida	59.392	113.853	55.299	112.011

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

Notas Explicativas

31.2 Receita operacional- consolidada

	30/06/2021				30/06/2020			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	6.665.441	7.135.536	2.883.652	5.711.399	6.444.728	6.937.216	2.356.297	5.070.781
Industrial	41.883	976.961	376.083	720.803	42.189	1.059.681	351.321	731.439
Comercial	543.127	2.761.908	1.141.796	2.278.276	534.393	2.890.919	982.444	2.238.656
Rural	799.926	1.738.061	589.962	1.145.364	790.965	1.687.012	486.781	982.884
Poder público	72.016	688.625	268.106	521.684	71.217	744.041	231.336	530.403
Iluminação pública	7.475	908.580	213.941	434.905	7.648	837.438	179.900	364.568
Serviço público	8.991	552.547	162.399	313.175	8.777	578.673	149.349	300.666
Consumo próprio	1.814	21.254	-	-	1.730	20.598	-	-
Subtotal	8.140.673	14.783.472	5.635.939	11.125.606	7.901.647	14.755.578	4.737.428	10.219.397
Suprimento de energia a concessionárias	2	1.577.659	191.790	349.601	2	1.874.638	120.883	273.795
Fornecimento não faturado líquido	-	(158.008)	77.105	208.036	-	(205.400)	(65.532)	(21.581)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.499	-	495.310	903.840	975	-	366.656	732.527
Energia comercializada com clientes livres	-	2.408.595	235.837	449.944	-	2.758.980	205.218	522.191
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	711.108	1.205.936	-	-	475.797	1.003.890
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	9.483	12.396	-	-	1.050	1.347
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	41.979	69.154	-	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	43.437	79.590	-	-	49.237	98.392
Serviços especializados	-	-	29.601	52.445	-	-	40.624	60.927
Penalidades Regulatórias	-	-	(17.804)	(56.654)	-	-	(14.273)	(46.580)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	(2.136.737)	(2.152.282)	-	-	(243.038)	(267.649)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	2.136.737	2.152.282	-	-	243.038	267.649
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	99.811	231.191	-	-	(18.258)	9.667
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	659.894	1.113.787	-	-	112.264	(76.553)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa - renda)	-	-	348.410	674.732	-	-	479.368	787.545
Outras receitas operacionais	-	-	60.877	114.626	-	-	49.937	106.432
Total - receita operacional bruta	8.142.174	18.611.718	8.622.777	16.534.230	7.902.624	19.183.796	6.540.399	13.671.396
Deduções da receita operacional								

Notas Explicativas

	30/06/2021				30/06/2020			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
ICMS	-	-	1.374.957	2.694.492	-	-	1.159.793	2.464.194
PIS	-	-	119.563	236.655	-	-	102.201	212.809
COFINS	-	-	550.723	1.090.071	-	-	470.793	980.271
CPRB	-	-	1.581	3.136	-	-	1.512	3.436
ISS	-	-	5.118	9.760	-	-	5.226	10.333
Deduções Bandeiras Tarifárias (2)	-	-	(5.766)	(19.710)	-	-	(11.070)	(9.197)
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	19.862	38.207	-	-	14.739	30.349
Encargos de consumidor - Procel	-	-	4.964	9.550	-	-	3.683	7.587
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	418.030	842.915	-	-	370.258	740.515
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	10.382	19.791	-	-	7.465	15.288
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	9.930	19.103	-	-	7.369	15.176
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	4.964	9.550	-	-	3.682	7.586
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	7.721	14.532	-	-	6.036	12.023
Total - deduções da receita operacional	-	-	2.522.029	4.968.052	-	-	2.141.687	4.490.370
Total - receita operacional líquida	8.142.174	18.611.718	6.100.748	11.566.178	7.902.624	19.183.796	4.398.712	9.181.026

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$958.181 (R\$853.450 em 30 de junho de 2020) refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$247.755 (R\$150.440 em 30 de junho de 2020) refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$1.205.936 (R\$997.496 em 30 de junho de 2020) o montante de R\$1.189.769 (R\$853.450 em 30 de junho de 2020) refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$231.587 (R\$144.046 em 30 de junho de 2020) refere-se ao custo de construção das transmissoras.

(2) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição das distribuidoras aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela Aneel.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 30 de junho de 2021, foram de R\$365.544 (R\$13.882 em 30 de junho de 2020), tendo recebido da CCRBT o montante de R\$19.710 (R\$9.197 em 30 de junho de 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das controladas distribuidoras de energia elétrica no consolidado no período findo de 30 de junho de 2021 foi de R\$385.254 (R\$23.079 em 30 de junho de 2020).

Notas Explicativas**32. Energia Elétrica comprada para revenda:**

	Consolidado		Energia elétrica comprada p/revenda			
	MWH (1)					
	30/06/2021	30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Energia de Itaipú - Binacional	1.694.138	1.668.734	360.273	669.738	313.192	573.065
Energia de leilão	8.969.987	9.156.778	994.132	2.043.507	811.193	1.833.079
Energia bilateral e outros suprimentos	3.353.792	3.710.549	910.086	1.734.286	901.952	1.981.369
Reembolso CCC	-	-	(174.886)	(325.536)	(250.399)	(588.806)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	580.702	569.039	91.544	153.302	81.760	163.988
Energia de curto prazo - CCEE	282.293	206.412	366.704	818.948	114.593	253.831
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	4.086.826	4.083.353	325.911	614.493	248.055	496.800
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	339.569	335.471	78.083	156.165	61.969	124.551
Energia de Reserva - ERR	-	-	95.373	111.640	43.513	43.513
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(269.866)	(531.065)	(210.590)	(443.145)
Total	19.307.307	19.730.336	2.777.354	5.445.478	2.115.238	4.438.245

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

33. Outros Resultados

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Outras Receitas:								
Ganhos na desativação	-	-	-	-	10.832	45.339	5.793	9.980
Valor recuperável dos títulos cedidos (1)	-	-	-	-	-	99.389	-	-
Outras	-	65	-	-	10.154	10.154	-	-
Total	-	65	-	-	20.985	154.881	5.793	9.980
Outras Despesas:								
Perdas na desativação	(136)	(155)	-	(29)	(36.235)	(60.572)	(17.825)	(39.555)
Marcação a mercado dos contratos (2)	-	-	-	-	678	(13.222)	11.505	(18.573)
Outras	-	-	-	-	(19.746)	(94.345)	(2.557)	(5.417)
Total	(136)	(155)	-	(29)	(55.303)	(168.139)	(8.877)	(63.545)

Descrição das operações (1)	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Valor justo dos títulos cedidos	-	254.707
Reversão por revisão da estimativa com a provisão de devedores duvidosos	-	91.028
Custo dos títulos cedidos	-	(246.346)
Efeitos - outros resultados - valor recuperável dos títulos cedidos	-	99.389
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	69.632
Receitas Financeiras - outros	-	9.660
Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	-	7
Efeitos apurados antes dos tributos	-	79.299

(1) Vide nota explicativa nº3.

Notas Explicativas

- (2) Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia nos montantes de perdas em 30 de junho de 2021 de R\$13.222 (R\$18.573 em 30 de junho de 2020). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue.

	30/06/2021	30/06/2020
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	914.733	(30.431)
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(927.955)	11.858
	(13.222)	(18.573)

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			30/06/2021	31/12/2020
Riscos Operacionais	22/11/2021	90.000	80	80
Auto - Frota	23/10/2021	Até 360/ veículo	15	15
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	133.650	411	382
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	3	3
Total			509	480

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/06/2021	31/12/2020
Riscos Operacionais	13/03/2022	90.000	5.747	5.102
Responsabilidade Civil Geral	24/01/2022	90.000	3.271	3.228
Auto - Frota	23/10/2021	Até 1.110/ veículo	742	755
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2021	10.000	97	97
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2021	1.332	3	3
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2021	117.056	343	314
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	133.650	3.054	2.902
Transporte Nacional	04/04/2022	Até 2.000/ viagem	173	164
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	351	346
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2022	883/drone	25	25
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	31/08/2021	36.122	167	180
Total			13.973	13.116

(*) Importância Segurada relativa ao mês de maio/2021 e projeção de prêmio anualizado.

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$231.191 (R\$9.667 em 30 de junho de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 15.1.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/06/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		196.775	196.775	18.629	18.629
Clientes		37.212	37.212	25.582	25.582
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		1.563.125	1.563.125	1.277.925	1.277.925
		1.797.137	1.797.137	1.322.161	1.322.161
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.875.758	2.875.758	2.636.327	2.636.327
Instrumentos financeiros derivativos	2	12.601	12.601	64.986	64.986
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações (1)	3	264.872	264.872	-	-
		3.153.231	3.153.231	2.701.313	2.701.313
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		5.391	5.391	12.643	12.643
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.692.481	4.647.997	4.989.319	4.954.638
Arrendamentos operacionais		911	911	883	883
		4.698.783	4.654.299	5.002.845	4.968.164
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	981.803	981.903	1.097.117	1.097.117
		981.803	981.903	1.097.117	1.097.117

Consolidado					
	Nível	30/06/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.193.452	1.193.452	1.062.102	1.062.102
Clientes, consumidores e concessionárias		5.520.584	5.520.584	5.735.842	5.735.842
Títulos de créditos a receber		107.919	107.919	25.353	25.353
Ativos financeiros setoriais		1.437.631	1.437.631	1.272.576	1.272.576
		8.259.586	8.259.586	8.095.873	8.095.873
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	3.803.166	3.803.166	5.561.281	5.561.281
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	6.538.984	6.538.984	6.062.396	6.062.396
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.618.499	1.618.499	2.013.198	2.013.198
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações (1)	3	264.872	264.872	-	-
		12.225.521	12.225.521	13.636.875	13.636.875

Notas Explicativas

Consolidado					
	Nível	30/06/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		19.156.679	19.117.009	20.339.969	20.314.761
Arrendamentos operacionais		63.382	63.382	62.576	62.576
Passivos financeiros setoriais		1.327.673	1.327.673	1.506.815	1.506.815
Parcelamento de impostos		64.132	64.132	76.200	76.200
Taxas regulamentares (2)		29.607	29.607	3.438	3.438
		22.950.181	22.910.511	24.545.800	24.520.592
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (3)	2	1.639.798	1.639.798	1.399.650	1.399.650
		1.639.798	1.639.798	1.399.650	1.399.650

(1) O Conselho de Administração aprovou, em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista minoritário no quadro acionário da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A.

Com a efetivação da operação, o Itaú Unibanco S.A., passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais e a Energisa S.A., por sua vez, de 100,0% das ações ordinárias de emissão da controlada. Com resultado da operação, a Energisa passou a deter, direta e indiretamente, 95,21% do capital social total da Rede Energia Participações e 88,9% da Energisa Mato Grosso. Atualizados em 94,63% e 87,53%, respectivamente.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Energisa S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Energisa Participações Minoritárias, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. A Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida pelo acionista minoritário. A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação 100% (101% até abril 2021) da taxa DI, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo o equity risk do investimento do minoritário estando no controle da controladora o exercício ou não da sua opção de compra. Em 30 de junho de 2021 o montante da posição favorável do valor justo da opção de compra, contabilizados na demonstração do resultado do período em receitas financeiras na controladora e no consolidado é de R\$264.872, reconhecidos como instrumentos financeiros de nível 3, é conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações em 30/06/2021	Dados não observáveis	Faixa (média ponderada)
Método de fluxo de caixa descontado	264.872	Dividendos (*)	+10% (22%)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A até 01/04/2026.

Em 30 de junho de 2021 o instrumento financeiro mensurado a valor justo de Nível 3 demonstra o montante de R\$264.872 que refere-se ao valor justo apurado pela Administração e reconhecido no resultado financeiro da controladora e no consolidado.

(2) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$29.607 (R\$3.438 em 31 de dezembro 2020), divulgada na nota explicativa 26 - encargos setoriais consolidado.

(3) A Companhia emitiu debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGL11). Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 30 de junho de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$171.464 (R\$17.858 em junho de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de junho de 2021, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$4.775 (R\$15.250 em junho de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas tem como objetivo identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Notas Explicativas

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Dívida (a)	19.156.679	20.339.969
Caixa e equivalentes de caixa	(1.193.452)	(1.062.102)
Dívida líquida	17.963.227	19.277.867
Patrimônio líquido	8.190.540	6.648.737
Índice de endividamento líquido	2,19	2,90

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		5.391	-	-	-	-	5.391
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	11,05%	834.771	400.830	2.107.805	1.822.755	639.726	5.805.887
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.635	7.214	(12.601)	-	-	248
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	483.845	485.109	-	(264.872)	704.082
Total		845.797	891.889	2.580.313	1.822.755	374.854	6.515.608

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.198.897	-	-	-	109.811	2.308.708
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	6,28%	2.503.474	2.482.836	9.970.482	7.489.648	5.822.144	28.268.584
Instrumentos Financeiros Derivativos		(43.299)	(133.376)	(366.521)	(339.673)	(22.435)	(905.304)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	525.960	485.109	-	(349.338)	661.731
Total		4.659.072	2.875.420	10.089.070	7.149.975	5.560.182	30.333.719

(*) Inclui R\$1.264 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante

Notas Explicativas

monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	196.775	18.629	1.193.452	1.062.102
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	2.875.758	2.636.327	3.803.166	5.561.281
Clientes, consumidores e concessionárias	6	37.212	25.582	5.520.584	5.735.842
Títulos de créditos a receber	7	25	25	107.909	25.353
Ativos financeiros setoriais líquidos	11	-	-	109.955	(234.239)
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	6.538.984	6.062.396
Instrumentos financeiros derivativos	35	277.473	64.986	1.883.371	2.013.198

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2021 com baixa de 3,74% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$ 5,0022/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2021 era de 10,71%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 14,12%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período

Notas Explicativas

findo em 30 de junho de 2021 com baixa de 7,06%% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$ 5,9276/Euro. A volatilidade do Euro era de 11,05%% em 30 de junho de 2021.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2021, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R\$19.230.674 (R\$20.417.886 em 31 de dezembro de 2020), R\$3.150.947 (R\$3.780.058 em 31 de dezembro de 2020) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 21 e 22. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em junho de 2024) e custo máximo de 2,20% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo circulante	-	64.986	335.850	683.965
Ativo não circulante	277.473	-	1.547.521	1.329.233
Total do ativo	277.473	64.986	1.883.371	2.013.198
Passivo circulante	496.694	(547.963)	685.135	(598.882)
Passivo não circulante	485.109	(549.154)	954.663	(800.768)
Total do passivo	981.803	(1.097.117)	1.639.798	(1.399.650)

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - XP	50.000	USD + 2,47%	CDI + 1,71%	28/06/2024	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,647%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Bocom BBM	18.257	USD + 2,15%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,78%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	15/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.214	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.313	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,15%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option

Notas Explicativas

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	5.598	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.371	USD+ 2,15%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	3.428	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI+ 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,853%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,584%	CDU + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,0235%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
EAC					
Resolução 4131 - Bank of America ML	64.204	EURO + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	6.405	EURO + 0,90%	CDI + 0,95%	15/12/2021	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	13.683	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	29.000	(Libor + 0,75%) x 117,65%	CDI + 0,65%	23/03/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	37.665	(Libor + 1,24%) x 117,65%	CDI + 1,80%	28/05/2024	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - Bocom BBM	3.521	USD + 2,33%	CDI + 1,34%	01/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	4.951	USD + 2,35%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(Libor + 0,56%) x 117,65%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	7.919	USD + 2,35%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,785%	CDU + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2020	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	73.311	IPCA + 4,47%	CDI + 1,78%	15/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	55.648	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	69.586	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	32.383	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	64.870	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	27.876	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETE	86.631	IPCA + 4,47%	CDI + 1,78%	15/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	195.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	130.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
JP Morgan X ERO	78.913	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	105.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	70.000	IPCA + 4,62%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
JP Morgan X EAC	37.099	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EBO	13.938	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ENF	9.327	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Fair Value Hedge
Itaú - EPA I	196.058	IPCA + 1,88%	CDI - 0,44%	27/03/2024	Fair Value Hedge
ABC Brasil - EPA II	151.784	IPCA + 1,68%	CDI - 0,55%	15/04/2024	Fair Value Hedge

Adicionalmente, em 30 de junho de 2021 a Companhia contratou *Non Deliverable Forward* (“NDFs”) para sua subsidiária Alsol Energias Renováveis. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
Bank of America x Alsol	USD @ 5,3814	656,8	3.534,3	10/08/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,3884	140,1	755,0	25/08/2021
Bank of America x Alsol	USD @ 5,4096	525,4	2.842,3	11/10/2021
XP x Alsol	USD @ 5,1613	158,6	818,3	05/07/2021
XP x Alsol	USD @ 5,1611	55,5	286,4	15/07/2021
ABC Brasil x Alsol	USD @ 5,3320	36,5	194,5	10/08/2021
ABC Brasil x Alsol	USD @ 5,2724	60,9	321,2	15/07/2021
ABC Brasil x Alsol	USD @ 5,2827	21,3	112,6	29/07/2021
ABC Brasil x Alsol	USD @ 5,3061	32,1	170,4	26/08/2021
ABC Brasil x Alsol	USD @ 5,3400	111,5	595,2	18/10/2021

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2021.

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2021	31/12/2020		30/06/2021	31/12/2020
Dívida (Objeto de Hedge)	247.040	145.600	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(246.792)	(211.061)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	247.040	145.600	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	246.792	211.061
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(247.040)	(146.075)
			Posição Líquida Swap	(248)	64.986
			Posição Líquida Dívida + Swap	(247.040)	(146.075)

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2021	31/12/2020		30/06/2021	31/12/2020
Dívida (Objeto de Hedge)	3.272.787	2.319.714	Taxa Pré-Fixada	(2.824.596)	(2.912.171)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	3.796.632	2.919.736
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	3.272.787	2.319.714	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(3.296.920)	(2.338.900)
			Posição Líquida Swap	499.712	580.836
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.324.884)	(2.331.335)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2021	31/12/2020		30/06/2021	31/12/2020
Dívida designada para “Fair Value Option”	2.713.323	2.760.867	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.124.396)	(3.782.278)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	3.133.269	3.842.393
Swap Cambial (Derivatkivo)	2.713.323	2.760.867	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.727.677)	(2.768.137)
			Posição Líquida Swap	405.592	1.074.256
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.718.804)	(2.708.022)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Notas Explicativas**Análise de sensibilidade**

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(247.040)		(209.412)	(261.703)	(313.994)
Variação Dívida	-		37.628	(14.663)	(66.954)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa	246.792		209.164	261.455	313.746
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	-		(37.628)	14.663	66.954
Variação - USD e LIBOR					
Posição Passiva	(247.040)		(247.040)	(247.040)	(247.040)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	(248)		(37.876)	14.415	66.706
Total Líquido	(247.288)		(247.288)	(247.288)	(247.288)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2021, o que é refletido no valor presente negativo de R\$247.288, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$247.288, em ambos os casos.

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.713.323)		(2.530.480)	(3.265.729)	(4.000.979)
Variação Dívida	-		182.843	(552.406)	(1.287.656)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	3.133.269		2.950.535	3.688.030	4.425.525
Variação - USD e LIBOR	-		(182.734)	554.761	1.292.256
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.727.677)		(2.727.677)	(2.727.677)	(2.727.677)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	405.592		222.858	960.353	1.697.848
Total Líquido	(2.307.731)		(2.307.622)	(2.305.376)	(2.303.131)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é

Notas Explicativas

impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2021, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.307.731, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(3.272.787)		(3.272.787)	(3.272.787)	(3.272.787)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	3.796.632		3.796.632	3.796.632	3.796.632
Variação - Taxa de Juros	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(3.296.920)		(3.296.920)	(3.433.799)	(3.570.065)
Variação - CDI + TJLP	-		0,00	(136.879)	(273.145)
Subtotal	499.712		499.712	362.833	226.567
Total Líquido	(2.773.075)		(2.773.075)	(2.909.954)	(3.046.220)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,28%, SELIC = 1,22%, IPCA = 3,77%, TR = 0,00% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.627.519	Alta CDI	242.945	303.681	364.418
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.727.677)	Alta CDI	(143.203)	(179.004)	(214.805)
	(8.912.394)	Alta CDI	(467.901)	(584.876)	(701.852)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.718.810)	Alta IPCA	(215.599)	(269.499)	(323.399)
	(108.617)	Alta INPC	(4.290)	(5.363)	(6.435)
	(644.894)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(18.112.392)		(830.993)	(1.038.742)	(1.246.491)
Total -perdas (2)	(13.484.873)	-	(588.048)	(735.061)	(882.073)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2022 (5,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2021, Selic 1,22% ao ano, INPC 3,95% ao ano, TR 0,00 ao ano, INPC 3,95% ao ano e IPCA 3,77% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.118.282.

c) Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas

Notas Explicativas

as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Margem Bruta (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Cenário 1					
Compra (contrato + exposição)	(532.796)	Alta PLD	(2.889)	(3.611)	(4.334)
Venda (contrato + exposição)	575.146		23.107	28.884	34.661
Total Cenário 1	42.350		20.218	25.273	30.327
Cenário 2					
Compra (contrato + exposição)	(532.796)	Baixa PLD	2.889	3.611	4.334
Venda (contrato + exposição)	575.146		(23.107)	(28.884)	(34.661)
Total Cenário 2	42.350		(20.218)	(25.273)	(30.327)
Total líquido			-	-	-

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

36. Benefícios pós-emprego

36.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 30 de junho de 2021, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.264 (R\$1.045 em 30 de junho de 2020) na controladora e R\$20.969 (R\$15.976 em 30 de junho de 2020), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado.

36.2 Prêmio e Gratificação de aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo de 30 de junho de 2021, a despesa de manutenção do plano foi de R\$194 (R\$817 em 30 de junho de 2020) na controladora e R\$982 (R\$1.953 em 30 de junho de 2020) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

36.3 Plano de saúde:

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

As controladas EMG, ENF e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período findo de 30 de junho de 2021, as despesas com esse benefício foram de R\$2.227 (R\$2.508 em 30 de junho de 2020) na controladora e R\$40.482 (R\$50.046 em 30 de junho de 2020) no consolidado. Inclui R\$181 (R\$101 em 30 de junho de 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$3.781 (R\$4.412 em 30 de junho de 2020) no consolidado.

37. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2021 a 2031	474.706	461.123	264.637	178.277	908.491

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia	2021 a 2031	42.383	84.463	86.396	88.123	650.193
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia	2021 a 2054	197.091	384.163	384.431	389.306	4.658.821
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	395.011	604.492	591.423	583.690	9.674.845
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	261.563	460.522	459.054	441.355	7.297.715
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	64.494	105.245	101.861	99.642	1.679.205
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	1.121.762	2.160.362	2.122.141	2.174.225	21.534.017
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2021 a 2054	230.853	428.162	428.393	425.019	6.592.692
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2021 a 2054	589.945	1.100.755	1.115.870	1.118.423	14.760.956
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia	2021 a 2054	411.645	841.024	846.177	842.486	10.739.248
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2021 a 2031	480.745	469.506	266.464	198.473	1.456.433
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2021 a 2054	397.946	693.706	676.682	691.082	7.804.220
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2021 a 2054	113.998	286.944	306.595	310.223	4.807.678
		4.307.436	7.619.34	7.385.487	7.362.047	91.656.023

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Alsol Energias Renováveis S/A	2021 a 2043	3.404	3.967	4.255	4.239	83.181

Notas Explicativas

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 30 de junho de 2021 e foram homologados pela ANEEL.

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2021	31/12/2020
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	265.635	735.709
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	231.191	222.606
Remuneração e atualização do ativo de contrato da concessão	320.850	115.230
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	150.775	98.195
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	27.441	24.210
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	8.555	24.946
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	2.615.350	399.307
Outras contas a pagar - repactuação déficit atuarial	106.869	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	150.775	98.195
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	(27.441)	(24.210)
Intangível - CPC 06 (R2)	8.555	24.946
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos - repactuação déficit atuarial	106.869	-

39. Resultado de operações descontinuadas

No exercício de 2015, a Energisa firmou contratos de compra e venda de seus ativos de geração com compradora São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, e desde aquela data, ocorreram disputas em procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia com as empresas compradoras, quais sejam, o procedimento nº 33/2016/SEC5, que já foi extinto, e o procedimento nº 79/2016/SEC5, em curso perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC).

Em 31 de dezembro de 2020, após as partes apresentarem manifestações acerca dos cálculos de liquidação em tendo a compradora concordando com valor mínimo de liquidação, a Administração procedeu a reversão da incontrovérsia de R\$51.480, bem como reconheceu a atualização monetária de R\$36.997 contabilizados em operações descontinuadas da demonstração do resultado do exercício, totalizando R\$88.477.

Em 31 de maio de 2021 a Companhia recebeu da compradora São João Energética S/A o montante de R\$207.741 referente ao cumprimento integral da Sentença proferida em procedimento arbitral sigiloso, por consequência fez reconhecer o valor adicional de R\$48.467 dos quais cerca de R\$1.545 referente a parcela de ressarcimento de custas judiciais, R\$6.186 de custos com honorários e êxito de advogados e R\$55.698 de atualização monetária, este último deduzido de R\$2.590 referente a tributação do Pis e Cofins, contabilizados em operações descontinuadas na demonstração do resultado do período na controladora e consolidado, vide nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

40. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do período - controladora	1.499.596	468.442
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,83	0,26
Lucro líquido do período - consolidado	1.622.339	493.732
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	1.499.596	468.442
Acionistas não controladores	122.743	25.290
Lucro líquido do período - controladora	1.499.596	468.442
Média ponderada em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Efeito dilutivo bônus de subscrição conversíveis em ações e programa ILP	38.792	35.487
Lucro líquido básico diluído por ação - R\$ (*)	0,8091	0,2532
Lucro líquido do período - consolidado	1.622.339	493.732
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	1.499.596	468.442
Acionistas não controladores	122.743	25.290

(*) Potencial efeito diluidor referente a bônus de subscrição e programa de remuneração variável (ILP).

41. Eventos subsequentes

41.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Vermelha - Patamar 2 para os meses de julho 2021 e agosto de 2021, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

41.2 Revisão tarifária periódica -controlada indireta ESS

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.893/2021 e nota técnica nº 150/2021 de 06 de julho de 2021, aprovou a revisão tarifária periódica da controlada indireta, em vigorar a partir de 12 de julho de 2021, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 9,84%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor
Baixa Tensão	12,12%
Alta e Média Tensão	4,32%
Total	9,84%

41.3 Empréstimo contratado

Em 06 de julho de 2021 a controlada direta ERO captou a importância de R\$104.000 em moeda corrente junto ao Banco Santander Brasil, com remuneração de 100% do CDI mais 1,60% a.a., com vencimento em 06 de julho de 2023.

Em 27 de Julho de 2021, a controlada Indireta EMS captou a importância de R\$140.000 em moeda estrangeira junto ao Banco Citibank NA, com remuneração de Libor + 1,16% ao ano, com vencimento em 29 de julho de 2024. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,75% ao ano, retirando o risco cambial da operação; e em,

Em 28 de Julho de 2021, a controlada Indireta EMS captou a importância de R\$150.000 em moeda corrente junto ao Banco Santander Brasil S/A, com remuneração de 100% do CDI mais 1,60% ao ano, com vencimento em 28 de julho de 2023.

Notas Explicativas

41.4 Emissão de nota promissória

Em 23 de Julho de 2021 a Companhia fez a emissão da 7ª Nota Promissória em moeda corrente, em série única, com remuneração de CDI + 1,80% ao a.a. no valor de R\$700.000, com vencimento em 23 de julho de 2024.

Em 22 de julho de 2021 a controlada indireta EMS fez a emissão da 3ª nota promissória em moeda corrente, em série única com remuneração do CDI + 1,75% ao a.a., no valor de R\$50.000 com vencimento em 22 de julho de 2024.

Em 19 de julho de 2021 a controlada direta EAC fez a emissão da 1ª nota promissória em moeda corrente, em 6 series com remuneração de 100% do CDI + 1,81% ao a.a., no valor total de R\$300.000, conforme segue:

Séries	Valor captado	Vencimento
1ª Série	11.308	19/01/2022
2ª Série	12.776	19/07/2022
3ª Série	13.042	19/01/2023
4ª Série	12.951	19/07/2023
5ª Série	12.516	19/01/2024
6ª Série	237.407	19/07/2024
Total	300.000	

41.5 Empréstimo liquidado

Em 28 de Julho de 2021, a controlada Indireta EMS, liquidou empréstimo no valor total de R\$70.721 junto ao Banco Santander S/A referente ao financiamento que venceria em 09 de agosto de 2021.

41.6 Antecipação de dividendos do exercício de 2021 - Controladora

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 12 de agosto de 2021, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do período findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$235.293, o que equivale a R\$0,65 por Units e R\$0,13 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir do dia 29 de setembro de 2021 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 17/08/2021, respeitadas as negociações em Bolsa nessa data.

41.7 Antecipação de dividendos do exercício de 2021 - Controladas

As subsidiárias abaixo, aprovaram em 11 e 12 de agosto de 2021, a distribuição de dividendos intercalares e de juros sobre capital próprio que serão imputados aos dividendos apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2021, com base na posição acionária da Companhia em 12 e 17 de agosto de 2021, respeitadas as negociações em bolsa até essa data.

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Dividendos:			
Energisa Mato Grosso	482.625	2,20435031993 ON/PN	Em 27 de agosto de 2021
Energisa Mato Grosso do Sul	138.755	214,45432132180 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Tocantins	97.061	148,95480929690 ON/PN	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Sul Sudeste	20.352	209,5756250150 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Paraíba	80.594	87,77721954780 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Borborema	9.889	33,76110924860 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Sergipe	58.761	300,55226547120 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Minas Gerais	2.619	3.19906045270 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Para I	624	0,00408975780 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Goiás I	2.303	0,01639715710 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Rede Energia Participações	374.652	0,17753276450 ON	Em 27 de agosto de 2021
Denerge	249.702	321,55311216680 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Rede Power	42.687	162,37776029240 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Distribuição com base em reservas especial de dividendos:			
Energisa Goiás I	6.630	0,04720913260 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Juros sobre o capital próprio:			
Energisa Minas Gerais	5.633	6,88121712860 ON	A partir de 13 de agosto de 2021
Energisa Nova Friburgo	857	28,44445709920 ON	A partir de 13 de agosto de 2021

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa S.A.
Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ENERGISA S.A.
- COMPANHIA ABERTA -
CNPJ/MF: 00.864.214/0001-06
NIRE: 31.3.000.2503-9

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. ("Companhia"), realizada em 12 de agosto de 2021.

1. Data, Hora e Local: Aos 12 dias do mês de agosto de 2021 às 14h00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Praça Rui Barbosa, nº 80, Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho; (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Sr. Vicente Cortes de Carvalho; e (iii) o representante dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., Roberto Cesar Andrade dos Santos.

3. Mesa: Presidente: Jorge Nagib Amary Junior
Secretário: Sr. Guilherme Fiuza Muniz

4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.

4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram as demonstrações financeiras referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2021, conforme apresentação realizada pelo (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e (ii) Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial; da Companhia, que prestaram todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

4.3. Apresentação (i) dos resultados do plano de auditoria para o exercício corrente realizados até 30 de junho de 2021; e (ii) dos pontos de atenção sobre os processos e riscos da Companhia; realizada pelo representante dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

4.4. A cópia do material apresentado no item 4.2 e 4.3, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como doc. 1.

5. Encerramento: Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

Jorge Nagib Amary Junior Guilherme Fiuza Muniz
Presidente Secretário

Conselheiros:

Jorge Nagib Amary Junior Flavio Stamm

Vania Andrade de Souza Carlos Jurgen Temke

Mario Daud Filho

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021.

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de agosto de 2021.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador CRC MG 042523/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de agosto de 2021.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Vicente Côrtes de Carvalho
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador CRC MG 042523/O-7